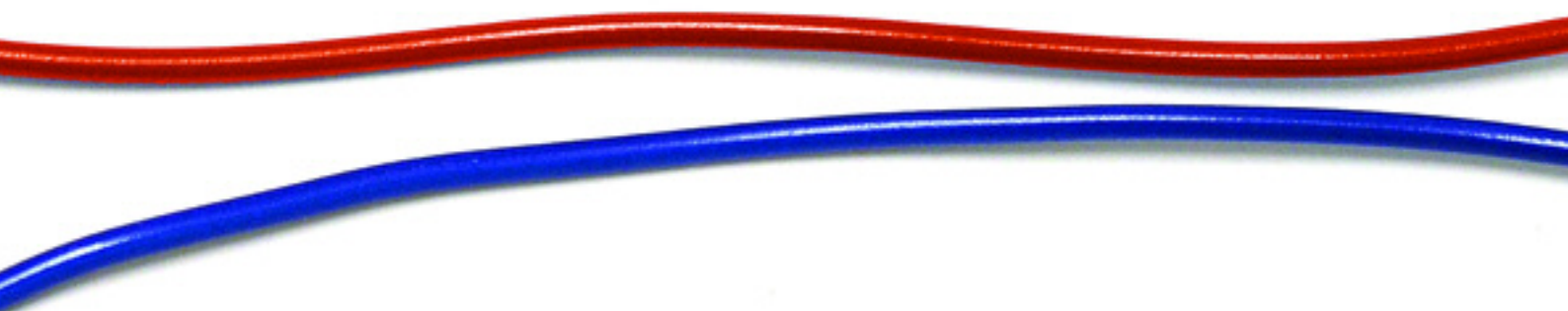


Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas
Primeiro semestre 2006



Portugal Telecom, SGPS, SA

Sociedade Aberta

Capital social 395.099.775 euros

Matrícula na Conservatória

do Registo Comercial de Lisboa

e Pessoa colectiva n.º 503215058

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

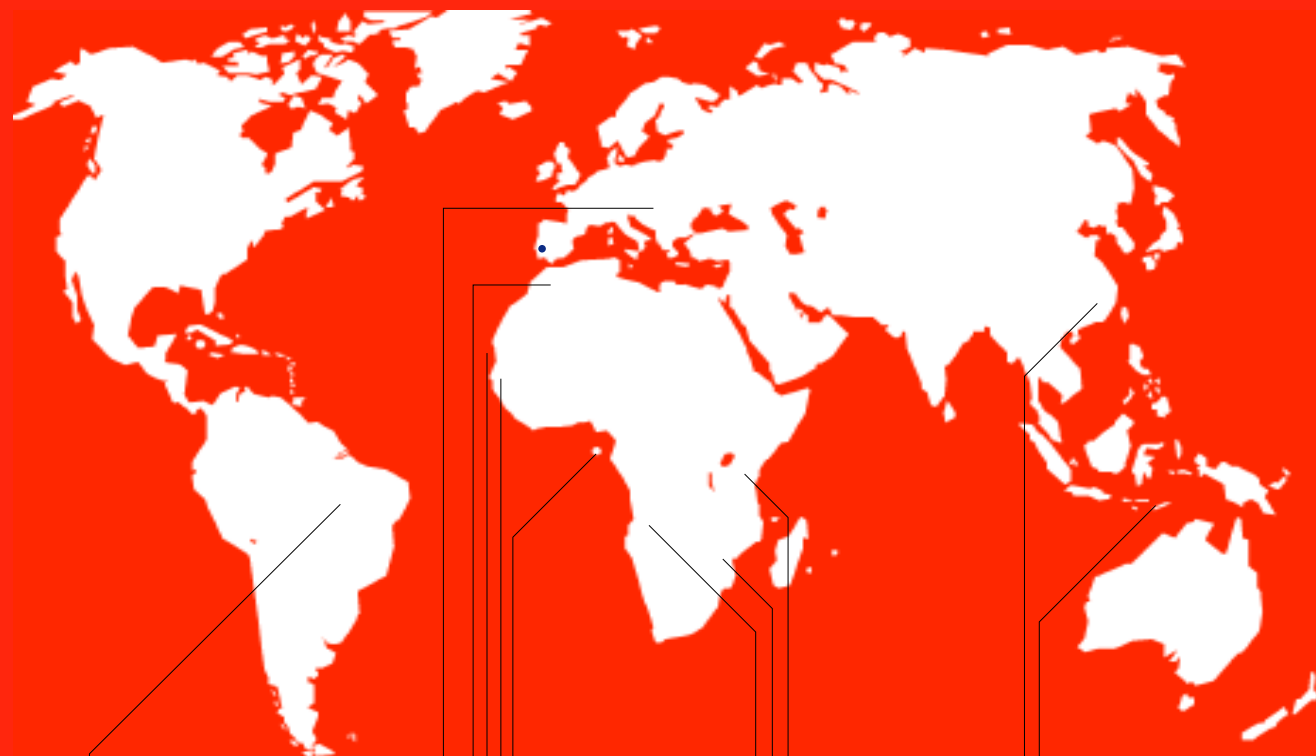
1069-300 Lisboa

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom",
"Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se
ao conjunto das empresas que constituem
a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas
consoante o contexto.

Relatório e contas consolidadas

Primeiro semestre _ 2006

01 _ Evolução dos negócios	5
Mercado doméstico	6
Mercado internacional	16
02 _ Análise dos resultados consolidados	21
03 _ Recursos humanos	39
04 _ Eventos do semestre e desenvolvimentos recentes	41
 Demonstrações financeiras consolidadas	 44
Certificação legal das contas consolidadas	126
Relatório de auditoria	127
 Indicadores-chave	 128
Glossário	130
Conselho de Administração	131
Informação adicional aos accionistas	132



Brasil

Vivo
Móvel
UOL
ISP, conteúdos Internet
Mobitel
Serviços call center

Hungria

Hungaro Digital HD
Operação VSAT

São Tomé e Príncipe

CST
Fixo, móvel,
Internet e dados

Guiné-Bissau
Guiné Telecom
Fixo

Guinetel
Móvel

Cabo Verde
CVT
Fixo, móvel,
Internet e dados
Directel Cabo Verde
Directórios

Marrocos
Médi Télécom
Móvel

Quênia

Kenya Postel
Directories
Directórios

Moçambique
LTM
Directórios
Teledata
ISP e dados

Angola
Unitel
Móvel
Elta
Directórios
Multitel
ISP e dados

Timor-Leste

Timor Telecom
Fixo, móvel,
Internet e dados

Macau [RAEM-China]
CTM

Fixo, móvel,
Internet e dados
TV Cabo Macau
TV por subscrição
Telesat
Radiodifusão
por satélite
Directel Macau
Directórios

Portugal Telecom

Portugal

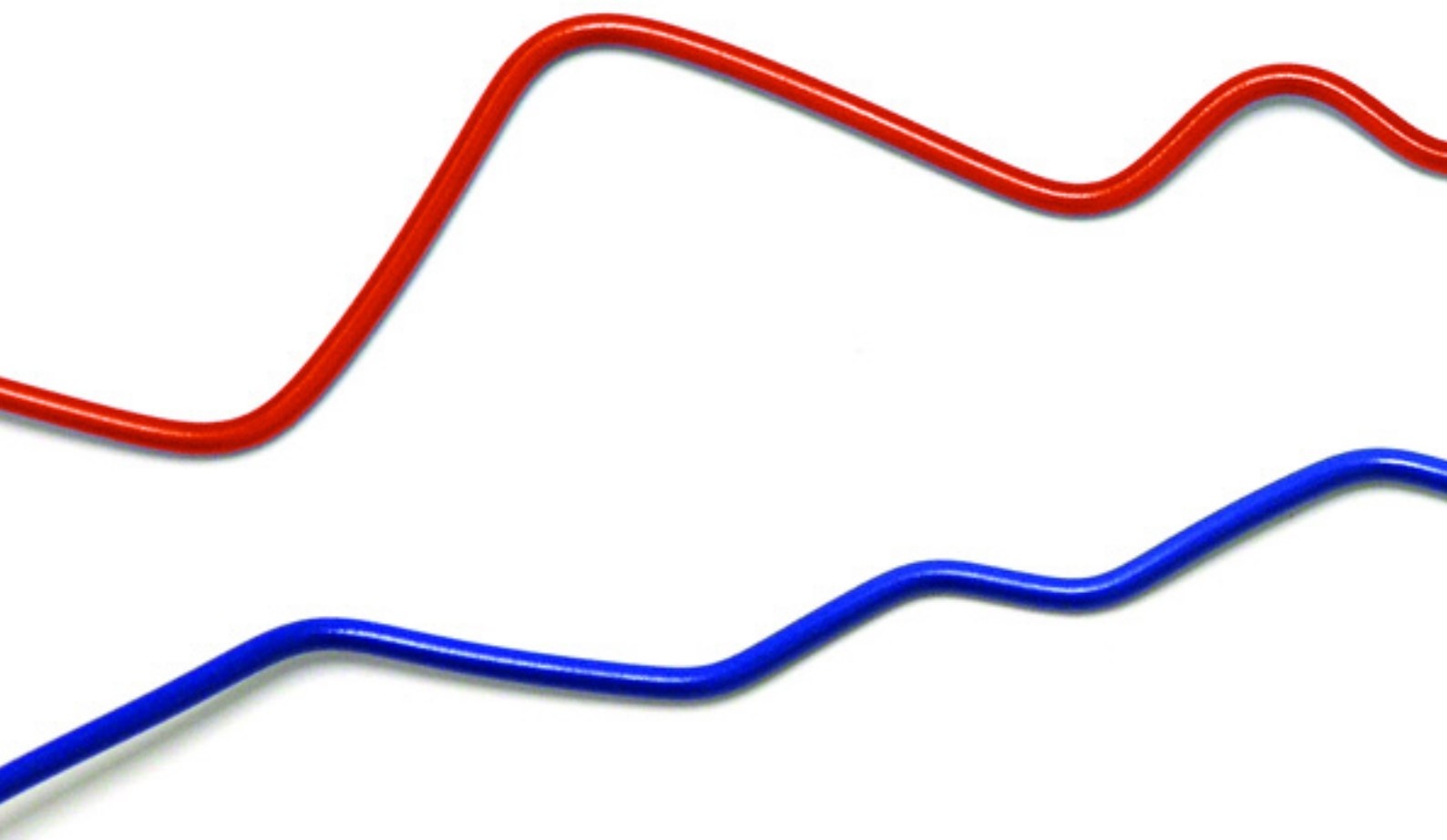
Rede fixa 1.053 milhões de euros de receitas	> Retalho [PT Comunicações 100%] > Voz e dados para grandes empresas [PT Corporate 100%] > Voz e dados para PME [PT Prime 100%] > ISP e serviços de banda larga [PT.COM 100%]
Móvel 720 milhões de euros de receitas	> TMN 100% > PT Wi-Fi 100%
PT Multimédia 58,43% 325 milhões de euros de receitas	> TV por subscrição e Internet por cabo > Audiovisuais

Internacional

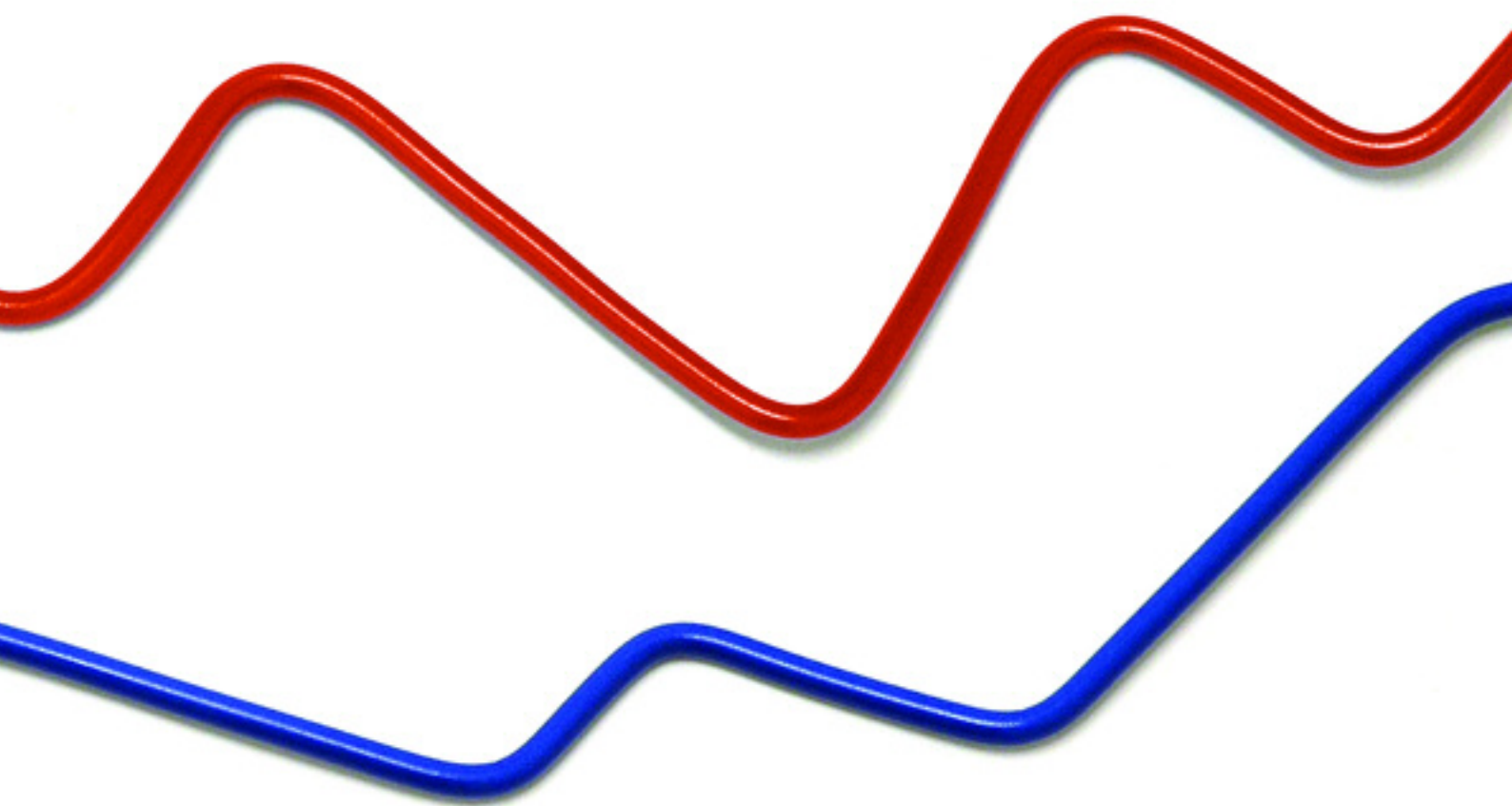
	receitas (milhões de euros)		
Brasil	> Vivo 31,38%	> Móvel	1.014
Brasil	> UOL 29%	> ISP, conteúdos Internet	88
Marrocos	> Médi Télécom 32,18%	> Móvel	203
Cabo Verde	> Cabo Verde Telecom 40%	> Fixo, móvel, Internet e dados	30
São Tomé e Príncipe	> CST 51%	> Fixo, móvel, Internet e dados	4
Angola	> Unitel 25%	> Móvel	235
Timor	> Timor Telecom 41,12%	> Fixo, móvel, Internet e dados	8
Macau	> CTM 28%	> Fixo, móvel, Internet e dados	101

Empresas instrumentais

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%]; Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de consultoria e negociação [PT Compras 100%]; Telemarketing e serviços de informação [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 78,12%]



01 _ Evolução dos negócios



6	Mercado doméstico
6	Rede fixa
11	Móvel Portugal – TMN
14	Multimédia – PT Multimédia
16	Mercado internacional
16	Móvel Brasil – Vivo
18	Outros negócios internacionais

Rede fixa

Demonstração de resultados _ rede fixa ⁽¹⁾			milhões de euros
	1506	1505	Δ 06/05
Receitas operacionais	1.053,5	1.116,1	(5,6%)
Prestação de serviços	1.025,4	1.090,8	(6,0%)
Vendas	14,8	15,7	(5,4%)
Outras receitas operacionais	13,2	9,5	38,2%
Custos operacionais, excluindo amortizações	566,6	594,4	(4,7%)
Custos com pessoal	139,0	145,0	(4,2%)
Custos com benefícios de reforma	23,8	44,6	(46,7%)
Custos directos dos serviços prestados	172,4	196,9	(12,4%)
Custos de telecomunicações	134,1	154,4	(13,2%)
Listas telefónicas	38,4	41,5	(7,6%)
Outros	0,0	1,0	(96,3%)
Custo das mercadorias vendidas	15,9	14,9	6,8%
Marketing e publicidade	20,0	23,3	(13,9%)
Fornecimentos e serviços externos	137,8	138,2	(0,3%)
Provisões e ajustamentos	14,5	(15,7)	n.s.
Outros custos operacionais	43,2	47,2	(8,5%)
EBITDA	486,9	521,7	(6,7%)
Amortizações	170,9	173,6	(1,6%)
Resultado operacional	316,0	348,0	(9,2%)
Margem EBITDA	46,2%	46,7%	(0,5pp)
Capex	99,6	96,5	3,2%
Capex em % das receitas operacionais	9,5%	8,6%	0,8pp
EBITDA menos Capex	387,3	425,2	(8,9%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

Receitas operacionais _ As receitas operacionais do negócio de rede fixa diminuíram 5,6% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 1.053 milhões de euros, principalmente como resultado da descida das receitas de tráfego e das receitas de taxas fixas. Excluindo o impacto do decréscimo das tarifas de interligação fixo-móvel de 17 milhões de euros, as receitas operacionais teriam decrescido 4,1% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior.

Capex _ No primeiro semestre de 2006, o capex situou-se em 100 milhões de euros, um acréscimo de 3,2% face a igual período do ano anterior, e equivalente a 9,5% das receitas operacionais. O capex foi essencialmente direccionado para o investimento na expansão da banda larga, em termos de cobertura e de largura de banda. O EBITDA menos Capex no primeiro semestre de 2006 totalizou 387 milhões de euros.

EBITDA _ No primeiro semestre de 2006, o EBITDA do negócio de rede fixa diminuiu 6,7%, para 487 milhões de euros. No primeiro semestre de 2005, o EBITDA foi influenciado positivamente, em 23 milhões de euros, pela reversão de uma provisão relativa a uma conta a receber da Angola Telecom, que havia sido totalmente provisionada em anos anteriores. Excluindo este impacto, o EBITDA da rede fixa teria decrescido 2,3% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, principalmente em resultado da redução das receitas de tráfego e do desligamento de linhas. A margem EBITDA situou-se em 46,2% no primeiro semestre de 2006, em resultado da racionalização de custos e da redução dos custos com benefícios de reforma.

Receitas operacionais _ rede fixa ⁽¹⁾			milhões de euros
	1506	1505	Δ 06/05
Retalho	607,1	670,2	(9,4%)
Taxas fixas	329,9	342,0	(3,5%)
Tráfego	187,5	249,8	(24,9%)
ADSL retalho	84,1	70,7	18,9%
ISP e outros	5,6	7,7	(27,0%)
Wholesale (serviços a operadores)	230,7	225,9	2,2%
Tráfego	101,3	106,7	(5,1%)
Circuitos alugados	83,6	83,1	0,6%
Outros	45,8	36,0	27,1%
Dados e soluções empresariais	124,5	124,1	0,3%
VPN e circuitos	88,2	93,3	(5,4%)
Gestão de redes, outsourcing e TI	24,5	20,1	21,8%
Outros	11,8	10,7	10,1%
Outras receitas de rede fixa	91,1	95,9	(5,1%)
Outros serviços e receitas operacionais	17,2	15,7	9,9%
Vendas	14,8	15,7	(5,4%)
Listas telefónicas	55,8	61,4	(9,2%)
Portais	3,2	3,2	2,4%
Receitas operacionais	1.053,5	1.116,1	(5,6%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

Receitas de retalho _ As receitas de retalho decresceram 9,4% para 607 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo, essencialmente em resultado da descida das receitas de tráfego e das receitas de taxas fixas, que registaram decréscimos de 24,9% e 3,5%, respectivamente. As receitas de ADSL de retalho compensaram parcialmente este desempenho, tendo registado um aumento de 18,9%, no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 84 milhões de euros, em resultado do crescimento da base de clientes. A redução das receitas de taxas fixas resultou do desligamento de linhas fixas, devido à concorrência dos operadores fixos e móveis e

a uma situação macroeconómica desfavorável. O forte crescimento dos planos de preços no primeiro semestre de 2006 ajudou a compensar a tendência de queda das receitas, com as receitas dos planos de preços a aumentar 14,7%, face a igual período do ano anterior, e a representar 10,6% das receitas de taxas fixas. Relativamente às receitas de tráfego, o decréscimo no semestre resultou essencialmente da diminuição da utilização e da redução da receita média por minuto, que foi significativamente influenciada pela redução das tarifas fixo-móvel, bem como pelo crescente peso dos planos de preços, convertendo as receitas de tráfego em receitas de taxas fixas.

Receitas de wholesale _ As receitas de wholesale aumentaram 2,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 231 milhões de euros, principalmente como resultado do aumento de 27,1% das outras receitas de wholesale, que incluem as linhas de desagregação do lacete local e os acessos ORLA. Este aumento mais do que compensou o decréscimo de 5,1% das receitas de tráfego de wholesale no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, que resultou essencialmente da redução dos preços de interligação móvel internacional e da diminuição do tráfego de dial-up.

Receitas de dados _ As receitas de dados e soluções empresariais aumentaram 0,3% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 125 milhões de euros, em resultado do forte acréscimo de 21,8% das receitas de gestão de redes, outsourcing e TI no período, impulsionado pelo crescimento significativo das soluções TI e do outsourcing. Este aumento foi parcialmente compensado pelo decréscimo de 5,4% das receitas de VPN e circuitos para 88 milhões de euros no mesmo período, essencialmente explicado pela migração de grandes clientes empresariais de rede para soluções VPN/IP mais avançadas, o que deverá permitir o fornecimento de serviços adicionais no futuro.

Custos _ Perante um contexto de crescente pressão sobre as receitas, a PT tem procurado reduzir activamente os custos do negócio de rede fixa. Contudo, o decréscimo de 4,7% dos custos operacionais, excluindo amortizações, não foi suficiente para compensar a descida das receitas operacionais. No âmbito dos custos com o pessoal, a PT está actualmente a executar um programa de redução de efectivos, do qual já resultou um decréscimo de 164 trabalhadores até Agosto deste ano. Adicionalmente, o aumento anual dos salários, incluindo as promoções automáticas, foi de apenas 1,8% em 2006, abaixo do nível de anos anteriores e do pressuposto actuarial actual de 3,0%. A PT está igualmente a controlar os custos comerciais, tendo optimizado recentemente a sua estrutura de força de vendas, o que deverá possibilitar uma melhoria da qualidade das vendas, o decréscimo das comissões unitárias e a redução do nível de churn involuntário. Relativamente à rede, estão a ser igualmente implementadas diversas iniciativas com o objectivo de aumentar a produtividade, melhorar o processo de diagnóstico da rede e renegociar determinados contratos de manutenção. A PT negociou ainda o insourcing do seu serviço interno de helpdesk, o que deverá permitir a obtenção de poupanças operacionais já em 2006. Os outros custos operacionais também estão a ser endereçados, nomeadamente os custos de apoio ao cliente, os custos de gestão de frota e os custos com ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa.

Dados operacionais _ rede fixa			
	1S06	1S05	Δ 06/05
Acessos ('000)	4.433	4.445	(0,3%)
Acessos de retalho	4.209	4.371	(3,7%)
PSTN/RDIS	3.573	3.871	(7,7%)
Pré-selecção	581	540	7,6%
ADSL retalho	636	500	27,1%
Acessos de wholesale	224	73	205,0%
Lacetes locais desagregados	146	28	n.s.
Acessos ORLA	20	0	n.s.
ADSL wholesale	59	46	28,9%
Adições líquidas ('000)	(45)	68	n.s.
Acessos de retalho	(146)	41	n.s.
PSTN/RDIS	(196)	(77)	154,5%
Pré-selecção	6	55	(89,4%)
ADSL retalho	51	119	(57,4%)
Acessos de wholesale	101	26	285,6%
Lacetes locais desagregados	74	19	286,6%
Acessos ORLA	20	0	n.s.
ADSL wholesale	7	7	4,4%
Planos de preços ('000)	2.283	1.330	71,6%
ARPU (euros)	30,0	30,6	(2,0%)
Assinatura e voz	25,0	26,7	(6,2%)
Dados	4,9	3,9	26,5%
Total de acessos de comunicação de dados ('000)	35	36	(1,4%)
Capacidade de web empresarial vendida (Mbps)	22.482	8.669	159,3%
Circuitos alugados ('000)	14	16	(9,1%)
Capacidade equivalente a 64 kbps ('000)	93	187	(50,3%)
Digital (%)	92,9	96,1	(3,2pp)

Total de acessos _ O total de acessos da rede fixa registou no primeiro semestre de 2006 uma diminuição líquida de 45 mil. A redução dos acessos PSTN/RDIS, de 196 mil, mais do que compensou as adições líquidas de ADSL de retalho, linhas de desagregação do lacete local e acessos ORLA, que totalizaram 51 mil, 74 mil e 20 mil, respectivamente, no período. No final de Junho de 2006, o número total de acessos da rede fixa situou-se em 4.433 mil, dos quais 3.573 mil acessos PSTN/RDIS, 636 mil acessos ADSL de retalho, 59 mil acessos ADSL de wholesale, 146 mil lacetes locais desagregados e 20 mil acessos ORLA.

ADSL _ No primeiro semestre de 2006, o ADSL de retalho continuou a registar um crescimento forte, tendo atingido um total de 636 mil clientes. No primeiro semestre de 2006, a PT lançou uma nova oferta competitiva, o Sapo ADSL 512 kbps, com o objectivo de penetrar novos segmentos de mercado e possibilitar a migração de clientes pré-pagos para clientes de assinatura. Este novo serviço tem tido uma óptima aceitação, tendo atingido mais de 20 mil clientes no final de Junho de 2006. Actualmente, cerca de dois terços dos clientes de ADSL têm velocidades iguais ou superiores a 2 Mbps. O produto pré-pago sem carregamentos obrigatórios (Sapo Free) está a ter uma forte adesão, estando direccionado para o mercado de dial-up ainda existente.

Detalhe do tráfego _ rede fixa		milhões de minutos	
	1506	1505	Δ 06/05
Tráfego total	6.884	7.587	(9,3%)
Retalho	2.872	3.335	(13,9%)
Fixo-fixo nacional	1.934	2.270	(14,8%)
Fixo-móvel	370	427	(13,4%)
Internacional	198	197	0,6%
Outro	370	441	(16,0%)
Wholesale	4.012	4.252	(5,6%)
Internet	559	1.043	(46,4%)
Tráfego originado na rede fixa	4.550	5.479	(17,0%)
MOU do tráfego originado (minutos / mês)	207	233	(11,5%)
MOU de retalho (minutos / mês)	159	165	(3,3%)
MOU fixo-fixo nacional (minutos / mês)	88	97	(9,3%)

Planos de preços _ Os planos de preços continuaram a registar um forte crescimento, com as adições líquidas a totalizar 488 mil no primeiro semestre de 2006, atingindo um total de 2.283 mil planos de preços. No quarto trimestre de 2005, a PT lançou novos planos de preços baseados em flat rates de tráfego ilimitado para vários períodos do dia, incluindo um plano mensal de tráfego ilimitado fixo-fixo dentro da própria rede. No primeiro semestre de 2006, a PT lançou um novo plano de preços para as chamadas fixo-móvel que permite a cada cliente efectuar chamadas para uma rede móvel seleccionada, a 0,15 euros por minuto, pagando um preço mais elevado nas chamadas para as outras duas redes móveis. Actualmente, mais de um terço dos clientes residenciais de retalho aderiram aos planos de preços, com uma média de 2,4 planos de preços por cliente.

ARPU _ No primeiro semestre de 2006, o ARPU total (voz e dados) diminuiu 2,0%, face a igual período de 2005, para 30,0 euros. O ARPU de assinatura e voz decresceu 6,2%, para 25,0 euros, em resultado da redução das receitas de tráfego, e o ARPU de dados aumentou 26,5%, representando já 16,4% do ARPU total no primeiro semestre de 2006. O ARPU de ADSL situou-se em 24,5 euros no primeiro semestre de 2006, face a 27,7 euros no primeiro semestre de 2005. A diluição do ARPU de ADSL tem resultado do aumento da penetração do produto pré-pago, o qual representava 24,0% do total de clientes de ADSL no final do primeiro semestre de 2006.

Clientes empresariais _ A PT continua a ser o operador líder no mercado de dados e de soluções integradas em Portugal. Neste segmento de negócio, a venda de capacidade de Internet a clientes empresariais aumentou 159,3% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, parcialmente em resultado da venda de acessos de Internet de débito muito elevado, tal como o serviço Etherweb. No primeiro semestre de 2006, o número total de acessos de comunicação de dados diminuiu 1,4% face a igual período do ano anterior.

Tráfego _ No primeiro semestre de 2006, o tráfego total diminuiu 9,3% face ao primeiro semestre de 2005, em resultado dos decréscimos de 13,9% no tráfego de retalho e de 5,6% no tráfego de wholesale. O tráfego fixo-fixo nacional e o tráfego fixo-móvel decresceram 14,8% e 13,4%, respectivamente, no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior. O MOU de retalho, excluindo as linhas de pré-selecção, decresceu 3,3%, face a igual período de 2005, para 159 minutos no primeiro semestre de 2006. A redução do tráfego de wholesale resultou essencialmente da queda de 46,4% no tráfego de Internet de banda estreita, devido à migração para banda larga.

Móvel Portugal – TMN

Demonstração de resultados _ móvel Portugal ⁽¹⁾			milhões de euros
	1506	1505	Δ 06/05
Receitas operacionais	719,9	748,1	(3,8%)
Prestação de serviços	661,7	689,4	(4,0%)
Facturação	537,7	539,8	(0,4%)
Interligação	124,0	149,6	(17,1%)
Vendas	53,9	56,3	(4,3%)
Outras receitas operacionais	4,4	2,4	79,8%
Custos operacionais, excluindo amortizações	401,2	413,9	(3,1%)
Custos com pessoal	29,2	28,5	2,5%
Custos directos dos serviços prestados	144,9	155,3	(6,6%)
Custos de telecomunicações	128,4	141,8	(9,5%)
Outros	16,5	13,5	22,9%
Custo das mercadorias vendidas	72,7	77,6	(6,3%)
Marketing e publicidade	11,6	16,2	(28,6%)
Fornecimentos e serviços externos	105,7	94,5	11,9%
Provisões e ajustamentos	3,3	8,9	(63,1%)
Outros custos operacionais	33,8	33,0	2,4%
EBITDA	318,8	334,2	(4,6%)
Amortizações	108,2	101,5	6,6%
Resultado operacional	210,5	232,7	(9,5%)
Margem EBITDA	44,3%	44,7%	(0,4pp)
Capex	51,5	47,7	7,9%
Capex em % das receitas operacionais	7,2%	6,4%	0,8pp
EBITDA menos Capex	267,3	286,5	(6,7%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

Receitas operacionais _ As receitas operacionais da TMN, no primeiro semestre de 2006, diminuíram 3,8%, face ao primeiro semestre de 2005, totalizando 720 milhões de euros, em resultado essencialmente do impacto da redução das tarifas de interligação nas receitas de serviço. As receitas de facturação registaram um ligeiro decréscimo de 0,4% no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo, totalizando 538 milhões de euros, com o crescimento do número de clientes a ser compensado pela redução da receita média por minuto. A forte descida das receitas de interligação ficou a dever-se essencialmente à redução das tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel nos últimos trimestres. As reduções nas tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel, no início de Janeiro e Abril de 2006, para 0,12 euros por minuto, traduziram-se numa descida média anual de 21,7% e 22,1%, respectivamente. Como resultado, as receitas de interligação diminuíram 17,1% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, causando um decréscimo de 4,0% nas receitas de serviços, para 662 milhões de euros. O decréscimo de 4,3% das vendas de equipamentos

no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, deveu-se à redução do preço dos equipamentos nos últimos trimestres, que compensou o aumento do número de equipamentos vendidos no período. Excluindo o impacto da descida das tarifas de interligação, de 30 milhões de euros, as receitas operacionais ter-se-iam mantido constantes no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior.

EBITDA _ No primeiro semestre de 2006, o EBITDA atingiu 319 milhões de euros, uma redução de 4,6%, face a igual período do ano anterior. A redução do EBITDA no primeiro semestre de 2006 resultou principalmente da forte redução das tarifas de interligação (impacto negativo de 16 milhões de euros no EBITDA no primeiro semestre). A margem EBITDA no primeiro semestre de 2006 manteve-se estável em 44,3%, face a igual período do ano anterior. Excluindo o impacto negativo da descida das tarifas de interligação fixo-móvel, o EBITDA ter-se-ia mantido estável, no primeiro semestre de 2006, em 335 milhões de euros.

Dados operacionais _ móvel Portugal

	1S06	1S05	Δ 06/05
Clientes ('000)	5.362	5.108	5,0%
Adições líquidas ('000)	50	54	(8,3%)
MOU (minutos)	119	119	(0,7%)
ARPU (euros)	20,7	22,7	(8,8%)
Facturação	16,8	17,8	(5,3%)
Interligação	3,9	4,9	(21,2%)
ARPM (cêntimos euro)	17,5	19,0	(8,1%)
Dados em % das receitas	12,6	11,0	1,6pp
SARC (euros)	57,4	66,2	(13,3%)
CCPU ⁽¹⁾ (euros)	10,8	11,3	(4,9%)
ARPU menos CCPU (euros)	9,9	11,4	(12,6%)

(1) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações e venda de terminais por utilizador.

Capex _ No primeiro semestre de 2006, o capex aumentou 7,9%, face a igual período do ano anterior, para 51 milhões de euros, equivalente a 7,2% das receitas operacionais. O capex foi essencialmente direccionado para a capacidade e cobertura de rede, incluindo a expansão dos serviços de 3G/3.5G, o que representou aproximadamente 80% do capex de rede da TMN. No final do primeiro semestre de 2006, a rede 3G da TMN cobria já cerca de 75% da população. O EBITDA menos Capex totalizou 267 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, equivalente a 37,1% das receitas operacionais.

Posição de liderança _ A TMN continuou a reforçar a sua posição de liderança no mercado móvel em Portugal. Durante o primeiro semestre, a TMN consolidou o reposicionamento da sua marca, apresentando-se com uma imagem mais próxima dos seus clientes e fazendo progressos importantes no segmento jovem. O patrocínio à selecção nacional no Campeonato Mundial de Futebol e a prestigiados festivais de rock durante o Verão ajudaram a projectar a imagem de marca da TMN no mercado. O recente lançamento dos cartões de dados HSDPA, que oferecem o acesso à Internet de banda larga com velocidades até 1,8 Mbps, contribuiu igualmente para o reforço da posição da TMN como líder de mercado e como empresa inovadora, nomeadamente na banda larga móvel, MMS e Mobile TV.

Clientes _ No primeiro semestre de 2006 foram adicionados 50 mil clientes. O forte desempenho do segmento empresarial impulsionou o nível de adições líquidas de clientes pós-pagos no período, que ascendeu a 69 mil, tendo-se registado, por outro lado, um desligamento líquido de 20 mil clientes pré-pago. No final de Junho de 2006, a TMN detinha 5.362 mil clientes, um aumento de 5,0% face a igual período do ano anterior. Como resultado do constante enfoque na migração para o segmento pós-pagos, o peso dos pré-pagos decresceu para 81% da base total de clientes no final de Junho de 2006. A expansão de 3G continuou a registar um forte crescimento, com o número de clientes 3G a atingir um total de 518 mil no final de Junho de 2006, equivalente a 10% da base de clientes.

Novos serviços _ No primeiro semestre de 2006, a TMN lançou um serviço de Mobile TV, em parceria com a PT Multimédia, o qual oferece actualmente 21 canais, incluindo notícias, música e desporto. Recentemente, a TMN aumentou a sua oferta de Mobile TV, através da introdução de três novos canais de futebol. A TMN lançou ainda, pela primeira vez em Portugal, o mobile ticketing, em parceria com a Lusomundo, permitindo aos clientes o recebimento dos bilhetes de cinema por SMS no seu telemóvel.

Receitas de serviços de dados _ As receitas de serviços de dados têm continuado a suportar a evolução do ARPU, representando já 12,6% das receitas de serviço no primeiro semestre de 2006, face a 11,0% em igual período do ano anterior. O aumento das receitas de serviços de dados está essencialmente relacionado com o forte crescimento de serviços de dados não-SMS, que aumentaram 25,9% no primeiro semestre de 2006, face a igual período de 2005, e representaram 22,5% do total das receitas de dados. O número de mensagens (SMS) no primeiro semestre de 2006 totalizou 1.831 milhões, equivalente a cerca de 122 mensagens por mês por utilizador activo de SMS, reflectindo o sucesso do lançamento de um novo plano tarifário, que oferece 250 mensagens por dia. O número total de clientes que utilizam o serviço SMS representava cerca de 43% da base total de clientes no final do período. O serviço MMS registou igualmente um forte desempenho no primeiro semestre de 2006, com o número total de MMS a registar um aumento de 40,6%, face a igual período do ano anterior.

ARPU _ O ARPU diminuiu 8,8% no primeiro semestre de 2006, face ao mesmo período do ano anterior, para 20,7 euros, principalmente em resultado da descida de 21,2% do ARPU de interligação. O ARPU de facturação decresceu 5,3% no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo do ano anterior, devido à concorrência intensa, incluindo as marcas de baixo custo presentes no mercado, lançadas no segundo semestre de 2005. A utilização média mensal (MOU) diminuiu 0,7% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 119 minutos, essencialmente em resultado do decréscimo do tráfego fixo-móvel e das promoções agressivas de SMS realizadas nos últimos meses para o segmento jovem.

Multimédia – PT Multimédia

Demonstração de resultados _ multimédia ⁽¹⁾			milhões de euros
	1506	1505	Δ 06/05
Receitas operacionais	324,7	310,3	4,6%
TV por subscrição e Internet por cabo	290,6	275,6	5,4%
Audiovisuais	14,7	16,7	(12,5%)
Cinema	19,4	17,3	12,0%
Outras	0,1	0,7	(82,8%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	218,5	214,2	2,0%
Custos com pessoal	21,5	22,0	(2,5%)
Custos directos dos serviços prestados	100,8	98,9	2,0%
Custos de programação	74,7	68,7	8,7%
Outros	26,1	30,2	(13,4%)
Custo das mercadorias vendidas	4,6	8,1	(43,0%)
Marketing e publicidade	8,0	9,1	(11,7%)
Fornecimentos e serviços externos	64,0	61,4	4,2%
Provisões e ajustamentos	8,0	3,9	106,8%
Outros custos operacionais	11,5	10,8	6,9%
EBITDA	106,2	96,1	10,5%
Amortizações	50,9	28,5	78,2%
Resultado operacional	55,3	67,6	(18,1%)
Margem EBITDA	32,7%	31,0%	1,7pp
Capex	75,3	55,6	35,5%
Capex em % das receitas operacionais	23,2%	17,9%	5,3pp
EBITDA menos Capex	30,9	40,5	(23,7%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

Receitas operacionais _ As receitas operacionais da PT Multimédia aumentaram 4,6% no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo de 2005, para 325 milhões de euros, impulsionadas pelo acréscimo das receitas da TV por subscrição e Internet por cabo e das receitas de exibição de filmes.

EBITDA _ O EBITDA da PT Multimédia aumentou 10,5% no primeiro semestre de 2006, face ao primeiro semestre de 2005, para 106 milhões de euros, com a margem EBITDA a subir 1,7pp, para 32,7%. O crescimento do EBITDA resultou do acréscimo do ARPU do negócio de TV por subscrição no período, parcialmente explicado pelo aumento da penetração do serviço digital TV Cabo Funtastic Life, bem como pelo acréscimo do número de subscrições do canal Sport TV (canal premium de desporto). Esta performance foi alcançada, apesar da PT Multimédia continuar a investir na qualidade do serviço e apoio ao cliente, bem como no reforço da oferta de serviços de TV por subscrição.

Capex _ O capex da PT Multimédia aumentou 35,5% no primeiro semestre de 2006, face ao primeiro semestre de 2005, para 75 milhões de euros, equivalente a 23,2% das receitas operacionais, em resultado essencialmente: (1) do investimento em capacidade adicional de transponders; (2) do aumento das casas passadas e da reestruturação da arquitectura da rede de fibra para uma arquitectura “fiber to the hub”, afim de permitir uma maior largura de banda, e (3) do aumento de equipamento terminal no âmbito do programa de digitalização. No primeiro semestre de 2006, o EBITDA menos Capex diminuiu 23,7% face ao período homólogo de 2005, para 31 milhões de euros, em resultado do acréscimo do capex.

Dados operacionais _ TV por subscrição e Internet por cabo

	1S06	1S05	Δ 06/05
Casas passadas ('000)	2.782	2.606	6,7%
Cientes TV por subscrição ^{(1) (2)} ('000)	1.444	1.465	(1,5%)
Cabo	1.072	1.076	(0,4%)
Satélite	371	389	(4,5%)
Adições líquidas TV por subscrição ('000)	(35)	16	n.s.
Taxa de penetração do cabo (%)	38,6	41,3	(2,7pp)
Subscrições premium ⁽²⁾ ('000)	735	786	(6,4%)
Pay to basic ratio (%)	51,0	53,6	(2,7pp)
Acessos banda larga via cabo ('000)	344	333	3,4%
Adições líquidas banda larga cabo ('000)	(4)	27	n.s.
ARPU total (euros)	28,9	27,6	4,6%

(1) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico da TV por subscrição. A TV por subscrição oferece vários pacotes básicos, suportados em diversas tecnologias, direccionados para diferentes segmentos de mercado (doméstico, imobiliário e hotelaria), com distinto âmbito geográfico (Portugal continental, ilhas e internacional) e com um número variável de canais. **(2)** Os números apresentados incluem produtos em regime de promoção temporária (i.e., promoções do tipo "Experimente e Compre").

Casas passadas _ O número de casas passadas totalizou 2.782 mil no final de Junho de 2006, das quais 96,3% dispunham de capacidade para Internet de banda larga. O serviço de TV por subscrição atingiu 1.444 mil clientes no final de Junho de 2006 (1.072 mil clientes por cabo e 371 mil clientes por satélite). O decréscimo de 35 mil clientes no primeiro semestre de 2006 resultou essencialmente da actual conjuntura económica e das perspectivas menos favoráveis de evolução futura.

Banda larga _ Os clientes de banda larga (Netcabo) aumentaram 3,4% no primeiro semestre de 2006, face a igual período de 2005, totalizando 344 mil no final de Junho de 2006. A taxa de penetração do serviço Internet entre os clientes por cabo atingiu 32,1% no final de Junho de 2006, face a 30,9% no final de Junho de 2005.

Processo de digitalização _ No primeiro semestre de 2006, a PT Multimédia completou o processo de digitalização dos serviços de TV por subscrição, tendo o número instalado de set top boxes digitais ascendido a 585 mil no final de Junho 2006. O pacote de 65 canais de TV digital (TV Cabo Funtastic Life), lançado em Maio de 2005, tem registado uma boa aceitação, tendo atingido 196 mil clientes no final de Junho de 2006.

Subscrições premium _ O número de subscrições dos serviços premium diminuiu 6,4% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 735 mil, correspondendo a um pay to basic ratio de 51,0%. O decréscimo de subscrições dos serviços premium, especialmente ao nível dos canais de cinema e conteúdos para crianças, reflecte essencialmente a situação macroeconómica desfavorável. O canal Sport TV continuou a ser o conteúdo premium com maior aceitação, tendo beneficiado da cobertura alargada do Campeonato Mundial de Futebol realizada por este canal no segundo trimestre de 2006. As adições líquidas do canal Sport TV ascenderam a 19 mil no período, totalizando 429 mil clientes no final de Junho de 2006.

ARPU _ O ARPU total da TV por subscrição e Internet por cabo no primeiro semestre de 2006 aumentou 4,6%, face ao mesmo período de 2005, para 28,9 euros, reflectindo o sucesso do serviço digital TV Cabo Funtastic Life e o aumento do número de subscrições do canal Sport TV, devido ao Campeonato Mundial de Futebol.

Móvel Brasil – Vivo

Demonstração de resultados _ móvel Brasil ⁽¹⁾			milhões de reais
	1506	1505	Δ 06/05
Receitas operacionais	5.462,3	5.941,5	(8,1%)
Prestação de serviços	4 605,7	5.173,3	(11,0%)
Vendas	732,0	616,0	18,8%
Outras receitas operacionais	124,6	152,2	(18,1%)
Custos operacionais, excluindo amortizações	4.398,1	4.344,1	1,2%
Custos com pessoal	315,6	308,6	2,3%
Custos directos de serviços prestados (inclui custos de telecomunicações)	426,3	638,8	(33,3%)
Custo das mercadorias vendidas	1.080,6	1.310,1	(17,5%)
Marketing e publicidade	194,8	212,1	(8,2%)
Fornecimentos e serviços externos	1.290,8	1.122,2	15,0%
Provisões e ajustamentos	661,5	278,6	137,5%
Outros custos operacionais	428,6	473,6	(9,5%)
EBITDA	1.064,3	1.597,4	(33,4%)
Amortizações	1.374,9	1.323,9	3,8%
Resultado operacional	(310,6)	273,5	n.s.
Margem EBITDA	19,5%	26,9%	(7,4pp)
Capex	617,1	947,8	(34,9%)
Capex em % das receitas operacionais	11,3%	16,0%	(4,7pp)
EBITDA menos Capex	447,2	649,6	(31,2%)

(1) Informação preparada de acordo com os IFRS.

Receitas operacionais _ As receitas operacionais da Vivo, em reais e de acordo com os IFRS, diminuíram 8,1% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 5.462 milhões de reais, principalmente em resultado do decréscimo de 11,0% das receitas de serviço, decorrente da manutenção de um ambiente competitivo muito agressivo. A redução das receitas de interligação deveu-se essencialmente à migração de tráfego fixo-móvel para móvel-móvel, que resultou no decréscimo das receitas de tráfego de interligação.

EBITDA _ O EBITDA diminuiu 33,4% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 1.064 milhões de reais, reflectindo essencialmente o decréscimo das receitas de serviço, bem como o aumento de ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa, incluindo 162 milhões de reais referentes a problemas de facturação em resultado da migração dos sistemas para uma plataforma única. A margem EBITDA decresceu 7,4pp, para 19,5%, no primeiro semestre de 2006. Excluindo o impacto de 162 milhões de reais nas provisões e ajustamentos, a margem EBITDA ter-se-ia situado em 22,4% no primeiro semestre de 2006.

Capex _ O capex diminuiu 34,9% para 617 milhões de reais no primeiro semestre de 2006, equivalente a 11,3% das receitas operacionais, principalmente devido ao decréscimo do capex na rede. O capex no primeiro semestre de 2006 foi essencialmente direccionado para: (1) a cobertura e qualidade da rede, e (2) a consolidação e racionalização dos sistemas de facturação, CRM e ERP. No primeiro semestre de 2006, o EBITDA menos Capex registou um decréscimo de 31,2%, face a igual período do ano anterior, para 447 milhões de reais, devido ao decréscimo do EBITDA descrito anteriormente.

Dados operacionais _ móvel Brasil ⁽¹⁾			
	1S06	1S05	Δ 06/05
Clientes ('000)	28.525	28.446	0,3%
Quota de mercado nas áreas de operação (%)	40,6	47,6	(7,0pp)
Adições líquidas ('000)	(1.280)	1.903	n.s.
MOU (minutos)	67	80	(16,2%)
ARPU (reais)	24,7	28,7	(13,8%)
Dados em % das receitas	7,4	5,8	1,6pp
SARC (reais)	139,1	175,3	(20,7%)
CCPU ⁽²⁾ (reais)	15,5	17,3	(10,5%)
ARPU menos CCPU (reais)	9,3	11,4	(18,9%)

(1) Dados operacionais calculados de acordo com o GAAP brasileiro. (2) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações e venda de terminais por utilizador.

Clientes _ O número total de clientes da Vivo situou-se em 28.525 mil clientes no final de Junho de 2006, com os clientes pré-pagos a representar 81,5% da base total de clientes. Os desligamentos líquidos totalizaram 1.280 mil clientes no primeiro semestre de 2006, em resultado de um ajustamento da base de dados de 1.823 mil clientes inactivos, devido à migração dos sistemas para uma plataforma única. Apesar da evolução negativa das adições líquidas, a Vivo continuou a manter a sua posição de liderança no mercado móvel brasileiro, com a quota de mercado a situar-se em 40,6% nas regiões onde opera e em 31,1% no mercado total brasileiro, no final de Junho de 2006.

SARC _ No primeiro semestre de 2006, o mercado continuou muito competitivo, em particular no segmento médio e alto, onde alguns operadores diminuíram consideravelmente os níveis de barreira à entrada. Apesar deste ambiente, os custos de aquisição e retenção (SARC) unitários diminuíram 20,7%, para 139 reais, no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, com o decréscimo do nível de subsidiação e dos custos de marketing a mais do que compensar o aumento unitário das comissões.

Receitas de dados _ As receitas de dados representaram 7,4% das receitas de serviços no primeiro semestre de 2006, face a 5,8% no primeiro semestre de 2005. Cerca de 38% das receitas de dados foram provenientes de outros serviços de dados não-SMS, como downloads, acesso à Internet e outros.

MOU _ No primeiro semestre de 2006, o MOU total registou uma redução de 16,2%, face a igual período do ano anterior, para 67 minutos, devido essencialmente à evolução negativa do MOU pré-pago. A redução do tráfego de interligação, devido ao rebalanceamento das tarifas e ao aumento dos preços de interligação fixo-móvel (V-UM), influenciou o segmento pré-pago.

ARPU _ O ARPU total da Vivo no primeiro semestre de 2006 foi de 24,7 reais, uma redução de 13,8% face a igual período do ano anterior, principalmente em resultado da descida do tráfego de interligação, da migração de tráfego fixo-móvel para móvel-móvel e das promoções de tráfego.

Rede GSM _ O investimento no lançamento da rede GSM/EDGE, anunciado em Julho de 2006, deverá aumentar a competitividade da Vivo no mercado, através: (1) da redução do nível de subsidiação aos equipamentos, em resultado da obtenção de poupanças significativas na sua aquisição; (2) da oferta de uma vasta gama de equipamentos para os vários segmentos; (3) da cobertura a nível nacional através dos acordos actuais de roaming; (4) da expansão mais simplificada e menos dispendiosa para W-CDMA ao longo do tempo, e (5) do lançamento de novos serviços inovadores, tais como o BlackBerry. O lançamento da rede GSM/EDGE da Vivo poderá representar um investimento de aproximadamente 1.080 milhões de reais.

Outros negócios internacionais

Destaques financeiros dos principais activos em África, no Brasil e na Ásia no 1S06 ⁽¹⁾ ⁽²⁾									milhões
	Posição	Clientes	Receitas local	Δ 06/05	EBITDA local	Δ 06/05	Margem	Receitas euros	EBITDA euros
Médi Télécom	32,18%	4.180	2.228,6	8,2%	960,8	22,4%	43,1%	202,8	87,4
Unitel	25,00%	1.547	288,9	52,9%	198,2	48,4%	68,6%	235,1	161,3
CTM	28,00%	438	995,9	9,1%	393,6	0,9%	39,5%	101,4	40,1
UOL	29,00%	—	237,2	9,1%	62,6	7,4%	26,4%	88,1	23,2
CVT	40,00%	160	3.344,4	18,1%	2.094,8	23,9%	62,6%	30,3	19,0
Timor Telecom	41,12%	40	10,4	25,9%	4,7	49,8%	45,5%	8,4	3,8
CST	51,00%	22	63.407,1	25,1%	21.413,5	32,9%	33,8%	4,2	1,4

(1) Todas as informações calculadas em GAAP local. (2) Referente a 100% das empresas. A PT tem um contrato de gestão na Médi Télécom, CVT e Timor Telecom.

No primeiro semestre de 2006, todos os outros negócios internacionais do Grupo registaram um sólido desempenho, tanto ao nível das receitas como ao nível do EBITDA.

Marrocos – Médi Télécom

No primeiro semestre de 2006, as receitas operacionais da Médi Télécom aumentaram 8,2% face a igual período do ano anterior, para 2.229 milhões de dirham, enquanto que o EBITDA subiu 22,4%, para 961 milhões de dirham. A base total de clientes aumentou 21,2%, face ao primeiro semestre de 2005, para 4.180 mil clientes, representando uma quota de mercado de aproximadamente 33%, com as adições líquidas no primeiro semestre de 2006 a totalizarem 146 mil. O MOU decresceu 13,1% no primeiro semestre de 2006, face ao mesmo período do ano anterior, situando-se em 52 minutos. O ARPU foi de 89,0 dirham no primeiro semestre de 2006, um decréscimo de 16,4% face ao primeiro semestre de 2005, essencialmente em resultado de uma política de preços agressiva e da redução das tarifas de interligação. O refinanciamento da dívida da Médi Télécom foi recentemente concluído, estando actualmente mais de 66% da sua dívida denominada em dirham, mitigando o impacto de uma eventual desvalorização do dirham. A Médi Télécom ganhou, em Julho de 2006, uma licença UMTS em Marrocos, no seguimento da atribuição em 1999 de uma licença 2G e em 2005 de uma licença para o serviço fixo de telefone. O custo da licença UMTS totalizou 360 milhões de dirham (33 milhões de euros).

Angola – Unitel

As receitas operacionais e o EBITDA da Unitel registaram um crescimento no primeiro semestre de 2006 de 52,9% e 48,4%, respectivamente, devido ao forte crescimento da base de clientes no mercado. Estima-se que a penetração móvel em Angola deverá ascender actualmente a mais de 20%. As adições líquidas totalizaram 350 mil no primeiro semestre de 2006, com a base total de clientes a atingir 1.547 mil no final de Junho de 2006, um acréscimo de 94,8% face ao mesmo período do ano anterior. No primeiro semestre de 2006, o MOU decresceu 28,1% face ao primeiro semestre de 2005, para 134 minutos, em resultado do crescimento da base de clientes e do impacto na utilização do Campeonato Mundial de Futebol. O ARPU totalizou 34,5 dólares no primeiro semestre de 2006, um decréscimo de 26,9%, devido essencialmente ao forte crescimento da base de clientes no período. A Unitel encontra-se actualmente a investir na expansão da sua rede, tendo em vista a cobertura de mais de 3 milhões de clientes.

Macau – CTM

As receitas operacionais da CTM aumentaram 9,1% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 996 milhões de patacas, em resultado do crescimento dos clientes móveis e de banda larga. O EBITDA registou um acréscimo de 0,9%, face ao mesmo período do ano anterior, para 394 milhões de patacas. No segmento móvel, os clientes aumentaram 16,2% no primeiro semestre de 2006, para 263 mil. Apesar do aumento da concorrência, o ARPU móvel da CTM aumentou 10,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 244,3 patacas.

Brasil – UOL

As receitas operacionais da UOL aumentaram 9,1% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 237 milhões de reais, em resultado do crescimento da base de clientes e das receitas de publicidade. O EBITDA registou um acréscimo de 7,4%, face ao mesmo período do ano anterior, para 63 milhões de reais, correspondendo a uma margem EBITDA de aproximadamente 26,4%, reflectindo o forte crescimento da publicidade da marca e de links patrocinados, bem como o controlo rigoroso de custos. A base de clientes da UOL atingiu 1.492 mil no final de Junho de 2006, incluindo 697 mil clientes de banda larga, que registaram um crescimento de 37% face a igual período do ano anterior. Em Junho de 2006, o número de páginas vistas e de visitantes únicos aumentou 52% e 21%, respectivamente, face a igual período do ano anterior.

Cabo Verde – CVT

Em Cabo Verde, as receitas operacionais e o EBITDA da CVT aumentaram 18,1% e 23,9% no primeiro semestre de 2006, respectivamente, face a igual período do ano anterior. No segmento de rede fixa, o número total de acessos cresceu 1,8% no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo de 2005, para 73 mil, e no segmento móvel, a base de clientes

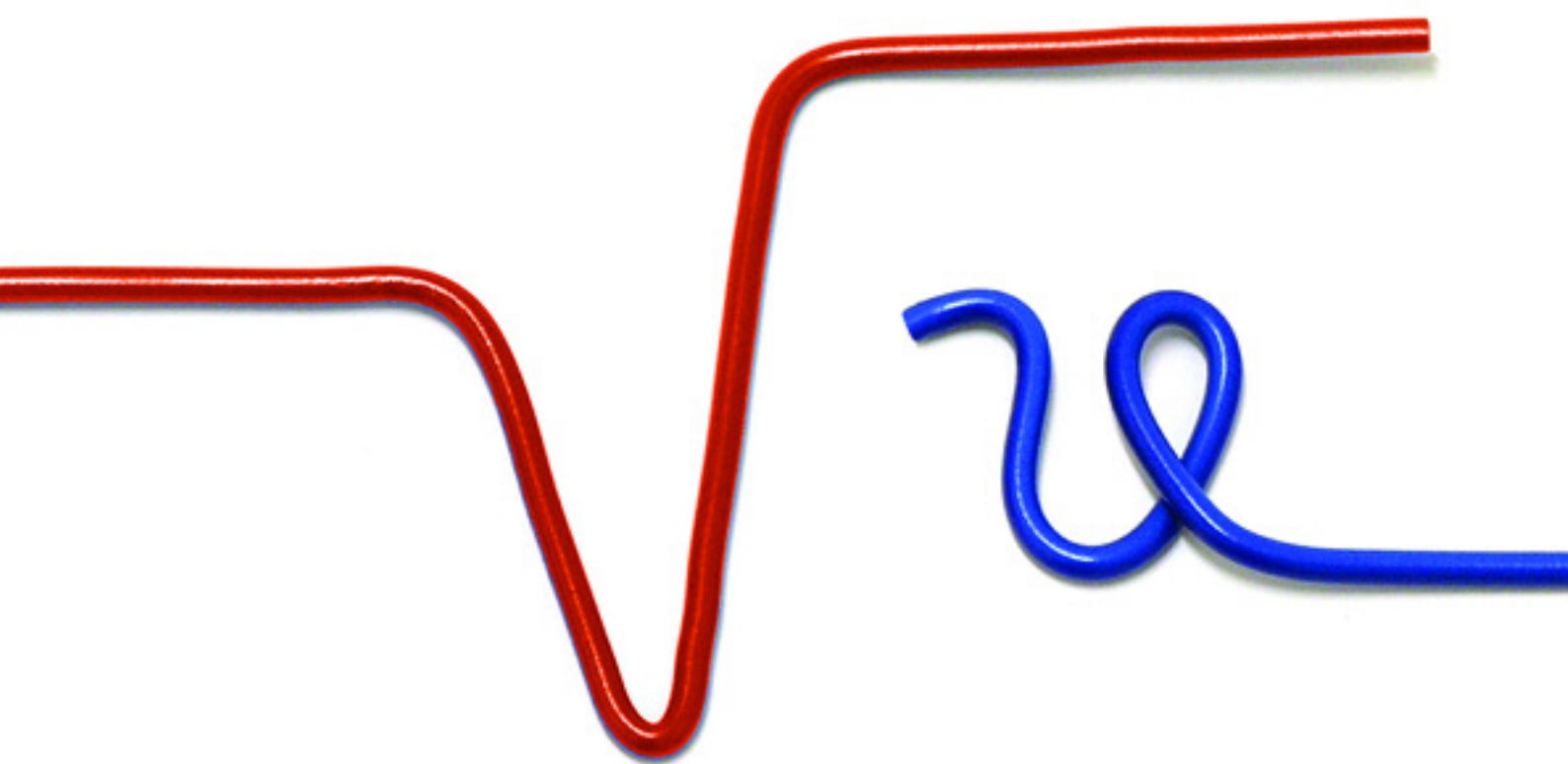
registou um crescimento de 22,5% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 87 mil clientes, com adições líquidas de 6 mil clientes. O MOU atingiu 79 minutos, um decréscimo de 1,1% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior. O ARPU móvel foi de 2.548 escudos no primeiro semestre de 2006, um aumento de 11,3% face ao primeiro semestre de 2005, apesar do crescimento da base de clientes.

Timor-Leste – Timor Telecom

Em Timor-Leste, as receitas operacionais e o EBITDA da Timor Telecom registaram no primeiro semestre de 2006 acréscimos de 25,9% e 49,8%, respectivamente, face ao primeiro semestre de 2005, essencialmente em resultado do aumento dos clientes móveis. No segmento móvel, a Timor Telecom adicionou 4 mil novos clientes no primeiro semestre de 2006, atingindo um total de 37 mil clientes no final de Junho de 2006. O MOU aumentou 1,9% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, atingindo 101 minutos. O ARPU do segmento móvel foi de 35,0 dólares no primeiro semestre de 2006, representando um decréscimo de 4,7% face ao mesmo período do ano anterior.

São Tomé e Príncipe – CST

Em São Tomé e Príncipe, as receitas operacionais da CST aumentaram 25,1%, face ao primeiro semestre de 2005, para 63.407 milhões de dobras no primeiro semestre de 2006, e o EBITDA registou um acréscimo de 32,9%, para 21.413 milhões de dobras. No segmento móvel, a CST adicionou 3 mil novos clientes no primeiro semestre de 2006, atingindo um total de 15 mil clientes no final de Junho de 2006. O MOU decresceu 5,4% no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo do ano anterior, situando-se em 81 minutos, em resultado do aumento da base de clientes. O ARPU foi de 382,7 mil dobras no primeiro semestre de 2006, um acréscimo de 2,9% face ao mesmo período do ano anterior.



02 _ Análise dos resultados consolidados

22	Resultados consolidados
23	Receitas operacionais consolidados
25	Resultados operacionais antes de amortizações (EBITDA)
26	Custos operacionais consolidados
28	Resultado líquido
30	Capex
31	Cash flow
32	Balanço consolidado
33	Dívida líquida consolidada
36	Benefícios de reforma
37	Capital próprio (excluindo interesses minoritários)

Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾			milhões de euros
	1506	1505	Δ 06/05
Receitas operacionais	3.088,6	3.028,7	2,0%
Rede fixa	970,4	1.035,0	(6,2%)
Móvel Portugal _ TMN	685,1	694,7	(1,4%)
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	1.014,4	896,5	13,1%
Multimédia _ PT Multimédia	323,8	309,8	4,5%
Outras	94,9	92,6	2,4%
Custos operacionais, excluindo amortizações	1.998,4	1.851,2	8,0%
Custos com pessoal	351,7	337,1	4,3%
Custos com benefícios de reforma	23,9	44,7	(46,5%)
Custos directos dos serviços prestados	402,5	427,8	(5,9%)
Custos de telecomunicações	228,8	271,8	(15,8%)
Custos de programação	75,3	68,7	9,7%
Listas telefónicas	38,5	41,6	(7,6%)
Outros	59,9	45,7	31,1%
Custo das mercadorias vendidas	290,6	297,2	(2,2%)
Marketing e publicidade	72,8	79,3	(8,1%)
Manutenção e reparação	81,4	78,1	4,2%
Fornecimentos e serviços externos	516,1	454,6	13,5%
Provisões e ajustamentos	150,7	40,1	276,1%
Impostos, excluindo impostos sobre rendimento	90,9	76,4	19,0%
Outros custos operacionais	17,9	16,0	11,4%
Resultados operacionais antes de amortizações (EBITDA) ⁽²⁾	1.090,2	1.177,5	(7,4%)
Amortizações	597,1	523,3	14,1%
Resultado operacional ⁽³⁾	493,1	654,2	(24,6%)
Outros custos (receitas)	36,7	99,2	(63,0%)
Custos do programa de redução de efectivos	25,0	90,5	(72,3%)
Menos (mais) valias na alienação de imobilizado	(0,2)	0,4	n.s.
Outros custos líquidos	11,9	8,2	44,3%
Resultado antes resultados financeiros e impostos	456,4	555,0	(17,8%)
Custos (ganhos) financeiros	108,9	104,9	3,9%
Juros suportados líquidos	113,7	116,2	(2,2%)
Diferenças de câmbio desfavoráveis (favoráveis) líquidas	(2,0)	(35,9)	(94,5%)
Perdas (ganhos) em activos financeiros líquidas	12,8	22,0	(41,8%)
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(45,5)	(28,5)	59,5%
Outros custos financeiros	29,9	31,1	(3,8%)
Resultado antes de impostos	347,5	450,1	(22,8%)
Imposto sobre o rendimento	50,8	(156,3)	n.s.
Resultado das operações continuadas	398,3	293,8	35,6%
Resultado das operações descontinuadas	0,0	1,6	n.s.
Interesses minoritários	3,2	(11,8)	n.s.
Resultado consolidado líquido	401,5	283,5	41,6%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1505 e de 2,6925 no 1506. **(2)** EBITDA = resultado operacional + amortizações. **(3)** Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Receitas operacionais consolidadas _ receitas por segmento de negócio ⁽¹⁾			milhões de euros
	1S06	1S05	Δ 06/05
Rede fixa	1.053,5	1.116,1	(5,6%)
Móvel Portugal _ TMN	719,9	748,1	(3,8%)
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	1.014,4	896,4	13,2%
Multimédia _ PT Multimédia	324,7	310,3	4,6%
Outros e eliminações	(23,8)	(42,2)	(43,5%)
Receitas operacionais consolidadas	3.088,6	3.028,7	2,0%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06.

Receitas operacionais consolidadas _ contribuição por segmento de negócio ⁽¹⁾			milhões de euros
	1S06	1S05	Δ 06/05
Rede fixa	970,4	1.035,0	(6,2%)
Móvel Portugal _ TMN	685,1	694,7	(1,4%)
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	1.014,4	896,5	13,1%
Multimédia _ PT Multimédia	323,8	309,8	4,5%
Outros	94,9	92,6	2,4%
Receitas operacionais consolidadas	3.088,6	3.028,7	2,0%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06.

Receitas operacionais consolidadas

As receitas operacionais consolidadas aumentaram 2,0% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 3.089 milhões de euros, reflectindo uma maior contribuição da Vivo, devido à apreciação do real no período, e da PT Multimédia. Considerando uma taxa de câmbio constante, as receitas operacionais consolidadas teriam decrescido 4,5% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, essencialmente devido à menor contribuição do negócio de rede fixa e da TMN, reflectindo o impacto da desceda das tarifas de interligação e a redução das receitas da Vivo em reais.

Rede fixa _ As receitas operacionais do negócio de rede fixa diminuíram 5,6% (63 milhões de euros), para 1.053 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior. No primeiro semestre de 2006, o crescimento das receitas de ADSL e dos planos de preços não foi suficiente para compensar o decréscimo das receitas de tráfego e de acesso, resultante da contínua concorrência dos operadores fixos e móveis. No primeiro semestre de 2006, o impacto negativo da redução das tarifas de interligação fixo-móvel situou-se em 17 milhões de euros.

TMN _ As receitas operacionais da TMN decresceram 3,8% (28 milhões de euros), para 720 milhões de euros, no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, essencialmente em resultado da redução das receitas de interligação. As tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel registaram no primeiro semestre de 2006 uma redução média anual de 21,7% e 22,1%, respectivamente, fixando-se ambas em 0,12 euros por minuto para a TMN, em Abril de 2006. As tarifas de interligação vão continuar a cair 0,50 cêntimos de euro por trimestre, para 0,11 euros em Outubro de 2006. No primeiro semestre de 2006, o impacto da descida das tarifas de interligação nas receitas da TMN foi de 30 milhões de euros. Excluindo este efeito, as receitas operacionais ter-se-iam mantido estáveis no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior.

Vivo _ As receitas operacionais da Vivo aumentaram 13,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 1.014 milhões de euros, essencialmente em resultado da apreciação de 23,1% do real face ao euro no período (190 milhões de euros). As receitas operacionais da Vivo, em reais e de acordo com os IFRS, diminuíram 8,1% no primeiro semestre de 2006, em resultado do ambiente competitivo.

PT Multimédia _ As receitas operacionais da PT Multimédia aumentaram 4,6% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 325 milhões de euros, em resultado do crescimento de 5,4% das receitas operacionais da TV por subscrição e Internet por cabo. Este crescimento está suportado no aumento do ARPU, impulsionado pelo sucesso do serviço digital TV Cabo Funtastic Life.

A diferença na taxa de variação das receitas operacionais do segmento de negócio móvel Portugal e da contribuição desse negócio para as receitas operacionais consolidadas está relacionada com a redução, atrás referida, das tarifas de interligação fixo-móvel ocorrida durante o período em análise.

EBITDA por segmento de negócio ⁽¹⁾ ⁽²⁾				milhões de euros
	1S06	1S05	Δ 06/05	Margem
Rede fixa	486,9	521,7	(6,7%)	46,2
Móvel Portugal _ TMN	318,8	334,2	(4,6%)	44,3
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	197,6	241,0	(18,0%)	19,5
Multimédia _ PT Multimédia	106,2	96,1	10,5%	32,7
Outros	(19,3)	(15,5)	24,0%	n.s.
EBITDA total	1.090,2	1.177,5	(7,4%)	35,3
Margem EBITDA (%)	35,3	38,9	(3,6pp)	

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações.

Resultados operacionais antes de amortizações (EBITDA)

O EBITDA diminuiu 7,4% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 1.090 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 35,3%. A redução de 87 milhões de euros no EBITDA é essencialmente explicada: (1) pelo impacto negativo da redução das tarifas de interligação (18 milhões de euros); (2) pela reversão de uma provisão relativa a uma conta a receber da Angola Telecom (23 milhões de euros) no primeiro trimestre de 2005, e (3) pela provisão reconhecida na Vivo para fazer face a problemas de facturação relativos à migração dos sistemas para uma plataforma única (30 milhões de euros).

Rede fixa _ No primeiro semestre de 2006, o EBITDA do negócio de rede fixa diminuiu 6,7% para 487 milhões de euros. Excluindo o impacto relativo à reversão da provisão para a conta a receber da Angola Telecom registada no primeiro trimestre de 2005, o EBITDA da rede fixa teria decrescido 2,3% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, principalmente em resultado da redução das receitas de tráfego e dos níveis de desligamento de linhas.

PT Multimédia _ A contribuição da PT Multimédia para o EBITDA consolidado aumentou 1,6pp para 9,7% no primeiro semestre de 2006, impulsionada pelo crescimento do ARPU e pelas melhorias da margem ocorridas nesse período.

Negócios móveis _ A contribuição dos negócios móveis para o EBITDA consolidado diminuiu 1,5pp no primeiro semestre de 2006, para 47,4%, essencialmente em resultado do decréscimo do EBITDA da Vivo. A redução do EBITDA da Vivo no primeiro semestre de 2006, considerando uma taxa de câmbio constante, decorre essencialmente dos aumentos das provisões e ajustamentos, custos de call centres e outsourcing. No caso da TMN, e excluindo o impacto negativo da descida das tarifas de interligação fixo-móvel, no montante de 16 milhões de euros, o EBITDA ter-se-ia mantido estável no primeiro semestre de 2006, em 335 milhões de euros.

Outros negócios _ O EBITDA dos outros negócios foi negativo em 19 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a 16 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2005, principalmente devido ao decréscimo dos custos de gestão na: (1) Unitel, que não registou quaisquer comissões de gestão no primeiro semestre de 2006, em resultado do contrato de gestão ter cessado em Dezembro de 2005, encontrando-se actualmente em processo de renegociação, e (2) Vivo, que registou um desempenho operacional e bolsista mais fraco, resultando na redução das comissões de gestão.

Custos operacionais consolidados

Os custos operacionais consolidados totalizaram 2.595 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, um aumento de 9,3% face a igual período do ano anterior, devido essencialmente à apreciação do real face ao euro e ao incremento das provisões e ajustamentos. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos operacionais consolidados teriam registado um aumento de 0,6% no período.

Custos com pessoal _ Os custos com pessoal aumentaram 4,3%, no primeiro semestre de 2006, para 352 milhões de euros, equivalentes a 11,4% das receitas operacionais consolidadas. Considerando uma taxa de câmbio do real constante, os custos com o pessoal teriam registado uma diminuição de 1,1% no período, principalmente em resultado do decréscimo de 4,2% ocorrido no negócio de rede fixa. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 19,8% (em reais) dos custos com pessoal na Mobitel, a operação de call centers da PT no Brasil, no primeiro semestre de 2006, devido à incorporação adicional de 1.121 trabalhadores no período.

Custos com benefícios de reforma _ Os custos com benefícios de reforma diminuíram 46,5% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 24 milhões de euros, principalmente em resultado: (1) do efeito líquido da redução da taxa de desconto, de 5,3% no primeiro semestre de 2005 para 4,86% no primeiro semestre de 2006 (9 milhões de euros), e (2) do aumento da rentabilidade esperada dos activos resultante das contribuições efectuadas para o fundo de pensões, incluindo a contribuição extraordinária de 300 milhões de euros realizada no segundo trimestre de 2006 (15 milhões de euros).

Custos directos dos serviços prestados _ Os custos directos dos serviços prestados diminuíram 5,9% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 402 milhões de euros. Esta rubrica representou 13,0% das receitas operacionais consolidadas. Os custos de telecomunicações, a principal componente dos custos directos dos serviços prestados, diminuíram 15,8% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 229 milhões de euros, essencialmente devido à descida do volume de tráfego na rede fixa e à redução das tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel em Portugal. Os custos de telecomunicações

representaram 7,4% das receitas operacionais consolidadas. Os custos de programação aumentaram 9,7% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 75 milhões de euros, principalmente em resultado do lançamento da oferta digital no segundo trimestre de 2005 e da introdução de um novo canal premium de cinema.

Custo das mercadorias vendidas _ O custo das mercadorias vendidas registou um decréscimo de 2,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 291 milhões de euros, apesar do impacto da apreciação do real face ao euro (38 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, o custo das mercadorias vendidas teria diminuído 14,9% no período, para 253 milhões de euros, principalmente devido a uma menor actividade comercial na Vivo, face ao mesmo período do ano anterior.

Custos de marketing e publicidade _ Os custos de marketing e publicidade diminuíram 8,1% no primeiro semestre de 2006, para 73 milhões de euros, sobretudo devido ao decréscimo na TMN (5 milhões de euros), bem como à redução na rede fixa (3 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pela apreciação do real face ao euro (7 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos de marketing e publicidade teriam diminuído 16,8% no período.

Custos de fornecimentos e serviços externos _ Os custos de fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 13,5% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 516 milhões de euros, principalmente em resultado da apreciação do real face ao euro (42 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos de fornecimentos e serviços externos teriam aumentado 4,3% no período, principalmente em resultado do acréscimo das comissões na TMN e na Vivo, bem como do aumento do outsourcing e dos custos de call centers na Vivo, relacionados com o aumento da actividade comercial. Esta rubrica representou 16,7% das receitas operacionais consolidadas.

Custos operacionais consolidados ⁽¹⁾				milhões de euros
	1506	1505	Δ 06/05	% Receitas
Custos com pessoal	351,7	337,1	4,3%	11,4
Custos com benefícios de reforma	23,9	44,7	(46,5%)	0,8
Custos directos dos serviços prestados	402,5	427,8	(5,9%)	13,0
Custos de telecomunicações	228,8	271,8	(15,8%)	7,4
Custos de programação	75,3	68,7	9,7%	2,4
Listas telefónicas	38,5	41,6	(7,6%)	1,2
Outros	59,9	45,7	31,1%	1,9
Custo das mercadorias vendidas	290,6	297,2	(2,2%)	9,4
Marketing e publicidade	72,8	79,3	(8,1%)	2,4
Fornecimentos e serviços externos	516,1	454,6	13,5%	16,7
Provisões e ajustamentos	150,7	40,1	276,1%	4,9
Impostos, excluindo impostos sobre o rendimento	90,9	76,4	19,0%	2,9
Outros custos operacionais diversos	99,3	94,2	5,4%	3,2
Custos operacionais, excluindo amortizações	1.998,4	1.851,2	8,0%	64,7
Amortizações	597,1	523,3	14,1%	19,3
Custos operacionais	2.595,5	2.374,5	9,3%	84,0

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1505 e de 2,6925 no 1506.

Provisões e ajustamentos – As provisões e ajustamentos aumentaram de 40 milhões de euros no primeiro semestre de 2005 para 151 milhões de euros no primeiro semestre de 2006. Este acréscimo resulta principalmente do aumento de 30 milhões de euros e 81 milhões de euros na rede fixa e na Vivo, respectivamente. O aumento das provisões e ajustamentos na rede fixa ficou a dever-se principalmente à reversão de uma provisão no primeiro trimestre de 2005, referente a uma conta a receber de uma dívida da Angola Telecom, que havia sido totalmente provisionada em anos anteriores (23 milhões de euros). O aumento nas provisões e ajustamentos na Vivo ficou a dever-se maioritariamente à apreciação do real face ao euro (23 milhões de euros) e ao acréscimo das provisões e ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa, decorrente de problemas de facturação em resultado da migração dos sistemas para uma plataforma única. No primeiro semestre de 2006, esta rubrica de custos representou 4,9% das receitas operacionais consolidadas.

Impostos – Os impostos, excluindo impostos sobre o rendimento, que incluem essencialmente impostos indirectos e custos de espectro (TMN e Vivo), aumentaram de 76 milhões de euros no primeiro semestre de 2005 para 91 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, dos quais 13 milhões de euros referentes à apreciação do real no período. Considerando uma taxa de câmbio constante, esta rubrica teria aumentado 2,5% no período, em resultado do acréscimo dos custos de espectro na Vivo.

Amortizações – As amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo aumentaram 14,1% no primeiro semestre de 2006, para 597 milhões de euros, maioritariamente devido ao aumento da contribuição da Vivo (56 milhões de euros) e da PT Multimédia (13 milhões de euros) para as amortizações consolidadas. O aumento nas amortizações da Vivo ficou a dever-se essencialmente: (1) ao impacto da apreciação do real face ao euro, no montante de 48 milhões de euros, e (2) ao aumento do capex em 2005, relativo à expansão de rede e de cobertura. Esta rubrica de custos representou 19,3% das receitas operacionais consolidadas.

Resultado líquido

Custos com o programa de redução de efectivos _ Os custos com o programa de redução de efectivos situaram-se em 25 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, o que compara com 91 milhões de euros no mesmo período do ano anterior.

Encargos financeiros líquidos _ Os encargos financeiros líquidos decresceram 2,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 114 milhões de euros, essencialmente em resultado da redução de aproximadamente 0,1% do custo médio da dívida, para 5,9% no primeiro semestre de 2006, bem como do decréscimo da dívida líquida média no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da apreciação do real face ao euro (8 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, os encargos financeiros líquidos teriam decrescido 8,9% no período. Excluindo o Brasil, o custo médio da dívida foi de 4,0%, o que compara com 4,2% no primeiro semestre de 2005, beneficiando do aumento de 1 milhão de euros do justo valor das opções sobre acções associadas às obrigações convertíveis a reembolsar em Dezembro de 2006. Ajustado deste efeito, o custo da dívida, excluindo o Brasil, foi de 4,1%.

Ganhos cambiais líquidos _ Os ganhos cambiais líquidos totalizaram 2 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, o que compara com 36 milhões de euros no primeiro semestre de 2005. Os ganhos registados no primeiro semestre de 2006 foram maioritariamente relativos a ganhos referentes à dívida da Vivo denominada em dólares e sem cobertura cambial, relacionados com a apreciação do real face ao dólar, os quais foram compensados pelas perdas cambiais relativas aos dividendos a receber da Unitel (denominadas em dólares), na sequência da desvalorização do dólar face ao euro no período. Os ganhos registados no primeiro semestre de 2005 foram maioritariamente relativos a: (1) ganhos referentes à dívida da Vivo denominada em dólares e sem cobertura cambial, relacionados com a apreciação do real face ao dólar, e (2) empréstimos intra-grupo da PT à Vivo (denominados em dólares), relacionados com a apreciação do dólar face ao euro.

Perdas líquidas em activos financeiros _ As perdas líquidas em activos financeiros totalizaram 13 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a perdas líquidas de 22 milhões de euros no primeiro semestre de 2005. Esta rubrica incluiu essencialmente ganhos e perdas em determinados contratos derivados, nomeadamente: (1) contratos de equity swap sobre acções da PT Multimédia (perdas líquidas de 7 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a ganhos líquidos de 0,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2005); (2) derivados cambiais da Vivo, que não cobrem nenhum risco específico (ganhos líquidos de 1 milhão de euros no primeiro semestre de 2006, face a perdas líquidas de 30 milhões de euros no primeiro semestre de 2005), e (3) derivados cambiais da PT, que não cobrem nenhum risco específico (perdas líquidas de 8 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a ganhos líquidos de 10 milhões de euros no mesmo período do ano anterior).

Ganhos relativos a empresas associadas _ Os ganhos relativos a empresas associadas totalizaram 45 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a 29 milhões de euros no primeiro semestre de 2005. Esta rubrica incluiu essencialmente a proporção da PT nos resultados líquidos da Unitel em Angola (35 milhões de euros), da Médi Télécom em Marrocos (11 milhões de euros), da CTM em Macau (7 milhões de euros) e da UOL no Brasil (4 milhões de euros), a qual foi compensada pelo reconhecimento de perdas relacionadas com um investimento potencial no Congo (8 milhões de euros). A melhoria nesta rubrica de 17 milhões de euros é essencialmente explicada pelo aumento dos ganhos da Unitel (de 14 milhões de euros para 35 milhões de euros).

Outros custos financeiros _ Os outros custos financeiros totalizaram 30 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a 31 milhões de euros no primeiro semestre de 2005, e incluem maioritariamente serviços bancários, comissões, descontos financeiros e outros custos de financiamento.

Imposto sobre o rendimento _ O imposto sobre o rendimento registou no primeiro semestre de 2006 um valor negativo de 51 milhões de euros, devido: (1) ao reconhecimento de um benefício fiscal de 53 milhões de euros no primeiro trimestre de 2006, em resultado da liquidação de uma holding, e (2) ao ganho de 142 milhões de euros registado no segundo trimestre de 2006, relacionado com a redução dos impostos diferidos passivos decorrente da tributação voluntária sobre mais-valias. No âmbito da reestruturação interna em curso, a PT adoptou o regime de tributação voluntária sobre mais-valias, tendo utilizado os prejuízos fiscais reportáveis para compensar o imposto devido. Excluindo estes efeitos extraordinários, o imposto sobre o rendimento teria sido de 143 milhões de euros em 2006, face a 156 milhões de euros no primeiro semestre de 2005, correspondendo a uma taxa efectiva de imposto de 42% (35% no primeiro semestre de 2005). O acréscimo da taxa efectiva de imposto deveu-se essencialmente ao aumento dos prejuízos registados pela Vivo.

Operações descontinuadas _ A rubrica de operações descontinuadas inclui o resultado das empresas que foram vendidas nos períodos reportados e as mais-valias líquidas de imposto obtidas com a venda desses investimentos. Na sequência do anúncio da venda da Lusomundo Serviços (negócio media da PT Multimédia) e da PrimeSys, estes negócios foram apresentados como operações descontinuadas nas demonstrações financeiras consolidadas no primeiro semestre de 2005, de acordo com as normas dos IFRS. Como consequência, os resultados destas empresas foram incluídos nesta rubrica em 2005 até à data efectiva de venda, que no caso da Lusomundo Serviços ocorreu em 25 de Agosto de 2005 e da PrimeSys em 25 de Novembro de 2005.

Interesses minoritários _ Os prejuízos atribuíveis a interesses minoritários totalizaram 3 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, face a lucros de 12 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. No primeiro semestre de 2006, esta rubrica incluiu principalmente os prejuízos atribuíveis a interesses minoritários das subsidiárias da Vivo (29 milhões de euros, face a lucros de 1 milhão de euros no primeiro semestre de 2005) e os lucros atribuíveis a interesses minoritários da PT Multimédia (18 milhões de euros, face a 5 milhões de euros no primeiro semestre de 2005).

Resultado líquido _ O resultado líquido aumentou 41,6% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 402 milhões de euros, principalmente devido ao efeito da reestruturação fiscal realizada no período.

Capex

Capex por segmento de negócio ⁽¹⁾				milhões de euros
	1S06	1S05	Δ 06/05	% Receitas
Rede fixa	99,6	96,5	3,2%	9,5
Móvel Portugal _ TMN	51,5	47,7	7,9%	7,2
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	114,6	143,0	(19,9%)	11,3
Multimédia _ PT Multimédia	75,3	55,6	35,5%	23,2
Outros	15,3	25,5	(40,0%)	n.s.
Capex total	356,3	368,3	(3,3%)	11,5

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06.

Total do capex _ No primeiro semestre de 2006, o total do capex decresceu 3,3%, face a igual período do ano anterior, para 356 milhões de euros, principalmente devido ao decréscimo da contribuição da Vivo considerando uma taxa de câmbio constante (50 milhões de euros), o qual foi parcialmente compensado pelo impacto da apreciação do real face ao euro (22 milhões de euros), e pelo aumento do capex na PT Multimédia. Considerando uma taxa de câmbio constante, o capex teria diminuído 9,3% no período. O total do capex foi equivalente a 11,5% das receitas operacionais.

Rede fixa _ O capex do negócio de rede fixa aumentou 3,2% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 100 milhões de euros, equivalente a 9,5% das receitas operacionais. Este capex foi essencialmente direccionado para o investimento em banda larga, em termos de cobertura e de largura de banda.

TMN _ O capex da TMN aumentou 7,9% no primeiro semestre de 2006, para 51 milhões de euros, equivalente a 7,2% das receitas operacionais, principalmente em resultado da aceleração do investimento em 3G, que representou aproximadamente 80% do capex de rede da TMN.

Vivo _ A proporção da PT no capex da Vivo diminuiu 19,9% no primeiro semestre de 2006, para 115 milhões de euros, o que corresponde a 11,3% das receitas operacionais. O capex da Vivo em reais diminuiu 34,9% face a igual período do ano anterior, principalmente devido ao decréscimo do capex na rede. O capex da Vivo foi essencialmente direccionado para: (1) a cobertura e qualidade da rede, e (2) a consolidação e racionalização dos sistemas de facturação, CRM e ERP.

PT Multimédia _ O capex da PT Multimédia aumentou de 56 milhões de euros no primeiro semestre de 2005 para 75 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, em resultado essencialmente: (1) do investimento em capacidade adicional de transponders; (2) do aumento das casas passadas e da reestruturação da arquitectura da rede de fibra para uma arquitectura “fiber to the hub”, afim de permitir uma maior largura de banda, e (3) do aumento do investimento em equipamento terminal no âmbito do programa de digitalização.

Outros negócios _ O capex dos outros negócios ascendeu a 15 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, o que compara com 25 milhões de euros em igual período do ano anterior. Esta rubrica inclui o capex relativo a outras operações do grupo que são consolidadas integralmente, mas que não fazem parte dos segmentos principais de negócio, bem como o capex de outras empresas instrumentais.

Cash flow

EBITDA menos Capex por segmento de negócio ⁽¹⁾				milhões de euros
	1S06	1S05	Δ 06/05	% Receitas
Rede fixa	387,3	425,2	(8,9%)	36,8
Móvel Portugal _ TMN	267,3	286,5	(6,7%)	37,1
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	83,0	98,0	(15,3%)	8,2
Multimédia _ PT Multimédia	30,9	40,5	(23,7%)	9,5
Outros	(34,5)	(41,0)	(15,7%)	n.s.
EBITDA menos Capex total	734,0	809,2	(9,3%)	23,8

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,3140 no 1S05 e de 2,6925 no 1S06.

Free cash flow				milhões de euros
	1S06	1S05	Δ 06/05	
EBITDA menos Capex	734,0	809,2	(9,3%)	
Itens não monetários incluídos no EBITDA				
Custos com benefícios de reforma	23,9	44,7	(46,5%)	
Provisões e outras rubricas não monetárias	9,3	23,4	(60,4%)	
Variação do fundo de maneo	(126,5)	(255,2)	(50,4%)	
Free cash flow operacional	640,7	622,2	3,0%	
Aquisição de investimentos financeiros ⁽¹⁾	(32,4)	(10,5)	209,0%	
Alienação de empresas ⁽²⁾	0,0	15,9	n.s.	
Juros pagos	(251,0)	(138,3)	81,5%	
Pagamentos relativos a benefícios de reforma ⁽³⁾	(147,2)	(183,0)	(19,6%)	
Impostos sobre o rendimento pagos por subsidiárias	(20,8)	(24,1)	(13,4%)	
Outros movimentos	(18,7)	(18,9)	(0,8%)	
Free cash flow	170,5	263,4	(35,3%)	

(1) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica incluiu maioritariamente a contribuição da PT para o aumento de capital do BES (19 milhões de euros). (2) No primeiro semestre de 2005, esta rubrica incluiu 15 milhões de euros relativos à venda da Intelsat. (3) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica incluiu: (i) 47 milhões de euros referentes a contribuições para o fundo de pensões; (ii) 72 milhões de euros referentes a pagamentos de salários a trabalhadores pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma; (iii) 16 milhões de euros referentes a pagamentos à PT ACS relativos a custos com cuidados de saúde prestados a trabalhadores reformados, pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma, e (iv) 13 milhões de euros referentes ao programa de redução de efectivos.

EBITDA menos Capex _ O EBITDA menos Capex diminuiu 9,3% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 734 milhões de euros. No seu conjunto, os negócios domésticos representaram aproximadamente 93% do total do EBITDA menos Capex.

Free cash flow operacional _ No primeiro semestre de 2006, o free cash flow operacional aumentou 3,0% face ao ano anterior, para 641 milhões de euros, em resultado principalmente do menor investimento em fundo de maneo, o qual foi parcialmente compensado pela redução de 75 milhões de euros do EBITDA menos Capex. O investimento em fundo de maneo no primeiro semestre de 2006 ficou a dever-se essencialmente ao decréscimo de 103 milhões de euros das contas a pagar a fornecedores de activos fixos, nomeadamente na Vivo e TMN, relacionado com o capex realizado no quarto trimestre de 2005.

Free cash flow _ O free cash flow diminuiu de 263 milhões de euros no primeiro semestre de 2005 para 170 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, principalmente devido ao aumento dos juros liquidados, nomeadamente: (1) na Portugal Telecom, que no primeiro semestre de 2006 incluiu os juros pagos dos Eurobonds emitidos em Março e Junho de 2005 e o último pagamento dos juros do Eurobond que maturou em Fevereiro de 2006, e (2) na Vivo, que incluiu os juros resultantes da reestruturação da dívida realizada no primeiro semestre de 2006, tendo sido reduzido o nível de disponibilidades consolidadas para antecipar a amortização de parte da sua dívida bruta, incluindo o pagamento de juros. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento do free cash flow operacional e pela redução dos pagamentos relativos a benefícios de reforma, em resultado de no primeiro semestre de 2005 se terem efectuado contribuições superiores relativas ao programa de redução de efectivos.

Balanço consolidado

Balanço consolidado ⁽¹⁾		milhões de euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005	
Activo corrente	3.574,3	6.153,7	
Disponibilidades e títulos negociáveis	1.491,8	3.911,8	
Contas a receber	1.490,0	1.633,5	
Existências	213,0	170,3	
Impostos a recuperar	192,2	203,8	
Custos diferidos e outros activos correntes	187,3	234,3	
Activo não corrente	9.921,4	10.475,1	
Contas a receber	15,5	20,5	
Custos diferidos	2,9	3,4	
Impostos a recuperar	118,0	117,2	
Investimentos financeiros	541,5	521,7	
Activos intangíveis	3.514,1	3.601,6	
Activos tangíveis	3.878,1	4.062,0	
Activos por impostos diferidos	1.148,2	1.387,8	
Outros activos não correntes	703,1	760,8	
Total do activo	13.495,7	16.628,8	
Passivo corrente	3.629,9	4.947,5	
Dívida de curto prazo	1.447,2	2.415,6	
Contas a pagar	946,3	1.129,9	
Acréscimos de custos	564,7	707,9	
Receitas diferidas	197,0	208,2	
Impostos a pagar	254,0	237,2	
Provisões e outros passivos correntes	220,6	248,7	
Passivo não corrente	7.362,4	9.099,2	
Dívida de médio e longo prazo	4.425,0	5.168,6	
Contas a pagar	4,7	6,1	
Impostos a pagar	30,4	30,9	
Receitas diferidas	0,4	0,4	
Benefícios de reforma	1.990,4	2.635,9	
Passivos por impostos diferidos	55,5	334,9	
Provisões e outros passivos não correntes	856,0	922,4	
Total do passivo	10.992,4	14.046,7	
Capital próprio, excluindo interesses minoritários	1.788,4	1.828,4	
Interesses minoritários	714,9	753,7	
Total do capital próprio	2.503,3	2.582,1	
Total do capital próprio e do passivo	13.495,7	16.628,8	

(1) Considerando uma taxa de câmbio euro/real de 2,7440 no final de 2005 e de 2,7829 no final de Junho de 2006.

Activos e passivos _ O decréscimo dos activos e passivos no primeiro semestre de 2006 deveu-se essencialmente à redução da dívida bruta e das disponibilidades, em resultado do pagamento do Eurobond que maturou em Fevereiro de 2006, no montante de 900 milhões de euros, e dos dividendos pagos pela PT e PT Multimédia no segundo trimestre de 2006, no montante de 553 milhões de euros.

Exposição líquida ao Brasil _ A exposição líquida (activos menos passivos) da PT ao Brasil totalizou 7.517 milhões de reais a 30 de Junho de 2006 (2.701 milhões de euros ao câmbio euro/real em 30 de Junho de 2006). Os activos denominados em reais no balanço a 30 de Junho de 2006 totalizaram 4.927 milhões de euros, equivalentes a aproximadamente 37% do total do activo. Aproximadamente 95% da exposição líquida (activos menos passivos) da PT ao Brasil corresponde ao investimento de 50% na Vivo.

Gearing _ O gearing [dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)] aumentou para 63,6% em 30 de Junho de 2006, de 58,7% em 31 de Dezembro de 2005, enquanto que o indicador [(capital próprio+dívida de longo prazo)/total do activo] aumentou de 46,6% para 51,3%. O indicador dívida líquida/EBITDA a 30 de Junho de 2006 era de 2,0 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros líquidos pelo EBITDA era de 9,6 vezes.

Dívida líquida consolidada

Dívida líquida _ A dívida líquida consolidada da PT em 30 de Junho de 2006 aumentou para 4.380 milhões de euros, face a 3.672 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005. O free cash flow de 170 milhões de euros gerado no período foi mais do que compensado: (1) pelos dividendos pagos no primeiro semestre de 2006 pela PT e pela PT Multimédia, no montante de 553 milhões de euros; (2) pela contribuição extraordinária de 300 milhões de euros para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após a idade da reforma, e (3) pelos contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções da PT, celebrados no primeiro semestre de 2006, com um valor notional de 62 milhões de euros. A variação da dívida líquida no primeiro semestre de 2006 foi similar à variação registada no primeiro semestre de 2005, dado que o decréscimo do free cash flow gerado no período, devido ao aumento dos juros liquidados, foi compensado pelo impacto cambial da dívida em moeda estrangeira.

Dívida total _ Em 30 de Junho de 2006, 75,4% da dívida total era de médio e longo prazo, sendo 69,8% da dívida total a taxas fixas. Nessa data, 85,1% da dívida total estava denominada em euros, 2,1% em dólares e 12,6% em reais. A 30 de Junho 2006, os únicos empréstimos da PT com rating triggers eram quatro empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), totalizando 375 milhões de euros. A 3 de Agosto de 2006, o rating da PT foi reduzido pela S&P para BBB- e pela Moody's para Baa2. No seguimento desta revisão do rating, a PT encontra-se no processo de renegociação dos termos e condições dos empréstimos do BEI. A PT tem contratadas e disponíveis linhas de papel comercial tomadas firme, no montante global de 875 milhões de euros, dos quais 425 milhões de euros estavam utilizadas em 30 de Junho de 2006. A PT detém ainda linhas de crédito disponíveis no montante de 900 milhões de euros, dos quais 75 milhões de euros estavam utilizados em 30 de Junho de 2006. Deste modo, o montante total disponível da PT em papel comercial e linhas de crédito ascendia a 1.275 milhões de euros em 30 de Junho de 2006.

Variação da dívida líquida	milhões de euros	
	1506	1505
Dívida líquida (balanço inicial)	3.672,5	3.573,2
Free cash flow (a subtrair)	170,5	263,4
Operações descontinuadas (segmento Lusomundo Media e PrimeSys)	0,0	39,3
Variações no justo valor de instrumentos derivados para cobertura de risco cambial	(1,1)	15,1
Efeitos de conversão cambial da dívida	(8,4)	97,3
Renegociação do contrato de equity swap sobre acções da PT Multimédia ⁽¹⁾	(27,4)	0,0
Dividendos pagos pela PT e PT Multimédia	553,3	419,6
Warrants emitidos pela PT Multimédia	0,0	59,0
Aquisição de acções próprias / contratos de equity swaps ⁽²⁾	62,1	150,9
Contribuição extraordinária para benefícios após reforma	300,0	300,0
Agrupamento de capital das empresas da Vivo ⁽³⁾	0,0	(16,8)
Dívida líquida (balanço final)	4.380,5	4.295,6
Aumento da dívida líquida	708,0	722,4
Aumento da dívida líquida (%)	19,3%	20,2%

(1) Esta rubrica corresponde a um recebimento da PT em resultado do ajustamento no preço de exercício do contrato de equity swap sobre 30,6 milhões de acções da PT Multimédia. **(2)** Esta rubrica corresponde ao valor nominal de contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções da PT, no âmbito do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de accionistas em Abril de 2005. **(3)** Esta rubrica está essencialmente relacionada com o agrupamento de capital realizado por algumas subsidiárias da Brasilcel, no âmbito do qual as acções antigas foram agrupadas e trocadas por acções novas com um valor nominal mais elevado. Nesta operação financeira, determinados accionistas não exerceram o seu direito de trocar as acções antigas por acções novas e, como tal, estas acções novas foram subscritas por outros accionistas com o respectivo encaixe a ser recebido pelas subsidiárias da Brasilcel. Este valor pode ser exigido pelos accionistas detentores das acções antigas e, consequentemente, foi registado um passivo pelas subsidiárias da Brasilcel e incluído no balanço da PT.

Dívida líquida consolidada	milhões de euros			
	30 Jun 2006	31 Dez 2005	Variação	Variação (%)
Dívida de curto prazo	1.447,2	2.415,6	(968,4)	(40,1%)
Empréstimos bancários	441,0	407,8	33,3	8,2%
Empréstimos obrigacionistas	0,0	899,5	(899,5)	n.s.
Obrigações convertíveis	389,0	390,3	(1,3)	(0,3%)
Outros empréstimos	425,0	589,7	(164,7)	(27,9%)
Responsabilidades de equity swaps em acções próprias ⁽¹⁾	164,1	102,0	62,1	60,8%
Locações financeiras	28,1	26,2	1,9	7,2%
Dívida de médio e longo prazo	4.425,0	5.168,6	(743,6)	(14,4%)
Empréstimos bancários	1.052,4	1.773,9	(721,5)	(40,7%)
Empréstimos obrigacionistas	3.135,3	3.138,0	(2,7)	(0,1%)
Outros empréstimos	2,9	31,2	(28,4)	(90,9%)
Locações financeiras	234,5	225,5	9,0	4,0%
Dívida total	5.872,3	7.584,2	(1.712,0)	(22,6%)
Disponibilidades e títulos negociáveis	1.491,8	3.911,8	(2.420,0)	(61,9%)
Dívida líquida consolidada	4.380,5	3.672,5	708,0	19,3%

(1) Esta rubrica corresponde ao valor nominal de contratos de equity swap sobre 20,6 milhões de acções da PT, no âmbito do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de accionistas em Abril de 2005.

Perfil da maturidade da dívida líquida			milhões de euros
Maturidade	Dívida líquida	Notas	
2006	(290,7)	Posição líquida de cash, 390 milhões de euros de obrigações convertíveis emitidas em Dezembro de 2001	
2007	496,5		
2008	321,2		
2009	1.027,2	Inclui 880 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Abril de 1999	
2010	229,0		
2011	124,2		
2012	1.094,5	Inclui 1.000 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Março de 2005	
2013	115,9		
2014	52,1		
2015 e seguintes	1.210,5	Inclui 500 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Março de 2005 (maturidade em 2017) e 500 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Junho de 2005 (maturidade em 2025)	
Total	4.380,5		

Ratings de dívida			
	Actual	Outlook	Última alteração
Standard & Poor's	BBB-	Negativo	3 Agosto 2006
Moody's	Baa2	Negativo	3 Agosto 2006
Fitch Ratings	BBB	Negativo	4 Agosto 2006

A proporção de 50% da PT na dívida líquida da Vivo ascendeu a 641 milhões de euros em 30 de Junho de 2006. Aproximadamente 90% da dívida líquida da Vivo está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos derivativos.

Em 21 de Fevereiro de 2006, a PT efectuou o pagamento de 900 milhões de euros do Eurobond emitido em Fevereiro de 2001. O custo médio e a maturidade da dívida da PT no primeiro semestre de 2006 foram de 5,9% e 6,9 anos, respecti-

vamente, incluindo os empréstimos obtidos no Brasil denominados em reais. Excluindo a dívida brasileira, o custo médio da dívida foi de 4,0%, face a 4,2% no primeiro semestre de 2005, beneficiando do aumento de 1 milhão de euros do justo valor do equity option das opções sobre acções associadas às obrigações convertíveis a reembolsar em de Dezembro de 2006. Ajustado deste último efeito, o custo da dívida, excluindo o Brasil, foi de 4,1%. A maturidade da dívida, excluindo o Brasil, situou-se em 7,5 anos no final de Junho de 2006.

Variação das responsabilidades não financiadas brutas	milhões de euros
	1506
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	2.635,9
Custos com benefícios de reforma	23,9
Custos com o programa de redução de efectivos	25,0
Contribuições e pagamentos	(447,2)
Ganhos actuariais líquidos	(247,2)
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	1.990,4
Variação das responsabilidades não financiadas brutas	(645,5)
Variação das responsabilidades não financiadas brutas (%)	(24,5%)

Pagamentos e contribuições	milhões de euros
	1506
Contribuições extraordinárias à PT Prestações	300,0
Contribuições regulares	46,8
Pagamento de salários a pré-reformados, empregados suspensos e outros ⁽¹⁾	84,8
Pagamento à PT ACS	15,6
Pagamentos referentes a custos com benefícios de reforma	447,2

(1) Esta rubrica inclui 13 milhões de euros relativos a custos com o programa de redução de efectivos de 2005.

Benefícios de reforma

PBO _ Em 30 de Junho de 2006, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO), incluindo pensões, cuidados de saúde e salários de pré-reformados e empregados suspensos, ascenderam a 4.806 milhões de euros. As PBO foram actualizadas com base numa taxa de desconto de 5,0% para as responsabilidades com pensões e cuidados de saúde, e de 4,25% para as responsabilidades com salários de pré-reformados e empregados suspensos. Os planos de benefícios de reforma encontram-se fechados à entrada de novos beneficiários, abrangendo aproximadamente 33.200 trabalhadores (dos quais 27% são trabalhadores ainda no activo) no caso de pensões e aproximadamente 28.700 trabalhadores (dos quais 30% são trabalhadores ainda ao serviço) no caso de responsabilidades com cuidados de saúde.

Ganhos actuariais líquidos _ No primeiro semestre de 2006, os ganhos actuariais líquidos situaram-se em 247 milhões de euros, em resultado do efeito líquido de: (1) um ganho actuarial de 312 milhões de euros, que resultou do aumento da taxa de desconto para as responsabilidades com pensões e cuidados de saúde para 5,0% (face a 4,5%) e para as respon-

sabilidades com salários de pré-reformados e empregados suspensos para 4,25% (face a 3,5%), e (2) uma perda actuarial de 65 milhões de euros, que resultou do facto da performance do fundo de pensões no período ter sido inferior à taxa de rentabilidade esperada dos activos, apesar de ter sido superior ao benchmark definido.

Custos com benefícios de reforma _ Os custos com benefícios de reforma diminuíram 21 milhões de euros no primeiro semestre de 2006, para 24 milhões de euros, principalmente devido: (1) ao efeito líquido da redução da taxa de desconto nos custos financeiros (9 milhões de euros), e (2) ao aumento da rentabilidade esperada dos activos resultante das contribuições efectuadas para o fundo de pensões, incluindo a contribuição extraordinária de 300 milhões de euros realizada no segundo trimestre de 2006. Durante o primeiro semestre de 2006, os pagamentos e contribuições efectuadas relativas a custos com benefícios de reforma totalizaram 447 milhões de euros.

Variação no capital próprio (excluindo interesses minoritários)	milhões de euros
	1506
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo inicial)	1.828,4
Resultado líquido	401,5
Ajustamentos de conversão cambial ⁽¹⁾	(43,8)
Perdas actuariais líquidas, líquidas de efeito fiscal	179,7
Dividendos pagos	(526,4)
Compra de acções próprias ⁽²⁾	(62,1)
Variação do justo valor de instrumentos financeiros de cobertura e investimentos disponíveis para venda	11,1
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo final)	1.788,4
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários	(40,0)
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários (%)	(2,2%)

(1) Esta rubrica está essencialmente relacionada com as alterações da taxa de câmbio do real face ao euro. **(2)** Esta rubrica corresponde ao valor nominal de contratos de equity swap sobre 7,4 milhões de acções da PT, no âmbito do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de accionistas em Abril de 2005.

Variação nas reservas distribuíveis	milhões de euros
	1506
Reservas distribuíveis (saldo inicial)	719,8
Dividendos pagos	(526,4)
Resultado líquido do exercício determinado de acordo com o POC	347,6
Dividendos não distribuídos pelas empresas subsidiárias	(21,2)
Outros	(2,8)
Reservas distribuíveis (saldo final)	517,1
Variação nas reservas distribuíveis	(202,8)
Variação nas reservas distribuíveis (%)	(28,2%)
Reestruturação do capital social	1.072,4
Programa de share buyback executado através de equity swaps	(164,1)
Reservas distribuíveis ajustadas	1.425,4

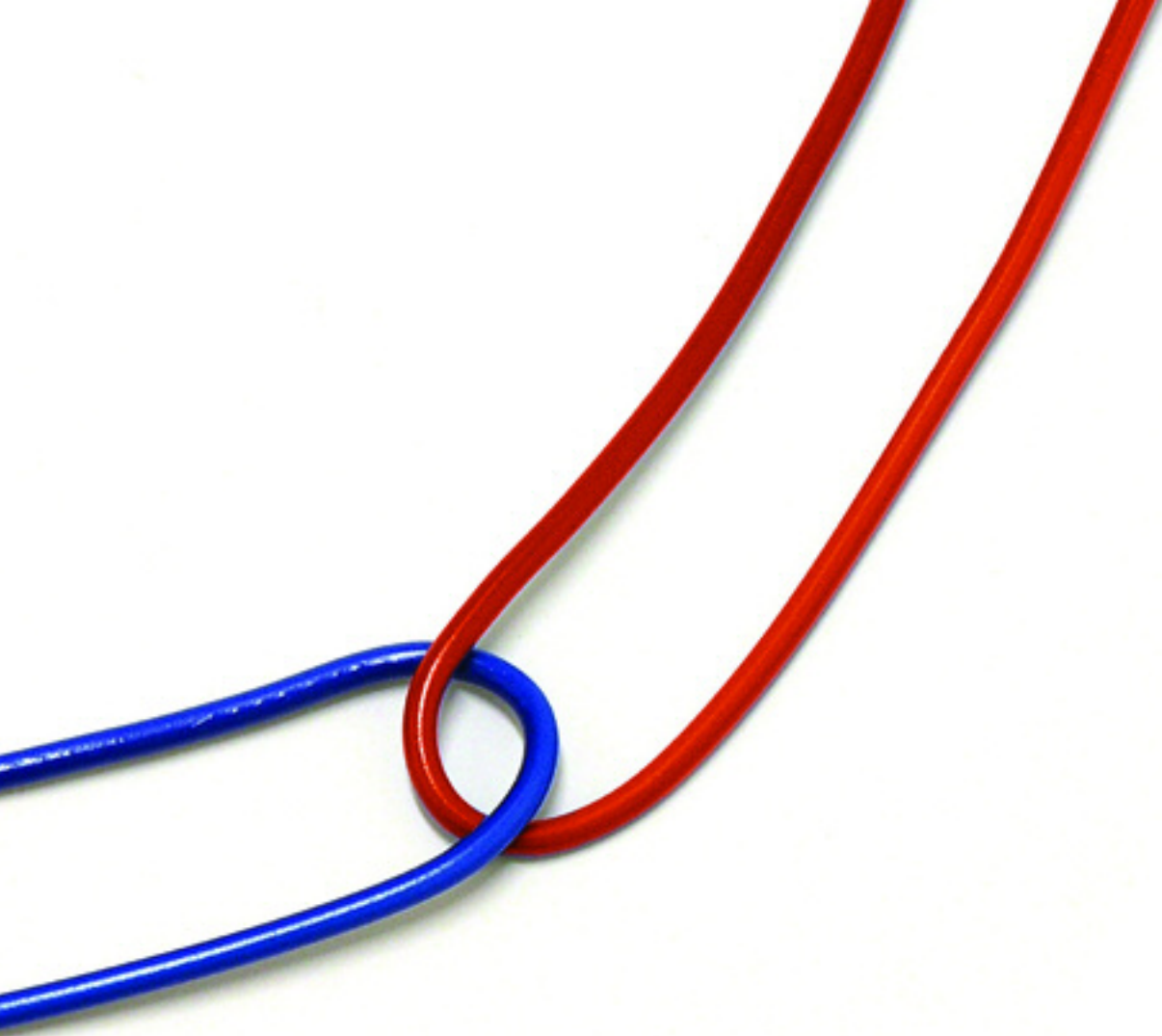
Capital próprio (excluindo interesses minoritários)

Capital próprio _ Em 30 de Junho de 2006, o capital próprio, excluindo interesses minoritários, ascendeu a 1.788 milhões de euros, uma redução de 40 milhões de euros no primeiro semestre de 2006.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC). As reservas distribuíveis diminuíram de 720 milhões de euros no final de 2005 para 517 milhões de euros em 30 de Junho de 2006.

Reservas distribuíveis _ As reservas distribuíveis podem ainda ser influenciadas negativamente pela depreciação do real face ao euro. Tendo em conta o nível de exposição da PT ao Brasil em 30 de Junho de 2006, a depreciação do real face ao euro só teria um impacto negativo nas reservas distribuíveis se a taxa de câmbio euro/real ultrapassasse os 4,1.

Reservas distribuíveis ajustadas _ Na sequência da conclusão, em 11 de Setembro de 2006, da redução de capital para 395.099.775 euros, aprovada pela Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, as reservas distribuíveis ajustadas por esta redução de capital e pelo impacto do programa de share buyback já realizado até 6 de Fevereiro de 2006 (164 milhões de euros) ascenderiam a 1.425 milhões de euros em 30 de Junho de 2006.



03 _ Recursos humanos

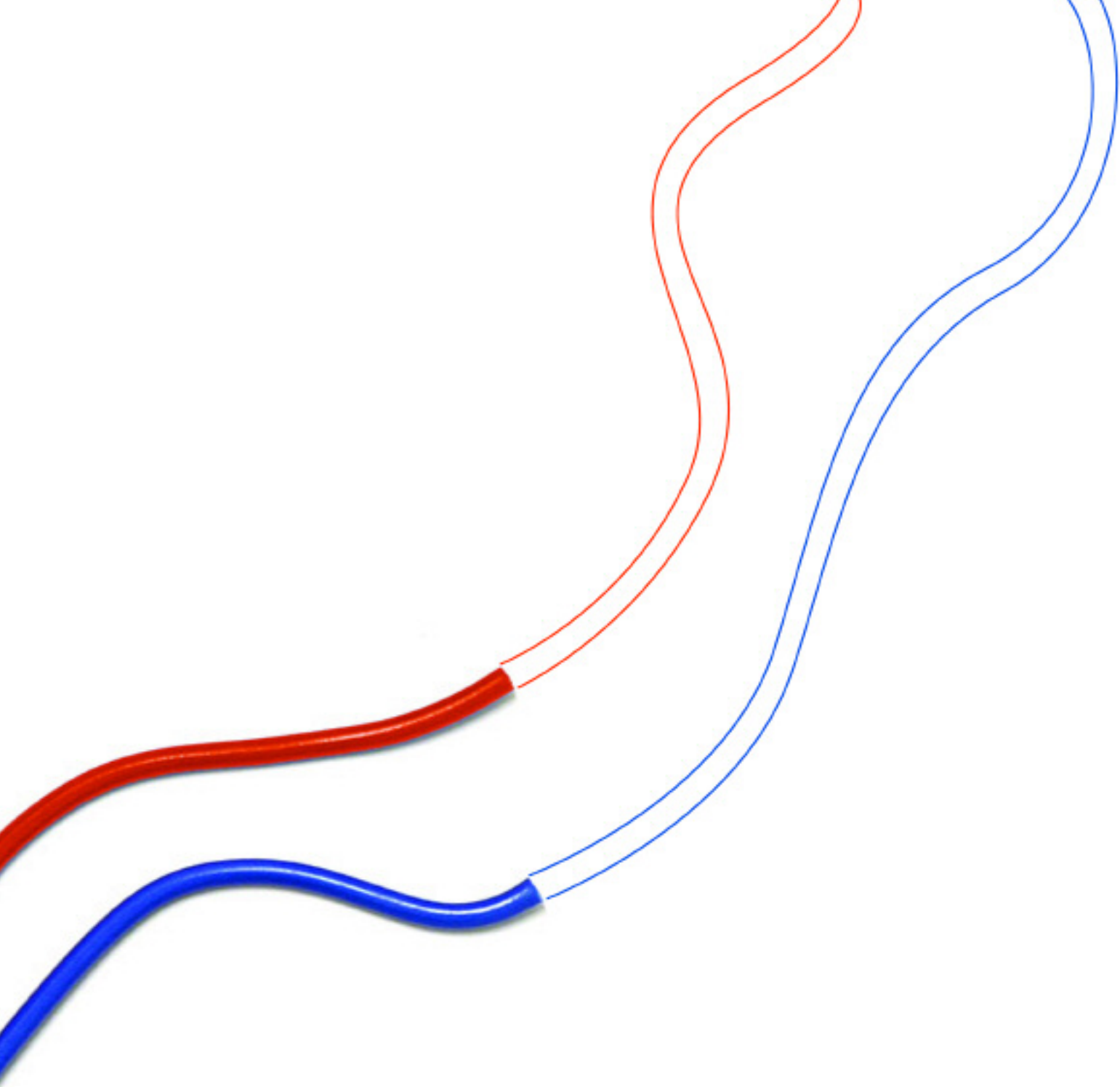
Número de trabalhadores e rácios de produtividade

	30 Jun 2005	30 Jun 2006	Variação	Δ 06/05
Mercado doméstico	13.191	13.724	(533)	(3,9%)
Rede fixa	7.723	8.257	(534)	(6,5%)
Móvel Portugal _ TMN	1.165	1.155	10	0,9%
Multimédia _ PT Multimédia	1.338	1.323	15	1,1%
Outros	2.965	2.989	(24)	(0,8%)
Mercado internacional	18.601	17.323	1.278	7,4%
Móvel Brasil _ Vivo ⁽¹⁾	2.884	3.016	(132)	(4,4%)
Outros ⁽²⁾	15.717	14.307	1.410	9,9%
Total	31.792	31.047	745	2,4%
Acessos fixos por trabalhador	574	538	36	6,6%
Cartões móveis por trabalhador				
TMN	4.603	4.422	180	4,1%
Vivo	4.945	4.716	229	4,9%

(1) O número de trabalhadores do segmento móvel Brasil corresponde a 50% dos trabalhadores da Vivo. **(2)** O aumento nesta rubrica resulta essencialmente da incorporação de mais 1.121 empregados de call center na Mobitel, o call center da PT no Brasil. A 30 de Junho de 2006, a Mobitel tinha um total de 14.466 trabalhadores, um acréscimo de 8,4% face ao final de Junho de 2005.

No final de Junho de 2006, a PT tinha 31.792 trabalhadores, dos quais 41,5% em Portugal. No negócio de rede fixa, o número de acessos por trabalhador aumentou 6,6% no primeiro semestre de 2006, face a igual período do ano anterior, para 574 linhas, reflectindo o programa de redução de efecti-

vos em curso, enquanto que na TMN o número de cartões por trabalhador aumentou 4,1%, para 4.603. No final de Junho de 2006, o número total de trabalhadores da Vivo diminuiu 4,4%, para 5.768 trabalhadores, tendo o número de cartões por trabalhador aumentado 4,9%, para 4.945.



04 _ Primeiro semestre 2006

Eventos e desenvolvimentos recentes

Remuneração accionista

21 de Abril | Os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de Accionistas, a distribuição de um dividendo de 0,475 euros por acção, relativo ao exercício de 2005, representando um crescimento de 35,7% face ao ano anterior. O respectivo pagamento ocorreu no dia 19 de Maio.

3 de Agosto | O Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de aumentar a proposta de remuneração accionista, anunciada em 6 de Março de 2006, para o período 2006-2008, de 3 mil milhões de euros para 3,5 mil milhões de euros (incluindo o dividendo pago em Maio de 2006, de 536 milhões de euros). A proposta de remuneração accionista deverá consistir num retorno extraordinário em dinheiro de 1,9 mil milhões de euros, ou 1,75 euros por acção, nos próximos 12 meses e no compromisso de continuar a executar uma política de dividendos progressiva, em acréscimo à distribuição de acções da PT Multimédia (ver ponto sobre o spin-off da PT Multimédia a seguir). A implementação desta proposta está sujeita à aprovação pelos accionistas numa Assembleia Geral Extraordinária a convocar para o efeito, e a sua efectivação ficará condicionada à não concretização da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom.

Spin-off da PT Multimédia

3 de Agosto | O Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de efectuar o spin-off da sua participação de 58,43% na PT Multimédia. Nesta transacção, cada accionista da PT deverá receber 4 acções da PT Multimédia por cada 25 acções detidas da PT, o que, tendo por referência o preço de fecho de 2 de Agosto de 2006 da PT Multimédia, será equivalente a 1,47 euros por acção da PT. A implementação desta proposta está sujeita à aprovação pelos accionistas numa Assembleia Geral Extraordinária a convocar para o efeito, e a sua efectivação ficará condicionada à não concretização da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom.

Custos com benefícios de reforma

8 de Maio | A Comissão Executiva executou uma decisão aprovada em Janeiro de 2006, tendo efectuado uma contribuição adicional de 300 milhões de euros para um fundo para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após a idade da reforma.

3 de Agosto | O Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de reduzir o prazo de financiamento do défice com benefícios de reforma de 14 para 6 anos, através de contribuições extraordinárias no montante de mil milhões de euros durante o período 2006-2008, mediante a obtenção de um quadro de relações laborais mais favorável.

Primeiro semestre | A PT registou um ganho actuarial de 312 milhões de euros, em resultado do aumento da taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades projectadas com benefícios de reforma, de 4,3% para 4,86%. No final de Junho de 2006, as responsabilidades não financiadas com benefícios de reforma ascendiam a 1.990 milhões de euros.

Capital social

21 de Abril | As accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de Accionistas, um aumento do capital social no montante de 338.656.950 euros, por incorporação dos seguintes montantes: (1) 91.704.891 euros de prémios de emissão de acções; (2) 121.523.559 euros de reserva legal, e (3) 125.428.500 euros de reserva especial de cancelamento de acções próprias. Na mesma Assembleia Geral, os accionistas aprovaram uma redução do capital social para 395.099.775 euros, através da redução do valor nominal das acções para 0,35 euros.

11 de Maio | A PT procedeu à escritura pública de aumento de capital no montante de 338.656.950 euros, para 1.467.513.450 euros, através do aumento do valor nominal das acções de 1 euro para 1,30 euros.

11 de Setembro | A PT procedeu à escritura pública de redução de capital no montante de 1.072.413.675 euros, para 395.099.775 euros, através da redução do valor nominal das acções de 1,30 euros para 0,35 euros. Como resultado, em 30 de Junho de 2006, as reservas distribuíveis ajustadas por esta redução de capital e pelo impacto do programa de share buyback já realizado até 6 de Fevereiro de 2006 (164 milhões de euros) ascenderiam a 1.425 milhões de euros.

Rede GSM da Vivo

20 de Julho | O Conselho de Administração da Vivo aprovou o investimento numa rede GSM/EDGE convertível para W-CDMA, a ser adicionada à actual rede CDMA. O investimento no lançamento da rede GSM/EDGE deverá aumentar a competitividade da Vivo no mercado, através: (1) da redução do nível de subsidiação aos equipamentos, em resultado da obtenção de poupanças significativas na sua aquisição; (2) da oferta de uma vasta gama de equipamentos para os vários segmentos; (3) da cobertura a nível nacional através dos acordos actuais de roaming; (4) da expansão mais simplificada e menos dispendiosa para W-CDMA ao longo do tempo, e (5) do lançamento de novos serviços inovadores, tal como o BlackBerry. O lançamento da rede GSM/EDGE da Vivo poderá representar um investimento de aproximadamente 1.080 milhões de reais.

Reestruturação societária da Vivo

22 de Fevereiro | Os accionistas da TCP, TCO, TSD, TLE e CRTPar aprovaram a reestruturação societária da Vivo nas respectivas assembleias gerais extraordinárias. Esta reestruturação ficou concluída em 30 de Março de 2006 e consistiu na incorporação de acções da TCO para conversão em subsidiária integral da TCP e a incorporação das sociedades TSD, TLE e CRTPar pela TCP, que passou a ser denominada Vivo Participações SA.

31 de Março | As acções da Vivo Participações (ON e PN) começaram a ser transaccionadas no Bovespa e na New York Stock Exchange.

Contratos de equity swap sobre acções da PT Multimédia

14 de Julho | A PT procedeu à transferência dos dois contratos de equity swap sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, equivalentes a 9,9% do seu capital, do Banco Santander Totta, SA para o Barclays Bank PLC, nos mesmos termos e condições.

Dívida

8 de Março | A Moody's e a Standard & Poor's alteraram, respectivamente, os seus ratings para a PT de A3 e A- para Baa1 e BBB+.

3 de Agosto | A Moody's e a Standard & Poor's alteraram, respectivamente, os seus ratings para a PT de Baa1 e BBB+ para Baa2 e BBB-.

4 de Agosto | A Fitch Ratings alterou o seu rating para a PT de BBB+ para BBB.

Conselho de Administração

21 de Abril | Os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de Accionistas, a eleição do Conselho de Administração para o triénio 2006-2008.

24 de Abril | O Conselho de Administração da PT procedeu à designação da Comissão Executiva, que passou a ter a seguinte composição:

Henrique Granadeiro (Presidente)

Zeinal Bava (Vice-presidente)

Rodrigo Costa (Vice-presidente)

Luís Pacheco de Melo (Chief financial officer)

João Pedro Baptista

António Caria

Rui Pedro Soares

Oferta pública de aquisição

6 de Fevereiro | A Sonaecom publicou um anúncio preliminar de oferta pública de aquisição de acções da PT, não solicitada, com vista à obtenção de uma posição de controlo na Empresa.

6 de Março | A PT divulgou o relatório do Conselho de Administração sobre a oferta pública de aquisição anunciada preliminarmente pela Sonaecom em 6 de Fevereiro de 2006.

Lisboa, 13 de Setembro de 2006.

O Conselho de Administração

Demonstrações financeiras consolidadas

46	Demonstração dos resultados consolidados
47	Balanço consolidado
48	Demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos
49	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
50	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
50	1. Nota introdutória
51	2. Bases de apresentação
54	3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
64	4. Erros, alterações de políticas e estimativas
65	5. Cotações utilizadas para conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira
66	6. Receitas operacionais
66	7. Composição do resultado líquido por segmento de negócio
72	8. Custos com pessoal
72	9. Custos com benefícios de reforma
79	10. Custos directos dos serviços prestados
80	11. Fornecimentos e serviços externos
80	12. Locação operacional
81	13. Outros custos
81	14. Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos
81	15. Outros custos financeiros, líquidos
82	16. Impostos e taxas
83	17. Operações descontinuadas
84	18. Interesses minoritários
84	19. Dividendos
86	20. Resultados por acção
86	21. Investimentos de curto prazo
86	22. Contas a receber _ clientes

As demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de Junho de 2006 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 13 de Setembro de 2006.

87	23. Contas a receber _ outros
87	24. Existências
88	25. Impostos a pagar e a recuperar
89	26. Custos diferidos
90	27. Outros activos correntes e não correntes
90	28. Investimentos em empresas participadas
93	29. Outros investimentos
94	30. Activos intangíveis
96	31. Activos tangíveis
97	32. Empréstimos obtidos
100	33. Contas a pagar _ outros
100	34. Acréscimos de custos
101	35. Receitas diferidas
101	36. Provisões e ajustamentos
103	37. Outros passivos correntes e não correntes
104	38. Capital próprio
106	39. Instrumentos financeiros
111	40. Garantias e compromissos financeiros assumidos
113	41. Demonstração dos fluxos de caixa
115	42. Partes relacionadas
116	43. Processos judiciais em curso
117	44. Eventos subsequentes
119	Anexo – Detalhe das empresas participadas
119	I. Empresas subsidiárias
123	II. Empresas associadas
124	III. Empresas controladas conjuntamente

Demonstração dos resultados consolidados

semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005

			euros
	Notas	2006	2005
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receitas			
Prestações de serviços	6	2.822.062.266	2.807.617.570
Vendas	6	222.709.587	179.904.663
Outras receitas	6	43.843.402	41.149.540
	(a)	3.088.615.255	3.028.671.773
Custos, despesas, perdas e ganhos			
Custos com o pessoal	8	351.678.155	337.051.916
Custos com benefícios de reforma	9	23.940.500	44.719.000
Custos directos dos serviços prestados	10	402.467.184	427.782.951
Amortizações	30 e 31	597.073.332	523.301.592
Custo das mercadorias vendidas		290.564.525	297.173.628
Marketing e publicidade		72.827.342	79.286.083
Serviços de suporte		115.309.796	97.805.946
Manutenção e reparação		81.407.410	78.121.811
Fornecimentos e serviços externos	11	400.767.780	356.798.506
Provisões e ajustamentos	36	150.658.532	40.060.271
Impostos indirectos		90.915.237	76.375.041
Outros custos operacionais		17.866.976	16.036.971
	(b)	2.595.476.769	2.374.513.716
	(c)=(a)-(b)	493.138.486	654.158.057
Programa de redução de efectivos	9	25.048.991	90.506.876
Perdas com a alienação de activos fixos, líquidas		(222.441)	426.379
Outros custos, líquidos	13	11.890.358	8.239.205
	(d)	36.716.908	99.172.460
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	(e)=(c)-(d)	456.421.578	554.985.597
Juros líquidos		113.706.822	116.242.038
Ganhos com variações cambiais, líquidos		(1.966.516)	(35.918.074)
Perdas em activos financeiros, líquidas	14	12.821.454	22.031.125
Ganhos em empresas participadas, líquidos	28	(45.496.075)	(28.521.519)
Outros custos financeiros, líquidos	15	29.884.283	31.060.601
	(f)	108.949.968	104.894.171
Resultado antes de impostos	(g)=(e)-(f)	347.471.610	450.091.426
Menos: Imposto sobre o rendimento	16	(50.839.601)	156.338.806
Resultado das operações continuadas		398.311.211	293.752.620
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado das operações descontinuadas	17	–	1.581.199
Resultado líquido		398.311.211	295.333.819
Atribuível a interesses minoritários	18	(3.225.416)	11.827.758
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom		401.536.627	283.506.061
Resultado por acção das operações continuadas			
Básico	20	0,36	0,25
Diluído	20	0,35	0,24
Resultado líquido por acção			
Básico	20	0,36	0,25
Diluído	20	0,35	0,25

As notas fazem parte integrante desta demonstração de resultados consolidados.

Balanço consolidado

30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005

euros

	Notas	30 Jun 2006	31 Dez 2005
ACTIVO			
Activo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		270.946.117	612.158.485
Investimentos de curto prazo	21	1.220.863.463	3.299.609.953
Contas a receber – clientes	22	1.274.597.891	1.447.291.687
Contas a receber – outros	23	215.443.655	186.201.233
Existências	24	212.990.600	170.318.145
Impostos a recuperar	25	192.232.839	203.813.170
Custos diferidos	26	133.976.415	128.126.411
Outros activos correntes	27	53.293.736	106.210.553
Total do activo corrente		3.574.344.716	6.153.729.637
Activo não corrente			
Contas a receber – clientes		166.477	677.552
Contas a receber – outros	23	15.328.430	19.804.605
Impostos a recuperar	25	117.990.709	117.244.409
Custos diferidos		2.926.497	3.429.929
Investimentos em empresas participadas	28	433.333.547	425.602.626
Outros investimentos	29	108.202.827	96.079.089
Activos intangíveis	30	3.514.121.91	3.601.620.470
Activos tangíveis	31	3.878.053.673	4.062.003.121
Activos por impostos diferidos	16	1.148.181.476	1.387.811.009
Outros activos não correntes	27	703.055.775	760.811.964
Total do activo não corrente		9.921.361.326	10.475.084.774
Total do activo		13.495.706.042	16.628.814.411
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	32	1.447.240.492	2.415.606.371
Contas a pagar – fornecedores		652.979.671	716.143.471
Contas a pagar – outros	33	293.344.095	413.744.612
Acréscimos de custos	34	564.654.235	707.921.185
Proveitos diferidos	35	197.041.518	208.155.446
Impostos a pagar	25	254.043.074	237.236.979
Provisões	36	134.982.379	163.098.954
Outros passivos correntes	37	85.644.973	85.612.446
Total do passivo corrente		3.629.930.437	4.947.519.464
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	32	4.425.032.665	5.168.626.522
Contas a pagar – outros		4.679.019	6.120.233
Impostos a pagar	25	30.421.107	30.899.784
Proveitos diferidos		429.035	429.155
Provisões	36	118.392.217	113.289.697
Benefícios de reforma	9	1.990.425.202	2.635.883.744
Passivos por impostos diferidos	16	55.451.177	334.867.077
Outros passivos não correntes	37	737.616.549	809.101.370
Total do passivo não corrente		7.362.446.971	9.099.217.582
Total do passivo		10.992.377.408	14.046.737.046
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	38	1.467.513.450	1.128.856.500
Prémios de emissão de acções	38	–	91.704.891
Acções próprias	38	(164.099.119)	(102.044.948)
Reserva legal	38	82.706.881	179.229.361
Reserva de acções próprias	38	–	125.428.500
Resultados acumulados	38	402.312.886	405.216.985
Capital próprio excluindo interesses minoritários		1.788.434.098	1.828.391.289
Interesses minoritários	18	714.894.536	753.686.076
Total do capital próprio		2.503.328.634	2.582.077.365
Total do capital próprio e do passivo		13.495.706.042	16.628.814.411

As notas fazem parte integrante deste balanço consolidado.

Demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos

semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005

		euros	
	Notas	2006	2005
Resultados consolidados reconhecidos directamente no capital próprio			
Benefícios de reforma			
Ganhos actuariais, líquidos	9.6	247.232.776	–
Impacto fiscal	16	(67.556.356)	–
Instrumentos financeiros			
Derivados de cobertura	39	17.902.619	(8.698.343)
Investimentos disponíveis para venda	29	(2.575.305)	238.573
Impacto fiscal	16	(4.215.011)	2.326.437
Ajustamentos de conversão cambial		(43.825.532)	575.945.551
		146.963.191	569.812.218
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados		398.311.211	295.333.819
Total de resultados reconhecidos no semestre		545.274.402	865.146.037
Atribuível a interesses minoritários		(3.225.416)	11.827.758
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom		548.499.818	853.318.279

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005

			euros
	Notas	2006	2005
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		3.601.293.328	3.421.185.406
Pagamentos a fornecedores		(1.867.628.745)	(1.748.242.712)
Pagamentos ao pessoal		(400.586.868)	(375.142.884)
Fluxos gerados pelas operações		1.333.077.715	1.297.799.810
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(21.877.236)	(23.859.234)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma	9	(447.215.257)	(484.019.534)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	41.a)	(281.664.915)	(266.355.105)
Fluxos das actividades operacionais (1)		582.320.307	523.565.937
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Aplicações financeiras de curto prazo		12.250.763.686	4.680.782.003
Investimentos financeiros	41.b)	–	17.885.420
Activos tangíveis		3.142.460	3.895.002
Subsídios de investimento		–	368.364
Juros e proveitos similares		138.596.321	110.112.722
Dividendos	41.c)	14.887.286	11.372.853
Outras actividades de investimento	41.d)	29.654.568	809.581
		12.437.044.321	4.825.225.945
Pagamentos respeitantes a			
Aplicações financeiras de curto prazo		(10.172.017.196)	(5.463.612.038)
Investimentos financeiros	41.e)	(34.491.058)	(13.084.161)
Activos tangíveis		(368.991.941)	(366.662.483)
Activos intangíveis		(31.896.693)	(18.765.924)
Adiantamentos a empresas participadas		–	(1.895.470)
Outras actividades de investimento		(22.253.710)	(6.234.947)
		(10.629.650.598)	(5.870.255.023)
Fluxos das actividades de Investimento (2)		1.807.393.723	(1.045.029.078)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Empréstimos obtidos	41.f)	5.494.356.470	7.011.433.575
Subsídios		3.056.934	1.014.743
Outras actividades de financiamento		658.123	20.777.251
		5.498.071.527	7.033.225.569
Pagamentos respeitantes a			
Empréstimos obtidos	41.f)	(7.202.751.303)	(5.434.253.436)
Amortizações de contratos de locação financeira		(15.276.384)	(8.924.262)
Juros e custos similares		(388.896.231)	(252.969.660)
Dividendos/distribuição de resultados	41.g)	(559.662.506)	(429.216.627)
Aquisição de acções próprias	38.3	–	(340.455.888)
Outras actividades de financiamento	41.h)	(64.644.908)	(87.033.923)
		(8.231.231.332)	(6.552.853.795)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(2.733.159.805)	480.371.774
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(343.445.775)	(41.091.367)
Efeito das diferenças de câmbio		2.233.407	85.633.214
Caixa e seus equivalentes no início do período		612.158.485	435.007.742
Caixa e seus equivalentes no fim do período		270.946.117	479.549.589

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

em 30 de Junho de 2006

(montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

1 Nota introdutória

a) Empresa-mãe

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom", empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, SA) e as suas empresas participadas que integram o seu universo empresarial ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom" ou "Empresa"), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro, incluindo Brasil.

A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, SA ("Telecom Portugal"), Telefones de Lisboa e Porto (TLP), SA ("TLP") e Teledifusora de Portugal, SA ("TDP"). Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, SA alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, SA, tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 30 de Junho de 2006, o Estado português e as entidades por si controladas, directa ou indirectamente, detêm 7,14% do capital da Portugal Telecom e todas as acções da Categoria A (Nota 38.1).

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE – New York Stock Exchange.

b) Actividade

O Grupo opera essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e em outros países, nomeadamente no Brasil.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, SA ("PT Comunicações"), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de Março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, em resultado de a PT Comunicações ter celebrado com o Estado português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex ("Rede Básica").

A prestação do serviço de transmissão de dados é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA ("PT Prime"), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider (ISP) a grandes clientes.

O serviço de ISP ADSL e dial-up para clientes residenciais e pequenas e médias empresas é prestado pela PT.COM – Comunicações Interactivas, SA ("PT.COM"), que presta igualmente serviços de concepção e de disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA ("TMN"), através do sistema global de comunicações móveis (GSM), cuja licença foi concedida pelo Estado português em 1992 (por um período de 15 anos), e do sistema de telecomunicações móveis universais (UMTS), cuja licença foi obtida em 19 de Dezembro de 2000 (por um período de 15 anos).

A PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (“PT Multimédia”) é a sub-holding do Grupo para os negócios multimédia. Através da TV Cabo Portugal, SA (“TV Cabo”), a PT Multimédia presta o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal continental, Madeira e Açores. A PT Multimédia desenvolve igualmente actividades nas áreas de audiovisuais, sendo as mais significativas a distribuição de filmes através da Lusomundo Audiovisuais, SA (“Lusomundo Audiovisuais”) e a exploração de salas de cinema, através da Lusomundo Cinemas, SA (“Lusomundo Cinemas”).

No Brasil, o Grupo presta o serviço móvel terrestre de telecomunicações através da sua participação na Brasilcel N.V. (“Brasilcel” ou “Vivo”), a joint-venture constituída no final de 2002 entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, SA – “PT Móveis”) e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móviles, SA) para agregar as operações de telecomunicações móveis dos dois grupos no Brasil. A Vivo desenvolve a sua actividade nos Estados brasileiros de São Paulo (por intermédio da Telesp Celular, SA – “Telesp Celular”), Paraná e Santa Catarina (por intermédio da Global Telecom, SA – “Global Telecom”), Rio de Janeiro (por intermédio da Telerj Celular, SA), Espírito Santo (por intermédio da Telesp Celular, SA), Bahia (por intermédio da Telesbahia Celular, SA), Sergipe (por intermédio da Telerj Celular, SA), Rio Grande do Sul (por intermédio da Celular CRT, SA – “Celular CRT”), e outros onze estados nas regiões Norte e Centro-Oeste (por intermédio da Tele Centro Oeste Celular Participações, SA e suas subsidiárias – “TCO”). A Telesp Celular, SA, a Global Telecom, SA e a TCO são controladas pela sub-holding Telesp Celular Participações, SA (“TCP”), a Telerj Celular, SA e a Telesp Celular, SA são controladas pela sub-holding Tele Sudeste Celular Participações, SA (“Telesudeste”), e a Telesbahia Celular, SA e a Telerj Celular, SA são controladas pela sub-holding Tele Leste Celular Participações, SA (“Teleleste”).

Em 5 de Dezembro de 2005, os Conselhos de Administração da TCP, TCO, Telesudeste, Teleleste e Celular CRT aprovaram a proposta de realização de uma reestruturação societária. Em 22 de Fevereiro de 2006, os accionistas dessas empresas aprovaram, nas respectivas assembleias gerais extraordinárias, a reestruturação societária das empresas da Vivo. Esta operação consistiu na incorporação de acções da TCO para conversão em subsidiária integral da TCP e a incorporação das sociedades Telesudeste, Teleleste e Celular CRT pela TCP. Após esta reestruturação, a TCP foi redenominada Vivo Participações SA. Como consequência desta reestruturação, os accionistas da TCO, Telesudeste, Teleleste e Celular CRT receberam acções da TCP de acordo com os rácios de conversão determinados com base nas respectivas avaliações: 3,0830 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da TCO, 3,2879 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da Telesudeste, 3,8998 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da Teleleste, e 7,0294 novas acções da TCP por cada 1 acção da Celular CRT. Após esta operação, todas as empresas que prestam serviço móvel são agora controladas integralmente pela Vivo Participações SA.

As demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de Junho de 2006 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 13 de Setembro de 2006.

2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas em euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 3.q).

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia e com todas as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) que estavam em vigor em 30 de Junho de 2006. Para a Portugal Telecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas subsidiárias (Anexo I).

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos relativos aos períodos reportados (Nota 3).

a) Princípios de consolidação

Empresas controladas

A Portugal Telecom consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades consolidadas integralmente encontram-se indicadas no Anexo I.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, respectivamente, na rubrica “Interesses minoritários” (Nota 18).

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a empresa subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria-se de todos os lucros até que a parte dos prejuízos atribuível aos accionistas minoritários e que foram absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Para as aquisições realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004, os activos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respectivamente.

As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias, decorrentes das transacções entre empresas do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto.

Todos os saldos e transacções entre empresas são eliminados, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se indicadas no Anexo III.

Empresas associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas em que não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (Anexo II) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas por contrapartida de ganhos ou perdas em activos financeiros (Nota 28) e por outras variações ocorridas nos activos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes da empresa associada na respectiva data de aquisição do investimento é registado como goodwill. O goodwill é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos e perdas em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma associada.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou empresas/grupos em processo de venda são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a Empresa assumiu um compromisso de vender; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses. Neste caso, os activos não correntes e empresas/grupos em processo de venda deverão ser mensurados pelo menor do valor contabilístico e do respectivo justo valor deduzido dos custos da venda.

Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada conjuntamente, ou associada, na respectiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido no IFRS 3. Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2004. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004 foram mantidos, ao invés de serem recalculados de acordo com o IFRS 3, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O goodwill relativo a investimentos em empresas sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertido para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

O goodwill é registado como activo e incluído nas rubricas de “Investimentos em empresas participadas” (Associadas – Nota 28) e de “Activos intangíveis” (Subsidiárias e entidades controladas conjuntamente – Nota 30). O goodwill não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração dos resultados do período e não é susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

b) Alterações ocorridas no Grupo

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006, não ocorreram alterações significativas no perímetro das empresas incluídas na consolidação.

3 Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

a) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes.

b) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. As existências são ajustadas pela diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição, sendo essa dedução por depreciação das existências reconhecida directamente na demonstração dos resultados do período como custo das vendas. Normalmente estas perdas estão relacionadas com obsolescência tecnológica e custos de aquisição superiores ao preço de venda.

c) Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido de amortizações acumuladas, perdas por imparidade acumuladas e subsídios, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (1) o preço de compra do activo; (2) as despesas directamente imputáveis à compra; e (3) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local (Notas 3.g) e 36). Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas aos activos tangíveis, de acordo com os índices de actualização monetária previstos na legislação portuguesa, em exercícios anteriores a 1 de Janeiro de 2004, foram mantidas, designando-se esse valor reavaliado como valor de custo para efeitos de IFRS.

A amortização dos activos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos activos, a qual é determinada em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	3 – 50
Equipamento básico	
Instalações e equipamento de rede – interior e exterior	4 – 25
Equipamento de comutação	5 – 10
Equipamento terminal	5 – 10
Cabos submarinos	15 – 20
Estações, equipamento e instalações de satélites	15
Outros equipamentos de telecomunicações	3 – 10
Outro equipamento básico	4 – 20
Equipamento de transporte	4 – 8
Ferramentas e utensílios	4 – 10
Equipamento administrativo	3 – 10
Outras imobilizações corpóreas	3 – 10

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao valor do activo respectivo em paralelo das análises de imparidade desenvolvidas aos mesmos, por contrapartida de resultados do período. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias significativas nos activos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao item e quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

A partir do momento em que determinados bens de imobilizado passam a ser considerados como “detidos para venda”, cessa a amortização inerente e passam a ser classificados como activos correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Perdas com a alienação de activos”.

d) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente por goodwill (Nota 2.a), licenças de telecomunicações e outros direitos conexos e licenças de utilização de software.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento, são registados como custo quando incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os activos intangíveis, excluindo o goodwill, são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização. As taxas de amortização praticadas são como segue:

Licenças de telecomunicações	
Licenças de Banda A e de Banda B detidas pela Vivo	Período das licenças
Propriedade da rede básica detida pela PT Comunicações	Período da concessão (até 2025)
Licença UMTS detida pela TMN	Período da licença (até 2015)
Direitos de aluguer	Período dos contratos
Licenças de utilização de software	3 – 6
Outros activos intangíveis	3 – 8

e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

f) Imparidade de activos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill

As empresas do Grupo efectuem avaliações de imparidade dos seus activos tangíveis e intangíveis (com vida útil definida). Esta avaliação é igualmente efectuada sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. As principais unidades geradoras de caixa do Grupo são os negócios de rede fixa, móvel e multimédia em Portugal, e o negócio móvel no Brasil. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações”, sendo detalhada a perda por imparidade referida.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo é actualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração dos resultados.

g) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos e o montante da referida obrigação seja razoavelmente estimável.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado, formalizado, e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas. As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de activos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respectiva obrigação com fiabilidade (Notas 3c) e 36). O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a actualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica “Juros líquidos”.

As provisões são revistas e actualizadas na data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

Quando alguma das condições acima descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos não seja provável.

h) Responsabilidades com pensões e complementos de reforma

A PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação (“PT SI”) têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados prestações pecuniárias a título de pensão e complemento de pensão de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituídos pela PT Comunicações fundos de pensões autónomos para o efeito (Nota 9.1).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o Projected Unit Credit Method. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios com base na adenda ao IAS 19, em vigor desde Novembro de 2005.

Os ganhos e perdas incorridos com a alteração de responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados nas situações em que os benefícios se encontrem vencidos. Caso contrário, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma).

As responsabilidades com pensões e complementos de reforma reconhecidas no balanço na rubrica “Benefícios de reforma”, representam o valor actual das obrigações com os planos de benefícios definidos de pensões, deduzido do justo valor dos activos dos fundos de pensões.

As contribuições efectuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registados como custo na demonstração dos resultados na data em que as mesmas são devidas.

i) Responsabilidades com cuidados de saúde

A PT Comunicações e a PT SI têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, cuidados de saúde a prestar após a reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. O Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), tendo em 2004 sido constituída a PT Prestações – Mandatária de Aquisição e Gestão de Bens, SA (“PT Prestações”) com o único objectivo de gerir um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades (Nota 9.2).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações após a data de reforma, o Grupo segue o procedimento de obter periodicamente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o Projected Unit Credit Method. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios.

Os ganhos e perdas incorridos com a alteração de responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, nas situações em que os benefícios se encontrem vencidos. Caso contrário, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma).

As responsabilidades com cuidados de saúde reconhecidas no balanço representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo constituído.

j) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido no balanço um passivo, o qual é registado na demonstração dos resultados do período sob a rubrica “Programa de redução de efectivos”, reflectindo a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais elaborados por entidades independentes (Nota 9).

k) Subsídios

Os subsídios recebidos do Governo português e da União Europeia são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos correspondentes incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos, são deduzidos ao valor dos respectivos activos.

l) Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

(i) Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas.

(ii) Investimentos

Os investimentos financeiros, excluindo as partes de capital em empresas subsidiárias e associadas, são classificados como: (i) detidos até à maturidade, (ii) mensurados ao justo valor através de resultados ou (iii) disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como activos não correntes, excepto se o seu vencimento ocorrer nos 12 meses subsequentes à data do balanço. São registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. **Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados** são classificados como activos correntes. **Os investimentos disponíveis para venda** são classificados como activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos, independentemente da data de liquidação financeira. Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo eventuais despesas inerentes à transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores, com reconhecimento das alterações de justo valor em resultados e no capital próprio, respectivamente. Nas situações em que os investimentos sejam instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Na data de alienação ou imparidade dos investimentos classificados como disponíveis para venda, o valor acumulado das alterações de justo valor, registadas directamente no capital próprio, passa a ser reconhecido na demonstração dos resultados do período.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

(iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual da transacção e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor actual da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes e reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão da obrigação em acção, por parte do detentor da obrigação, reconhecido directamente no capital próprio. Em cada momento o passivo é registado pelo seu custo amortizado.

(iv) Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das respectivas despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios (Nota 34).

(v) Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(vi) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A actividade do Grupo está essencialmente exposta a riscos financeiros, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro. O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura daqueles riscos financeiros a que se encontra exposto, sujeitos à análise e aprovação do Conselho de Administração, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao seu justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respectivo justo valor na data de cada balanço.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de “cash flow” são registadas directamente no capital próprio em “Outras reservas”, na sua componente efectiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efectiva. Os valores registados em “Outras reservas” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tiver igualmente efeito em resultados.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, quando o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos pelo IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura ou que não tenham sido especificamente afectos a uma relação de cobertura contabilística, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

(vii) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio na rubrica “Acções próprias”, e os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados em “Outras reservas”.

Os equity swaps sobre acções próprias, celebrados pela Portugal Telecom, são reconhecidos como um passivo financeiro, e registados de forma similar a uma aquisição de acções próprias, na data de celebração do contrato.

(viii) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica “Dívida de curto prazo”.

(ix) Operações de Qualified Technological Equipment

O Grupo celebrou em exercícios anteriores operações de Qualified Technological Equipment (“QTE”), pelas quais alienou a determinados investidores estrangeiros um conjunto de equipamentos de telecomunicação. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito (“veículos”), as quais celebraram com o Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos. O Grupo mantém legalmente a posse dos equipamentos envolvidos.

Estas operações configuram um sale and lease back, mantendo-se os equipamentos registados no balanço consolidado. As empresas constituídas no âmbito destas operações foram consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras, em resultado de o Grupo obter os benefícios económicos gerados pelas mesmas, o que implicou o registo de um activo não corrente pelo montante da venda do equipamento (Nota 27) e de um passivo não corrente pelo montante das rendas vincendas (Nota 37). Em cada momento estes montantes são mensurados pelo seu valor actual.

Os prémios recebidos pelo Grupo no início daquelas operações são reconhecidos linearmente em resultados no período das mesmas.

m) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na produção de activos tangíveis são objecto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- > os activos desenvolvidos são identificáveis;
- > existe forte probabilidade de que os activos venham a gerar benefícios económicos futuros; e
- > os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

A contrapartida na demonstração dos resultados é registada através da redução dos correspondentes custos operacionais, não sendo reconhecidas quaisquer margens geradas internamente. Quando não são preenchidas as condições acima descritas, os valores incorridos são contabilizados na demonstração dos resultados como custos no período em que ocorrem.

Não é política do Grupo a capitalização de custos financeiros. Os valores incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como custo, no período em que ocorrem.

n) Locação

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são contabilizados pelo método financeiro de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é composto por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

A Portugal Telecom e a PT Multimédia encontram-se abrangidas pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), que abrange todas as empresas em que participam, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos Portugal Telecom e PT Multimédia, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente, é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos em determinado momento e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos activos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

p) Rédito e especialização dos exercícios

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço e facturadas numa base mensal ao longo do mês. Os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

As receitas de circuitos alugados são registadas no período a que respeitam como locação operacional de propriedades de investimento, na rubrica “Outras receitas”.

As receitas dos serviços de ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas.

As receitas da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, da utilização da rede móvel pelos clientes e operadores de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Telemóveis e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda

As receitas do serviço de TV por subscrição resultam essencialmente de, e são reconhecidas como segue: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço, os quais são reconhecidos no período em que o serviço é prestado; (ii) publicidade colocada nos canais de televisão por cabo, a qual é reconhecida no período em que é colocada; (iii) aluguer de equipamento, o qual é reconhecido no período de aluguer, e (iv) venda de equipamento, a qual é reconhecida no momento da venda.

As receitas provenientes da venda de determinados produtos/serviços compostos são alocadas a cada um dos seus componentes de acordo com o seu valor de mercado e reconhecidas separadamente, de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes.

As receitas da actividade de exibição cinematográfica provêm da venda de bilhetes de cinema e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos de direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo Audiovisuais a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

q) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. A cada data de balanço, é efectuada a actualização cambial de activos e passivos e itens monetários, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens monetários que constituam extensão do investimento denominado na moeda funcional do Grupo PT ou da participada em questão e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo podem ser reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”. As diferenças de câmbio em itens não monetários, incluindo o goodwill, são reconhecidas no capital próprio, na rubrica “Resultados acumulados”, e são apresentadas na demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira para euros é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- > taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- > taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- > taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações); e
- > taxa de câmbio histórica, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão são incluídas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” e são apresentadas na demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

O Grupo optou por utilizar a excepção prevista no IFRS 1, transferindo o montante relativo a variações cambiais acumuladas até à data da transição, contabilizado na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” em 1 de Janeiro de 2004, para a rubrica “Resultados transitados”. A partir de 1 de Janeiro de 2004, o Grupo começou a registar directamente no capital próprio as variações cambiais permitidas pelos IFRS, passando as variações cambiais geradas após a data de transição a ser reconhecidas na demonstração dos resultados apenas na data da alienação dos investimentos financeiros.

r) Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo não capitaliza os encargos financeiros ainda que relacionados com empréstimos incorridos na aquisição, construção ou produção de um activo.

s) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica “Dívida de curto prazo”.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, ao pessoal, benefícios de reforma e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem nomeadamente aquisições e alienações de investimentos em empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem designadamente os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, compra e venda de acções próprias e pagamento de dividendos.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Portugal Telecom baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes e considerou determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

- > vidas úteis do activo intangível e tangível;
- > registo de provisões;
- > definição dos pressupostos actuariais para o cálculo do valor das responsabilidades com benefícios de reforma;
- > cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros; e
- > ajustamentos para contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas nas correspondentes notas anexas.

4 Erros, alterações de políticas e estimativas

Conforme acima mencionado, durante o primeiro semestre de 2006, os ganhos e perdas actuariais foram reconhecidos directamente no capital próprio na Demonstração dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos (Nota 9), enquanto nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de Junho de 2005, aprovadas em 14 de Setembro de 2005, os ganhos e perdas actuariais, que excediam o corredor correspondente a 10% do maior entre o valor presente das responsabilidades totais e o justo valor dos activos do fundo constituido, foram diferidos e reconhecidos na Demonstração dos Resultados Consolidados durante o período médio remanescente da vida laboral dos empregados no activo. Para efeitos comparativos, a Demonstração dos Resultados Consolidados para o semestre findo em 30 de Junho de 2005 foi reapresentada de acordo com esta alteração de política contabilística. Os respectivos impactos consistiram num aumento do resultado líquido em 24.522.242 euros, representando reduções de 27.456.501 euros e 6.286.408 euros nas rubricas de custos com benefícios de reforma e com o programa de redução de efectivos, respectivamente, e um aumento no imposto sobre o rendimento de 9.220.667 euros.

A demonstração dos resultados consolidados do semestre findo em 30 de Junho de 2005 também foi reapresentada de forma a reflectir a consolidação da Sport TV pelo método proporcional (50%), enquanto nas demonstrações financeiras aprovadas em 14 de Setembro de 2005 a Sport TV tinha sido consolidada pelo método da equivalência patrimonial. Esta alteração não teve impacto no resultado líquido, sendo a alteração mais significativa um aumento nas receitas no montante de 4.454.998 euros.

Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores nas demonstrações financeiras consolidadas.

5 Cotações utilizadas para conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao euro:

Moeda	Código	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Coroa dinamarquesa	DKK	7,4592	7,4605
Coroa norueguesa	NOK	7,9360	7,985
Coroa sueca	SEK	9,2385	9,3885
Dirham marroquino	MAD	11,0283	10,9097
Dobra de S. Tomé e Príncipe	STD	15.770,5	14.109,9
Dólar australiano	AUD	1,7117	1,6109
Dólar canadiano	CAD	1,4132	1,3725
Dólar de Hong Kong	HKD	9,8745	9,1474
Dólar dos EUA	USD	1,2713	1,1797
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,2650	110,2650
Forint húngaro	HUF	283,35	252,87
Franco CFA	XOF	655,9570	655,9570

Moeda	Código	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Franco suíço	CHF	1,5672	1,5551
Iene japonês	JPY	145,7500	138,9000
Kuanza de Angola	AOA	100,8448	95,8524
Libra esterlina	GBP	0,6921	0,6853
Metical de Moçambique	MZM	32.876,2	28.024,4
Pataca de Macau	MOP	10,1707	9,4218
Peso argentino	ARS	3,9241	3,5763
Pula do Botswana	BWP	7,6584	6,4606
Rand da África do Sul	ZAR	9,1848	7,4642
Real do Brasil	BRL	2,7829	2,7440
Xelim queniano	KES	93,8855	85,4693
Xelim ugandês	UGX	2.371,0	2.145,9

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, as demonstrações dos resultados das empresas controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médio de tais moedas relativamente ao euro:

Moeda	Código	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Dirham marroquino	MAD	10,9890	11,0715
Dobra de S. Tomé e Príncipe	STD	14.971,4	13.002,7
Dólar dos EUA	USD	1,2292	1,2855
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,2650	110,2650
Forint húngaro	HUF	260,56	247,36
Franco CFA	XOF	655,9570	655,9570
Franco suíço	CHF	1,5613	1,5463
Kuanza de Angola	AOA	99,0367	112,6864

Moeda	Código	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Metical de Moçambique	MZM	30.887,5	26.703,8
Pataca de Macau	MOP	9,8224	10,3225
Peso argentino	ARS	3,7961	3,7177
Pula do Botswana	BWP	6,8988	6,1262
Real do Brasil	BRL	2,6925	3,3140
Xelim queniano	KES	89,2365	97,3845
Xelim ugandês	UGX	1.887,6	2.218,0

6 Receitas operacionais

As receitas operacionais consolidadas nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 repartem-se da seguinte forma:

	euros	
	2006	2005
Rede fixa (Nota 7.a)	970.413.869	1.035.013.690
Prestações de serviços	946.446.803	1.013.966.129
Vendas	14.768.942	15.626.530
Outros proveitos	9.198.124	5.421.031
Móvel Portugal – TMN (Nota 7.b)	685.103.648	694.691.775
Prestações de serviços	627.030.575	637.898.830
Vendas	53.732.574	54.359.517
Outros proveitos	4.340.499	2.433.428
Móvel Brasil – Vivo (Nota 7.c)	1.014.402.164	896.522.277
Prestações de serviços	855.281.771	780.520.296
Vendas	135.942.368	92.936.347
Outros proveitos	23.178.025	23.065.634
Multimédia (Nota 7.d)	323.817.852	309.805.697
Prestações de serviços	305.453.305	286.530.534
Vendas	14.672.898	15.951.194
Outros proveitos	3.691.649	7.323.969
Outros	94.877.722	92.638.334
Prestações de serviços	87.849.812	88.701.781
Vendas	3.592.805	1.031.075
Outras receitas	3.435.105	2.905.478
	3.088.615.255	3.028.671.773

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, as receitas operacionais consolidadas por mercado geográfico são conforme segue:

	euros	
	2006	2005
Portugal	1.995.848.921	2.070.134.228
Brasil	1.045.586.837	920.091.278
Outros países	47.179.497	38.446.267
	3.088.615.255	3.028.671.773

7 Composição do resultado líquido por segmento de negócio

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, a Empresa identificou os seguintes segmentos de negócio:

- > rede fixa (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais);
- > móvel – Portugal (TMN);
- > móvel – Brasil; e
- > multimédia (incluindo TV por subscrição e Internet por cabo e distribuição e exibição cinematográfica).

Os serviços de rede fixa são prestados essencialmente pela PT Comunicações, PT Prime, PT.COM e PT Corporate, e os serviços da PT Multimédia são prestados essencialmente pela TV Cabo Portugal, PT Conteúdos, Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, é conforme segue:

a) Rede fixa

	euros		
	2006	2005	
RECEITAS			
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	946.446.803	1.013.966.129	
Prestações de serviços – intragrupo	78.993.205	76.864.390	
Vendas – clientes externos (Nota 6)	14.768.942	15.626.530	
Vendas – intragrupo	58.729	47.658	
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	9.198.124	5.421.031	
Outras receitas – intragrupo	3.997.276	4.127.948	
(a)	1.053.463.079	1.116.053.686	
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS			
Custos com o pessoal	138.976.823	145.021.873	
Custos com benefícios de reforma (i)	23.798.000	44.612.500	
Custos directos dos serviços prestados	172.447.918	196.864.551	
Amortizações	170.876.102	173.630.933	
Custo das mercadorias vendidas	15.878.587	14.872.792	
Marketing e publicidade	20.027.214	23.266.958	
Serviços de suporte	72.404.401	65.616.348	
Manutenção e reparação	37.329.922	38.848.741	
Fornecimentos e serviços externos	65.421.194	72.620.917	
Provisões e ajustamentos (ii)	14.454.523	(15.665.065)	
Impostos indirectos	3.170.801	3.415.177	
Outros custos operacionais	2.685.398	4.912.096	
(b)	737.470.883	768.017.821	
(c)=(a)-(b)	315.992.196	348.035.865	
Programa de redução de efectivos	13.100.398	90.506.875	
Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos	(1.649.857)	(36.769)	
Outros custos, líquidos (iii)	3.048.633	1.431.992	
(d)	14.499.174	91.902.098	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	(e)=(c)-(d)	301.493.022	256.133.767
Juros líquidos	(2.307.630)	(4.722.561)	
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	350.021	(1.512.119)	
Ganhos em activos financeiros, líquidos	(491.395)	(1.644.499)	
Ganhos em empresas participadas, líquidos (iv)	–	2.473.544	
Outros custos financeiros, líquidos	341.315	1.482.892	
(f)	(2.107.689)	(3.922.743)	
Resultado antes de impostos	(g)=(e)-(f)	303.600.711	260.056.510
Menos: Imposto sobre o rendimento	85.657.342	72.679.246	
Resultado líquido	217.943.369	187.377.264	

(i) A redução ocorrida nesta rubrica resulta essencialmente do aumento no valor de mercado dos fundos de pensões em resultado da valorização dos mesmos e das contribuições efectuadas em 2005 e no primeiro semestre de 2006, conforme explicado na Nota 9. (ii) No primeiro semestre de 2005, esta rubrica inclui a reversão de um ajustamento para cobrança duvidosa (23 milhões de euros), relativo a uma conta a receber da Angola Telecom, a qual foi recebida nesse período. (iii) A evolução nesta rubrica está essencialmente relacionada com os donativos concedidos à Fundação PT, de 1.568.061 euros no primeiro semestre de 2005 e de 3.282.252 euros no primeiro semestre de 2006. (iv) No primeiro semestre de 2005, esta rubrica inclui as perdas relativas à alienação da Marconi Suisse e da Marconi France e a participação nas perdas destas participadas até à data em que as mesmas foram alienadas, o que ocorreu no primeiro semestre de 2005.

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Activo	4.065.954.540	4.390.603.377
Passivo	3.519.767.236	3.968.450.057

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 foi de 100 milhões de euros e 97 milhões de euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, o número de empregados afectos a este segmento é de 7.723 pessoas e de 8.257 pessoas, respectivamente.

b) Móvel _ Portugal

	euros	euros
	2006	2005
RECEITAS		
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	627.030.575	637.898.830
Prestações de serviços – intragrupo	34.672.050	51.488.962
Vendas – clientes externos (Nota 6)	53.732.574	54.359.517
Vendas – intragrupo	143.093	1.946.529
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	4.340.499	2.433.428
Outras receitas – intragrupo	30.386	(3.052)
(a)	719.949.177	748.124.214
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS		
Custos com o pessoal	29.213.826	28.496.771
Custos directos dos serviços prestados	144.947.347	155.269.008
Amortizações	108.244.796	101.515.898
Custo das mercadorias vendidas	72.691.825	77.619.240
Marketing e publicidade	11.560.365	16.190.699
Serviços de suporte	15.880.520	12.626.235
Manutenção e reparação	17.356.328	16.171.749
Fornecimentos e serviços externos	89.811.690	81.854.673
Provisões e ajustamentos	3.267.757	8.856.438
Impostos indirectos	13.726.481	15.014.450
Outros custos operacionais	2.721.043	1.809.853
(b)	509.421.978	515.425.014
(c)=(a)-(b)	210.527.199	232.699.200
Perdas com a alienação de activos fixos, líquidas	794.946	749.927
Outros custos, líquidos	410.061	711.998
(d)	1.205.007	1.461.925
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	(e)=(c)-(d) 209.322.192	231.237.275
Juros líquidos	(1.624.931)	(89.234)
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	477.936	(300.958)
Perdas em empresas participadas, líquidas	6.979	361
Outros custos financeiros, líquidos	417.634	464.814
(f)	(722.382)	74.983
Resultado antes de impostos	(g)=(e)-(f) 210.044.574	231.162.292
Menos: Imposto sobre o rendimento	57.291.556	63.250.031
Resultado líquido	152.753.018	167.912.261

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Activo	2.326.820.498	2.332.126.821
Passivo	1.203.258.267	1.365.541.324

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 foi de 51 milhões euros e 48 milhões de euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, o número de empregados afectos a este segmento é de 1.165 pessoas e de 1.155 pessoas, respectivamente.

c) Móvel _ Brasil

	euros	
	2006	2005
RECEITAS		
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	855.281.771	780.520.296
Vendas – clientes externos (Nota 6)	135.942.368	92.936.347
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	23.178.025	23.065.634
Outras receitas – intragrupo	(41.158)	(102.831)
(a)	1.014.361.006	896.419.446
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS		
Custos com o pessoal	58.613.111	46.566.369
Custos directos dos serviços prestados	79.164.207	96.386.017
Amortizações	255.317.965	199.747.509
Custo das mercadorias vendidas	200.662.711	197.665.940
Marketing e publicidade	36.165.310	31.997.119
Serviços de suporte	82.123.483	53.827.893
Manutenção e reparação	14.244.721	10.930.211
Fornecimentos e serviços externos	157.571.540	115.486.519
Provisões e ajustamentos (i)	122.840.131	42.028.634
Impostos indirectos	62.825.901	51.782.526
Outros custos operacionais	2.513.546	8.738.630
(b)	1.072.042.626	855.157.366
(c)=(a)-(b)	(57.681.620)	41.262.080
Perdas (ganhos) com a alienação de activos fixos	264.108	(366.814)
Outros custos, líquidos	3.406.715	2.231.794
(d)	3.670.823	1.864.980
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	(e)=(c)-(d)	(61.352.443)
Juros líquidos	49.351.405	45.447.198
Ganhos com variações cambiais, líquidos	(8.170.513)	(9.804.916)
Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos (ii)	(776.760)	30.031.932
Outros custos financeiros, líquidos	17.361.589	11.582.095
(f)	57.765.721	77.256.309
Resultado antes de impostos	(g)=(e)-(f)	(119.118.164)
Menos: Imposto sobre o rendimento (iii)	(422.307)	9.989.173
Resultado líquido	(118.695.857)	(47.848.382)

(i) O aumento nesta rubrica é explicado principalmente pela apreciação do real face ao euro (23 milhões de euros) e pelo aumento do nível de provisões relacionadas com cobranças duvidosas, devido essencialmente a problemas de facturação em resultado da migração de clientes para novas plataformas. (ii) Esta rubrica inclui custos relacionados com a variação no valor de mercado de cross currency swaps contratados pela Vivo que não estão a cobrir nenhum risco específico. A variação ocorrida nesta rubrica está essencialmente relacionada com um aumento na desvalorização do dólar face ao real no primeiro semestre de 2005 (de 2.654 em 31 de Dezembro de 2004 para 2.350 em 30 de Junho de 2005), quando comparada com o primeiro semestre de 2006 (de 2.341 em 31 de Dezembro de 2005 para 2.164 em 30 de Junho de 2006). (iii) A diminuição verificada no resultado antes de impostos no primeiro semestre de 2006 não teve uma correspondência directa na provisão para impostos, visto ter havido um aumento nos prejuízos de certas subsidiárias da Vivo, os quais não originaram impostos diferidos activos.

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 foi de 115 milhões euros e 143 milhões de euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, o número de empregados afectos a este segmento (50% da Vivo) é de 2.884 pessoas e de 3.016 pessoas, respectivamente.

O detalhe do activo e passivo da Vivo, que foi consolidado proporcionalmente (50%), apresenta os seguintes valores em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Activos correntes	953.412.608	1.232.713.722
Activos intangíveis	2.328.941.884	2.419.439.509
Activos tangíveis	1.119.634.908	1.194.488.946
Activos por impostos diferidos	195.605.838	180.188.698
Outros activos não correntes	138.286.860	140.648.582
Total do activo	4.735.882.098	5.167.479.457
Passivos correntes	1.067.216.352	1.149.449.592
Dívida de médio e longo prazo	505.659.068	722.432.315
Outros passivos não correntes	110.361.859	110.885.629
Total do passivo	1.683.237.279	1.982.767.536

d) Multimédia

	euros	
	2006	2005
OPERAÇÕES CONTINUADAS		
RECEITAS		
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 6)	305.453.305	286.530.534
Prestações de serviços – intragrupo	278.212	257.460
Vendas – clientes externos (Nota 6)	14.672.898	15.951.194
Vendas – intragrupo	(20.782)	138.616
Outras receitas – clientes externos (Nota 6)	3.691.649	7.323.969
Outras receitas – intragrupo	611.748	63.267
(a)	324.687.030	310.265.040
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS		
Custos com o pessoal	21.469.203	22.028.762
Custos directos dos serviços prestados	100.834.302	98.864.703
Amortizações	50.865.705	28.546.273
Custo das mercadorias vendidas	4.637.810	8.140.586
Marketing e publicidade	8.038.735	9.099.590
Serviços de suporte	23.536.783	19.344.535
Manutenção e reparação	9.173.519	10.608.700
Fornecimentos e serviços externos	40.436.032	42.045.724
Provisões e ajustamentos	8.034.505	3.884.878
Impostos indirectos	976.021	(66.277)
Outros custos operacionais	1.354.441	216.502
(b)	269.357.056	242.713.976
(c)=(a)-(b)	55.329.974	67.551.064
Perdas (ganhos) com a alienação de activos fixos, líquidos	210.717	(50.302)
Outros ganhos, líquidos (i)	(8.270.010)	(147.935)
(d)	(8.059.293)	(198.237)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	(e)=(c)-(d) 63.389.267	67.749.301
Juros líquidos	3.640.616	3.103.947
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	(338.407)	569.610
Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos	3.268	(737)
Perdas em empresas participadas, líquidas	115.886	382.959
Outros custos (receitas) financeiros, líquidos (ii)	238.497	(1.668.406)
(f)	3.659.860	2.387.373
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	(g)=(e)-(f) 59.729.407	65.361.928
Menos: Imposto sobre o rendimento	14.555.312	17.489.557
Resultado das operações continuadas	45.174.095	47.872.371
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		
Resultado das operações descontinuadas	–	(3.958.298)
Resultado líquido	45.174.095	43.914.073

(i) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui 8.017.195 euros (Nota 36) relacionados com a redução de uma provisão registada pela PT Multimédia no final de 2005 para fazer face a garantias assumidas com o comprador, no âmbito do contrato de compra e venda do negócio de media. Esta redução foi suportada pelo acordo final assinado com o comprador sobre o montante a ser regularizado. (ii) No primeiro semestre de 2005, esta rubrica inclui um ganho de 3 milhões de euros relacionados com os warrants emitidos pela PT Multimédia em 2005.

O activo e passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Activo	958.172.194	1.000.800.895
Passivo	562.172.655	562.125.935

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 foi de 75 milhões de euros e 56 milhões de euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, o número de empregados afectos a este segmento é de 1.383 pessoas e de 1.368, respectivamente.

O detalhe do activo e passivo da Sport TV, que foi consolidado proporcionalmente (50%), apresenta os seguintes valores em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Activos correntes	40.094.202	46.396.318
Activos tangíveis	2.227.278	1.879.868
Outros activos não correntes	10.156.574	14.844.641
Total do activo	52.478.054	63.120.827
Passivos correntes	20.911.679	24.913.021
Dívida de médio e longo prazo	26.973.643	34.592.053
Outros passivos não correntes	26.517	33.628
Total do passivo	47.911.839	59.538.702

e) Reconciliação das receitas, do resultado líquido e dos activos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 a reconciliação do total das receitas por segmento com o total das receitas consolidadas era como segue:

	euros	
	2006	2005
Receitas		
Relativas aos segmentos reportados	3.112.460.292	3.070.862.386
Relativas a outras operações	234.087.918	204.307.666
Eliminação das operações intra-grupo	(257.932.955)	(246.498.279)
	3.088.615.255	3.028.671.773

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 a reconciliação do resultado líquido por segmento com o resultado líquido consolidado era como segue:

	euros	
	2006	2005
Resultado líquido		
Relativo aos segmentos reportados	297.174.625	351.355.216
Relativo a outras operações	(67.955.708)	(53.191.555)
Outros itens não incluídos nos segmentos reportados		
Juros líquidos suportados com empréstimos a nível corporativo	(64.647.362)	(72.502.688)
Ganhos (perdas) com variações cambiais, líquidos (i)	(5.714.447)	24.869.691
Ganhos (perdas) em activos financeiros, líquidos	(14.086.341)	6.355.571
Ganhos em empresas associadas, líquidos	45.618.940	31.378.383
Imposto sobre o rendimento não incluído nos segmentos reportados (ii)	207.921.504	7.069.201
	398.311.211	295.333.819

(i) A variação nesta rubrica é explicada essencialmente por ganhos com variações cambiais de 12 milhões de euros registados pela PT Finance no primeiro semestre de 2005, relacionados com o impacto da apreciação do dólar face ao euro nos empréstimos intragrupo concedidos à Vivo, os quais estavam denominados em dólares e foram amortizados em Julho de 2005. (ii) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui essencialmente (a) o reconhecimento de um crédito fiscal de 53 milhões de euros (Nota 16) relacionado com a liquidação da PT Prime, SGPS, SA e (b) um ganho de 142 milhões de euros (Nota 16.b) resultante da reversão do imposto diferido passivo contabilizado em exercícios anteriores, relativo a mais-valias fiscais obtidas na alienação de investimentos financeiros cuja tributação se encontrava suspensa de acordo com a legislação fiscal em vigor. Esta reversão decorreu da opção assumida pela Empresa neste primeiro semestre de beneficiar de uma isenção parcial na tributação das referidas mais-valias.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 a reconciliação do activo líquido por segmentos e o total do activo líquido consolidado é como segue:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Total dos activos		
Activos relativos aos segmentos reportados	12.086.829.330	12.891.010.550
Activos relativos a outras operações (i)	528.634.086	2.877.568.399
Goodwill	564.195.103	567.541.636
Investimentos em empresas associadas e outros	316.047.523	292.693.826
	13.495.706.042	16.628.814.411

(i) A redução ocorrida nesta rubrica refere-se essencialmente à redução dos investimentos de curto prazo, conforme explicado na Nota 21.

O total do activo, passivo, activos tangíveis e intangíveis por mercados geográficos em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 apresentam os seguintes valores:

euros				
30 Jun 2006				
	Activo	Passivo	Activos tangíveis	Activos intangíveis
Portugal	7.946.329.491	5.843.867.714	2.689.361.652	1.177.915.259
Brasil	4.852.896.299	1.710.543.808	1.133.609.589	2.332.684.004
Outros (i)	696.480.252	3.437.965.886	55.082.432	3.522.652
	13.495.706.042	10.992.377.408	3.878.053.673	3.514.121.915

euros				
31 Dez 2005				
	Activo	Passivo	Activos tangíveis	Activos intangíveis
Portugal	9.518.868.466	7.100.868.067	2.792.325.984	1.173.753.925
Brasil	5.424.259.539	2.012.647.707	1.208.508.378	2.424.078.318
Outros (i)	1.685.686.406	4.933.221.272	61.168.759	3.788.227
	16.628.814.411	14.046.737.046	4.062.003.121	3.601.620.470

(i) Em 30 de Junho de 2006, o activo e o passivo das outras áreas geográficas inclui, respectivamente, 562.106.960 euros e 3.379.491.660, relacionados com a PT Finance BV, empresa subsidiária do Grupo com sede na Holanda. O activo da PT Finance corresponde basicamente a aplicações de curto prazo e os passivos correspondem a empréstimos obtidos nos mercados financeiros, os quais são utilizados para financiar os negócios das empresas do Grupo, principalmente em Portugal e no Brasil. Em 31 de Dezembro de 2005, o activo e o passivo das outras áreas geográficas inclui, respectivamente, 1.552.783.879 euros e 4.875.966.814, relacionados com a PT Finance BV. A redução no primeiro semestre de 2006 resulta essencialmente da amortização do Eurobond em Fevereiro de 2006 no montante de 900 milhões de euros (Nota 32).

8 Custos com pessoal

Os custos com pessoal nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 repartem-se da seguinte forma:

euros		
	2006	2005
Remunerações	287.808.847	272.924.721
Encargos sociais	47.618.888	47.394.563
Seguros	2.301.756	1.465.310
Outros	13.948.664	15.267.322
	351.678.155	337.051.916

9 Custos com benefícios de reforma

9.1 Pensões e complementos de reforma

Conforme referido na Nota 3.h), a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados suspensos, bem como a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades, estimadas com base em cálculos actuariais preparados por um actuário independente, são as seguintes:

- a) Os empregados ou reformados oriundos dos CTT e contratados antes de 14 de Maio de 1992 têm o direito a receber da Empresa uma pensão de reforma. Os empregados contratados após essa data encontram-se abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor igual a 90% do salário-base anterior à suspensão do contrato de trabalho, estando previsto, em algumas situações, um incremento anual.
- b) Os reformados e empregados ainda no activo oriundos dos TLP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados pré-reformados têm igualmente direito a receber uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base na altura da pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Após esta data, estes antigos empregados têm direito ao complemento de pensão. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor igual a 90% do salário-base na altura da suspensão do contrato de trabalho, estando em algumas situações previsto um incremento anual.

c) Os empregados oriundos da TDP, contratados antes de 23 de Junho de 1994, têm direito a receber um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social. Os pré-reformados têm igualmente direito a receber da Empresa uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base anterior à pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor igual a 90% do salário-base na altura da suspensão do contrato de trabalho, estando, em algumas situações, previsto um incremento anual.

d) Os empregados oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, SA ("Marconi", uma empresa incorporada na PT Comunicações em 2002), contratados antes de 1 de Fevereiro de 1998, têm direito a receber da Caixa Marconi uma pensão de reforma, bem como dois complementos adicionais (Marconi Fundo de Melhoria e Marconi Fundo Complementar). Os empregados contratados após essa data não têm direito a estes benefícios dado que se encontram abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

e) No momento da passagem à reforma, a PT Comunicações paga uma gratificação de valor fixo a cada empregado, em função dos anos de serviço.

Os empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações ou da Marconi, e que estivessem abrangidos por algum dos planos de benefícios de reforma acima referidos, mantêm tais benefícios.

Os estudos actuariais destes planos de benefícios de reforma foram elaborados com referência a 30 de Junho de 2006 e 2005 e 31 de Dezembro de 2005 por actuários independentes, com base no Projected Unit Credit Unit, utilizando os seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

	30 Jun		31 Dez
	2006	2005	2005
Taxa anual de rendimentos dos fundos de longo prazo	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa anual de desconto das responsabilidades com pensões	5,00%	5,75%	4,50%
Taxa anual de desconto das responsabilidades com salários de pré-reformados	4,25%	4,00%	3,50%
Taxa anual de crescimento salarial	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa anual de crescimento das pensões	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%	2,00%

A taxa anual de desconto foi estimada com base nas taxas de rendimento de longo prazo à data de balanço para maturidades equiparáveis às das responsabilidades.

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos e em indicadores de mercados financeiros usualmente considerados neste tipo de análises.

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados nos estudos actuariais em 30 de Junho de 2006 e 2005 foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	
Activos e pré-reformados	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas:	
Homens	PA (90)m – deduzido de três anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de três anos
Tábua de invalidez: Swiss Reinsurance Company	
Rotação de empregados: Nula	

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas e o valor de mercado dos fundos de pensões em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 eram como segue:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Valor actual das responsabilidades projectadas da PT Comunicações e da PT SI		
Pensionistas, sobreviventes e pensões a pré-reformados e suspensos	2.390.064.770	2.544.743.313
Salários e prémios a pré-reformados e suspensos	892.671.069	964.731.000
Activos	668.036.000	729.350.000
	3.950.771.839	4.238.824.313
Valor de mercado dos fundos	(2.208.602.712)	(2.200.172.000)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	1.742.169.127	2.038.652.313

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, as responsabilidades não financiadas com pensões foram reconhecidas no balanço na rubrica “Benefícios de reforma” do passivo não corrente.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a composição dos fundos de pensões por natureza dos investimentos era como segue:

	30 Jun 2006		31 Dez 2005	
	Euros	%	Euros	%
Ações (i)	932.116.856	42,2%	798.928.907	36,3%
Obrigações	700.126.814	31,7%	757.849.915	34,5%
Imobiliário (ii)	263.760.081	11,9%	251.229.324	11,4%
Fundos de investimento imobiliário	5.071.276	0,2%	64.249.610	2,9%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo	307.527.685	13,9%	327.914.244	14,9%
	2.208.602.712	100,0%	2.200.172.000	100,0%

(i) Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui investimentos em acções da PT e de partes relacionadas, como segue:

	30 Jun 2006		31 Dez 2005	
	Número de acções	Euros	Número de acções	Euros
Telefónica	8.928.305	116.246.531	8.928.305	113.478.757
Banco Espírito Santo	13.107.904	138.157.308	7.864.744	106.960.518
Portugal Telecom	3.889.922	36.722.864	3.879.192	33.167.092
	291.126.703		253.606.367	

(ii) Em 30 de Junho de 2006, esta rubrica inclui imóveis arrendados ao Grupo que representam cerca de 97% do valor das propriedades de investimento detidas pelos fundos.

Durante o primeiro semestre de 2006, o movimento ocorrido nos activos dos fundos de pensões foi como segue:

	euros
Saldo inicial dos activos dos fundos de pensões	2.200.172.000
Rendimento real dos fundos	26.591.000
Pagamento de benefícios	(66.893.000)
Contribuições efectuadas pela PT Comunicações	46.795.000
Contribuições dos empregados	1.938.000
Saldo final dos activos dos fundos de pensões	2.208.603.000

A composição do custo com pensões nos primeiros semestres de 2006 e 2005 é como segue:

	euros	
	2006	2005
Custo com o serviço do período	11.268.000	9.943.500
Custo financeiro do período	87.533.000	96.878.000
Rendimento estimado dos fundos	(65.404.000)	(60.336.500)
Ganhos com serviços passados	(14.642.000)	(14.755.500)
	18.755.000	31.729.500
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	11.961.800	79.856.701
Custo com pensões	30.716.800	111.586.201

Os ganhos com serviços passados estão relacionados com a alteração da fórmula de cálculo dos benefícios de reforma para funcionários públicos, de 90% do último salário, para 90% da média dos três últimos salários. Os empregados da PT Comunicações, contratados originalmente pelos CTT antes de Maio de 1992, são equiparados a funcionários públicos e por conseguinte as alterações acima mencionadas afectam o cálculo das responsabilidades com estes empregados.

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais ou das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, e são reconhecidos directamente no capital próprio na Demonstração de Ganhos e Perdas Reconhecidas. O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2006, foi como segue:

	euros
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1.653.137.579
Alteração de pressupostos actuariais	(247.027.288)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais assumidos relacionados com os activos do fundo	38.813.524
Saldo em 30 de Junho de 2006 (Nota 38.6)	1.444.923.815

No primeiro semestre de 2006, a alteração de pressupostos actuariais corresponde ao aumento da taxa anual de desconto de 4,50% para 5,00% para as responsabilidades com pensões e de 3,50% para 4,25% para as responsabilidades com salários. No primeiro semestre de 2005 não ocorreram alterações nos pressupostos actuariais.

9.2 Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.i), a PT Comunicações é responsável pelo financiamento dos planos de saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis.

Este plano de saúde patrocinado pela PT Comunicações abrange todos os empregados contratados até 31 de Dezembro de 2003 e os empregados contratados pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998. Alguns empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações são igualmente cobertos por este plano.

Para o financiamento do plano de saúde contribuem:

- > os beneficiários titulares (beneficiários de algum dos regimes de saúde anteriormente vigentes na Empresa), com 1,5% dos ordenados;
- > o Serviço Nacional de Saúde ("SNS"), com uma contribuição por cada beneficiário do plano (Nota 23), que em 2006 será de 325,74 euros; e
- > a PT Comunicações, com o valor remanescente necessário à cobertura da totalidade dos custos, através de contribuições anuais para a PT ACS ou através de fundos autónomos constituídos para o efeito.

As avaliações actuariais destes planos são preparadas por actuários independentes, tendo os estudos reportados a 30 de Junho de 2006 e 2005 e 31 de Dezembro de 2005 sido realizados com base no Projected Unit Credit Method, utilizando os seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

		30 Jun	31 Dez
	2006	2005	2005
Taxa anual de rendimentos dos fundos a longo prazo	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa de crescimento dos custos com saúde			
Próximos 3,5 anos	3,50%	3,50%	3,50%
Anos seguintes	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de actualização	5,00%	5,75%	4,50%
Taxa anual de crescimento salarial	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%	2,00%

A taxa anual de desconto foi estimada com base nas taxas de rendimentos de longo prazo à data do balanço para maturidades equiparáveis às das responsabilidades.

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos e em indicadores de mercados financeiros habitualmente considerados neste tipo de análises.

Os pressupostos demográficos considerados nos estudos actuariais para 2006 e 2005 foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	
Activos e pré-reformados	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas:	
Homens	PA (90)m – deduzido de três anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de três anos
Tábua de invalidez: Swiss Reinsurance Company	
Rotação de empregados: Nula	

Com base nos estudos actuariais, a responsabilidade projectada com cuidados de saúde e o valor actual dos fundos em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, é como segue:

	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Valor actual das responsabilidades projectadas	856.244.075	912.807.431
Valor de mercado do fundo de pensões	(607.988.000)	(315.576.000)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	248.256.075	597.231.431

No primeiro semestre de 2006, a Empresa efectuou uma contribuição adicional de 300 milhões de euros para o fundo afecto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde. Este fundo autónomo é gerido pela PT Prestações de acordo com uma política de investimentos definida pelo Grupo em consonância com o vencimento das responsabilidades cobertas. Adicionalmente, a PT pagou à PT ACS o montante de 15.624.841 euros (líquido das contribuições do SNS), relacionado com as despesas de saúde incorridas com os reformados.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, as responsabilidades não financiadas com cuidados de saúde foram reconhecidas no balanço na rubrica “Benefícios de reforma” no passivo não corrente.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a composição do fundo autónomo afecto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde, por natureza de investimentos, era como segue:

	30 Jun 2006		31 Dez 2005	
	Valor	%	Valor	%
Acções	222.345.659	36,6%	105.516.357	33,4%
Obrigações	272.118.554	44,8%	128.302.463	40,7%
Commodities	45.864.016	7,5%	39.685.738	12,6%
Carteiras de moeda	37.873.845	6,2%	39.237.410	12,4%
Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo	29.785.926	4,9%	2.834.032	0,9%
	607.988.000	100,0%	315.576.000	100,0%

Durante o primeiro semestre de 2006, o movimento ocorrido nos activos deste fundo foi como segue:

	euros
Saldo inicial dos activos do fundo	315.576.000
Rendimento real dos fundos	(7.588.000)
Contribuições efectuadas pela PT Comunicações	300.000.000
Saldo final dos activos do fundo	607.988.000

O detalhe das componentes do custo relacionado com cuidados de saúde pode ser analisada como segue:

	2006	2005
Custo com o serviço do período	3.530.500	2.585.500
Custo financeiro do período	20.123.000	19.404.000
Rendimento estimado dos fundos	(18.468.000)	(9.000.000)
	5.185.500	12.989.500
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	483.000	9.124.378
	5.668.500	22.113.878

Os ganhos e perdas actuariais, resultantes essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais ou das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, são calculados anualmente pelo actuário e reconhecidos directamente no capital próprio, sendo apresentadas na Demonstração dos Ganhos e Perdas Reconhecidas. O movimento nos ganhos e perdas actuariais acumulados líquidos, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, foram como segue:

	euros
Saldo inicial	316.875.470
Alteração de pressupostos actuariais	(65.075.012)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais assumidos relacionados com os activos do fundo	26.056.000
Saldo final (Nota 38.6)	277.856.458

No primeiro semestre de 2006, a alteração de pressupostos actuariais corresponde ao aumento da taxa de desconto de 4,5% para 5,0%. Durante o primeiro semestre de 2005, não ocorreram alterações nos pressupostos actuariais.

9.3 Provisões para os planos de benefícios de reforma

O movimento ocorrido durante o exercício de 2005 e no primeiro semestre de 2006 nas rubricas de provisões para benefícios de reforma foi como segue:

	Pensões e complementos de reforma (Nota 9.1)	Cuidados de saúde (Nota 9.2)	euros Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	1.619.758.856	701.797.528	2.321.556.384
Alterações no perímetro de consolidação (i)	(8.846.352)	–	(8.846.352)
Custo líquido do período	(48.831.155)	27.226.000	(21.605.155)
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros	296.243.885	18.065.900	314.309.785
Pagamentos e contribuições	(365.504.500)	(334.302.467)	(699.806.967)
Perdas actuariais, líquidas	545.831.579	184.444.470	730.276.049
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.038.652.313	597.231.431	2.635.883.744
Custo líquido do período	18.755.000	5.185.500	23.940.500
Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros	11.961.800	483.000	12.444.800
Pagamentos e contribuições	(118.986.222)	(315.624.844)	(434.611.066)
Ganhos actuariais, líquidos	(208.213.764)	(39.019.012)	(247.232.776)
Saldo em 30 de Junho de 2006	1.742.169.127	248.256.075	1.990.425.202

(i) Esta rubrica refere-se à responsabilidade com benefícios de reforma da Lusomundo Media, que foi alienada em 2005 (Nota 17).

9.4 Fluxos de caixa com os planos de benefícios de reforma

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, os pagamentos e contribuições respeitantes aos benefícios de reforma foram como segue:

	2006	2005
Pensões		
Contribuições para os fundos	46.795.000	100.867.616
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	72.191.222	66.017.118
	118.986.222	166.884.734
Cuidados de saúde		
Contribuições para os fundos	300.000.000	300.000.000
Pagamentos à PT ACS	15.624.844	15.609.003
	315.624.844	315.609.003
	434.611.066	482.493.737

9.5 Custos com os planos de benefícios de reforma

Os custos com os planos de benefícios de reforma e com o programa de redução de efectivos patrocinados pela Empresa foram registados nas demonstrações dos resultados nos primeiros semestres de 2006 e 2005, conforme segue:

	2006	euros 2005
Custo com benefícios de reforma		
Pensões	18.755.000	31.729.500
Cuidados de saúde	5.185.500	12.989.500
	23.940.500	44.719.000
Programa de redução de efectivos		
Pensões	11.961.800	79.856.701
Cuidados de saúde	483.000	9.124.378
Indemnizações pagas (Nota 42)	12.604.191	1.525.797
	25.048.991	90.506.876

9.6 Ganhos actuariais líquidos

No primeiro semestre de 2006, o movimento e a natureza dos ganhos actuariais líquidos foram reconhecidos no capital próprio conforme segue:

Alterações nos pressupostos actuariais	
Pensões	(247.027.288)
Cuidados de saúde	(65.075.012)
	(312.102.300)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais	
Pensões	38.813.524
Cuidados de saúde	26.056.000
	64.869.524
	(247.232.776)

10 Custos directos dos serviços prestados

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	euros 2005
Custos com telecomunicações (i)	228.756.681	271.791.704
Custos com programação	75.336.888	68.683.107
Listas telefónicas	38.455.787	41.607.233
Outros	59.917.828	45.700.907
	402.467.184	427.782.951

(i) Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, esta rubrica inclui custos relacionados com locações operacionais, relativas a aluguer de capacidade, no montante de 51.146.263 euros e 42.104.263 euros, respectivamente (Nota 12).

11 Fornecimentos e serviços externos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2006	2005
Comissões	143.069.717	118.605.890
Trabalhos especializados	87.744.780	86.563.272
Locação operacional (Nota 12)	38.345.258	32.248.539
Electricidade	35.273.759	28.402.681
Comunicação	14.009.049	14.851.167
Instalação e remoção de equipamento terminal	10.035.373	12.705.349
Deslocações e estadas	7.420.731	8.074.534
Vigilância e segurança	6.892.977	6.224.039
Seguros	6.562.667	5.121.481
Combustíveis, água e outros fluidos	6.213.981	5.161.411
Honorários	4.088.510	5.753.082
Outros	41.110.978	33.087.061
	400.767.780	356.798.506

12 Locação operacional

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 os custos incorridos com contratos de locação operacional foram reconhecidos nas seguintes rubricas:

	euros	
	2006	2005
Custos directos (Nota 10)	51.146.263	42.104.263
Fornecimentos e serviços externos (Nota 11) (i)	38.345.258	32.248.539
	89.491.521	74.352.802

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a aluguer de equipamento de transporte e rendas de propriedades.

Em 30 de Junho de 2006, as responsabilidades futuras do Grupo com os contratos de locação financeira vencem-se como segue:

	euros
Segundo semestre de 2006	75.811.687
Primeiro semestre de 2007	49.533.867
Segundo semestre de 2007	47.843.558
2008	75.679.970
2009	55.996.618
2010	40.115.685
Primeiro semestre de 2011	18.523.327
Segundo semestre de 2011 e períodos seguintes	167.663.400
	531.168.112

13 Outros custos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2006	2005
Donativos (i)	4.769.230	4.507.568
Outros (ii)	7.121.128	3.731.637
	11.890.358	8.239.205

(i) Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, esta rubrica inclui contribuições efectuadas pelo Grupo para diferentes programas de sustentabilidade, promovidos por instituições portuguesas e internacionais. (ii) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui essencialmente (1) 14 milhões de euros relacionados com despesas de consultoria financeira, parcialmente compensados pela (2) redução de 9.126.195 euros (Nota 36) de uma provisão para os custos estimados com a alienação da Lusomundo Media.

14 Perdas (ganhos) em activos financeiros, líquidos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2006	2005
Instrumentos derivados (i)	11.616.497	19.956.875
Outros (ii)	1.204.957	2.074.250
	12.821.454	22.031.125

(i) Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, esta rubrica inclui, respectivamente, perdas líquidas de 20.024.647 euros e 32.293.924 euros (Nota 39) relativa às variações líquidas negativas no valor de mercado dos instrumentos derivados classificados como detidos para negociação (Nota 39). Estas perdas foram parcialmente compensadas por ganhos de 8.408.150 euros e 12.337.049 euros relativos a dividendos obtidos pela Portugal Telecom com equity swaps sobre acções da PT Multimédia (Nota 39). (ii) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui essencialmente: (1) 1.652.346 euros (Nota 36) relacionados com provisões para empréstimos concedidos à Cellco – Ste. Cellulaire du Congo SARL, uma empresa que presta serviços de telecomunicações no Congo, os quais foram provisionados em resultado da situação política naquele país; (2) 1.344.000 euros (Nota 41) relacionados com os dividendos recebidos do Banco Espírito Santo; e (3) 141.521 euros relativos às rendas recebidas do aluguer de alguns imóveis detidos pela PT Comunicações, líquidas dos custos com a amortização dos mesmos (Nota 29).

15 Outros custos financeiros, líquidos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2006	2005
Comissões e outros serviços bancários	16.037.069	13.914.986
Outros, líquidos	13.847.214	17.145.615
	29.884.283	31.060.601

16 Impostos e taxas

A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de, aproximadamente, 10% de Derrama, atingindo uma taxa agregada de cerca de 27,5%.

A Portugal Telecom e a PT Multimédia são tributadas de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detêm, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongadas ou suspensos. O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2006, excepto para as situações que foram objecto de registo de uma provisão (Nota 36).

a) Impostos diferidos

Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nos impostos diferidos foram como segue:

	Saldo 31 Dez 2005	Alterações ao perímetro de consolidação	Resultado líquido	Resultados acumulados	Ajustamentos de conversão cambial	Impostos a pagar (Nota 25)	Outros movimentos	Saldo 30 Jun 2006
Impostos diferidos activos								
Benefícios de reforma	720.255.233	–	(108.815.191)	(67.556.356)	–	–	–	543.883.686
Prejuízos fiscais reportáveis (i)	286.876.872	–	417.874	–	(952.456)	(134.584.500)	71.922	151.829.712
Provisões	151.927.694	21.038	(10.542.554)	–	(912.015)	–	–	140.494.163
Contribuição adicional para o fundo de pensões	121.351.323	–	86.183.994	–	–	–	–	207.535.317
Instrumentos financeiros	18.477.273	–	(132.797)	(5.402.142)	79.608	–	–	13.021.942
Outras diferenças temporárias	88.922.614	–	4.338.319	–	(1.207.683)	–	(636.594)	91.416.656
	1.387.811.009	21.038	(28.550.355)	(72.958.498)	(2.992.546)	(134.584.500)	(564.672)	1.148.181.476
Impostos diferidos passivos								
Mais-valias fiscais com tributação suspensa (ii)	271.627.295	–	(268.135.502)	–	–	–	–	3.491.793
Reavaliação de activos fixos	16.530.675	17.426	(835.665)	–	–	–	–	15.712.436
Instrumentos financeiros	12.418.218	–	(10.845.772)	(1.187.131)	–	–	–	385.315
Outras diferenças temporárias	34.290.889	–	1.570.744	–	–	–	–	35.861.633
	334.867.077	17.426	(278.246.195)	(1.187.131)	–	–	–	55.451.177
		3.612	249.695.840	(71.771.367)	(2.992.546)	(134.584.500)	(564.672)	

(i) Em 30 de Junho de 2006, esta rubrica inclui impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis registados pela PT Multimédia no montante de 82 milhões de euros, registados pela Vivo no montante de 68 milhões de euros e registados pela PT SI no montante de 1 milhão de euros. (ii) A redução ocorrida nesta rubrica está relacionada com a adopção pela Empresa do regime voluntário de tributação de certos ganhos obtidos na alienação de investimentos em períodos anteriores, cuja tributação tinha sido suspensa ao abrigo do regime de reinvestimento. Como resultado, o montante não tributado ao abrigo deste regime, no valor de 141.972.529 euros, foi registado como um ganho na demonstração dos resultados consolidados no primeiro semestre de 2006, conforme referido no detalhe da reconciliação da taxa de imposto.

euros								
	Saldo 31 Dez 2004	Alterações ao perímetro de consolidação	Resultado líquido	Resultados acumulados	Ajustamentos de conversão cambial	Impostos a pagar	Outros movimentos	Saldo 30 Jun 2005
Impostos diferidos activos								
Benefícios de reforma	634.365.282	–	(97.192.496)	–	–	–	–	537.172.786
Prejuízos fiscais reportáveis	536.577.997	(9.103.859)	4.883.349	–	14.637.013	(129.178.269)	3.307.115	421.123.346
Provisões	132.356.536	(8.236.285)	17.912.665	–	8.146.268	–	(428.801)	149.750.383
Contribuição adicional para o fundo de pensões	35.735.418	–	77.870.454	–	–	–	–	113.605.872
Instrumentos financeiros	21.823.860	–	(4.562.701)	2.392.044	–	–	–	19.653.203
Outras diferenças temporárias	35.313.621	(170.971)	7.936.399	(65.607)	6.466.287	–	(98.488)	49.381.241
	1.396.172.714	(17.511.115)	6.847.670	2.326.437	29.249.568	(129.178.269)	2.779.826	1.290.686.831
Impostos diferidos passivos								
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	274.143.925	(585.265)	(244.560)	–	–	–	–	273.314.100
Reavaliação de activos fixos	20.768.988	(2.235.362)	(1.020.964)	–	–	–	–	17.512.662
Instrumentos financeiros	–	–	–	–	–	–	–	0
Outras diferenças temporárias	32.943.494	–	(23.309)	–	–	–	–	32.920.185
	327.856.407	(2.820.627)	(1.288.833)	–	–	–	–	323.746.947
		(14.690.488)	8.136.503	2.326.437	29.249.568	(129.178.269)	2.779.826	

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os prejuízos fiscais reportáveis das subsidiárias portuguesas expiravam como segue:

euros					
30 Jun 2006			31 Dez 2005		
	Registados como impostos diferidos activos	Não reconhecidos	Registados como impostos diferidos activos	Não reconhecidos	
2006	–	195.510.362	–	195.510.362	
2007	–	20.811.015	–	20.811.015	
2008	–	3.883.962	477.242.146	3.883.962	
2009	303.144.093	4.477.091	311.981.853	4.477.091	
2010	–	21.057.364	–	21.057.364	
2011	–	–	–	–	
	303.144.093	245.739.794	789.223.999	245.739.794	

Em 30 de Junho de 2006, os prejuízos fiscais reportáveis das subsidiárias portuguesas incluíam 299 milhões de euros referentes ao consolidado fiscal da PT Multimédia e 4 milhões de euros da PT SI.

b) Reconciliação da taxa de imposto

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto é como segue:

	euros	
	2006	2005
Resultado antes de impostos	347.471.610	450.091.426
Taxa nominal de imposto	27,5%	27,5%
	95.554.693	123.775.142
Prejuízos fiscais não recuperáveis (i)	55.832.532	25.620.640
Reversão de impostos diferidos passivos relativos à tributação de 50% dos ganhos obtidos na alienação de certos investimentos (Nota 7.e) (ii)	(141.972.529)	–
Liquidação de uma empresa subsidiária (Nota 7.e)	(53.342.681)	–
Warrants	–	7.623.987
Taxas de imposto diferenciadas	(7.494.775)	2.804.055
Diferenças permanentes	3.094.855	816.611
Provisões para impostos (Nota 36)	1.851.690	797.343
Outros	(4.363.386)	(5.098.972)
	(50.839.601)	156.338.806
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente (Nota 25) (iii)	198.856.239	164.475.309
Imposto diferido (iv)	(249.695.840)	(8.136.503)
	(50.839.601)	156.338.806

(i) Esta rubrica está relacionada essencialmente com prejuízos fiscais de determinadas empresas instrumentais e também de algumas empresas operadoras pertencentes ao Grupo Vivo, que não esperam vir a obter lucros tributáveis que lhes permitam recuperar estes prejuízos fiscais. (ii) Conforme explicado atrás, este montante está relacionado com a adopção pela Empresa do regime voluntário de tributação de certos ganhos obtidos na alienação de investimentos financeiros em períodos anteriores. (iii) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui (a) um custo de 125.818.532 euros relativos à tributação de parte dos ganhos obtidos em períodos anteriores na alienação de investimentos financeiros, no seguimento da adopção do regime voluntário de tributação mencionado acima, e (b) um ganho de 53.342.681 euros relacionado com créditos fiscais em resultado da liquidação de uma empresa instrumental. (iv) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui um ganho de 268.135.502 euros em resultado da reversão de impostos diferidos passivos relacionados com ganhos obtidos na alienação de investimentos financeiros, no seguimento da adopção pela Empresa do regime voluntário de tributação de mais-valias acima mencionado.

17 Operações descontinuadas

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 não existem operações classificadas no balanço como descontinuadas. No primeiro semestre de 2005, a demonstração dos resultados das operações descontinuadas refere-se aos resultados das empresas que foram alienadas nesses exercícios, até à data da respectiva venda, que ocorrem, respectivamente, em Agosto de 2005 no caso da Lusomundo Media e em Novembro de 2005 no caso da PrimeSys.

18 Interesses minoritários

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de interesses minoritários:

	euros						
	Saldo 31 Dez 2005	Aquisições e aumentos de capital	Ganhos (perdas)	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações	Saldo 30 Jun 2006
Brasilcel (i)	523.268.570	15.716.673	(28.837.241)	–	(7.067.529)	1.916.376	504.996.849
PT Multimédia (ii)	178.075.607	–	17.638.732	(35.335.177)	–	(207.133)	160.172.029
Cabo Verde Telecom	33.668.323	–	4.637.279	(6.137.449)	–	(19.518)	32.148.635
Cabo TV Madeirense	6.531.728	–	1.100.581	(1.767.001)	–	–	5.865.308
Timor Telecom	3.327.479	–	668.354	–	(262.552)	–	3.733.281
Cabo TV Açoreana	2.251.967	–	372.166	(705.869)	–	–	1.918.264
CST	1.675.209	–	136.421	(67.133)	(183.572)	(66.770)	1.494.155
Kénia Postel Directories	1.015.137	–	221.664	(225.479)	(104.066)	–	907.256
LTM	1.493.621	–	352.089	(495.484)	(242.998)	16.298	1.123.526
Previsão	1.109.089	–	55.197	(27.584)	–	(49.507)	1.087.195
Outras	1.269.346	–	429.342	(123.471)	(102.252)	(24.927)	1.448.038
	753.686.076	15.716.673	(3.225.416)	(44.884.647)	(7.962.969)	1.564.819	714.894.536

	euros						
	Saldo 31 Dez 2004	Aquisições e aumentos de capital	Ganhos (perdas)	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações	Saldo 30 Jun 2005
Brasilcel (i)	305.770.785	95.242.840	550.649	–	107.950.659	(261.292)	509.253.641
PT Multimédia (ii)	212.124.711	–	5.373.153	(32.797.646)	75.750	(31.154.661)	153.621.307
Cabo Verde Telecom	30.728.281	–	4.178.890	(5.370.263)	–	119.952	29.656.860
Cabo TV Madeirense	6.056.156	–	885.623	(1.376.400)	–	–	5.565.379
Timor Telecom	2.258.891	(201.581)	722.354	–	333.640	–	3.113.304
Cabo TV Açoreana	2.019.394	–	368.571	(477.343)	–	–	1.910.622
CST	1.466.715	–	212.889	(67.181)	212.566	(76.563)	1.748.426
Kénia Postel Directories	886.003	(89.380)	71.700	(226.377)	148.928	–	790.874
LTM	1.482.547	–	323.963	(453.646)	(249.572)	–	1.103.292
Previsão	1.053.501	–	12.634	(22.131)	–	(286)	1.043.718
Outras	3.781.990	–	(872.668)	(94.029)	150.221	(80.083)	2.885.431
	567.628.974	94.951.879	11.827.758	(40.885.016)	108.622.192	(31.452.933)	710.692.854

(i) Estes interesses minoritários correspondem a 50% da participação dos accionistas minoritários das empresas participadas pela Brasilcel nos respectivos capitais próprios e resultados. O aumento dos interesses minoritários nos primeiros semestres de 2006 e 2005 está relacionado, respectivamente, com a operação de reestruturação completada pela Vivo em Fevereiro de 2006 (Nota 1.b) e com o aumento de capital da Telesp Celular Participações de Janeiro de 2005. (ii) Estes interesses minoritários correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da PT Multimédia, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros. No primeiro semestre de 2005, parte do custo reconhecido pela PT Multimédia directamente em capitais próprios com o exercício financeiro dos warrants efectuado pela Portugal Telecom foi transferido na consolidação para o resultado líquido, para eliminar o facto de a Portugal Telecom ter reconhecido o correspondente ganho em resultados. No primeiro semestre de 2005, a coluna "Outras variações" inclui um valor de aproximadamente 32 milhões de euros, correspondentes à proporção dos accionistas minoritários nos warrants emitidos em Maio de 2005.

19 Dividendos

Na Assembleia Geral realizada em 21 de Abril de 2006 foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por acção de 0,475 euros referente ao resultado líquido do exercício de 2005, tendo sido pago um dividendo total de 526.402.838 euros (Nota 38) no primeiro semestre de 2006.

20 Resultados por acção

Os resultados por acção, básico e diluído, nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, foram calculados como segue:

		euros	
		2006	2005
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses minoritários	(1)	401.536.627	281.924.862
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários	(2)	–	1.581.199
Resultado líquido	(3)	401.536.627	283.506.061
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(4)	2.829.929	2.307.317
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(5)	404.366.556	285.813.378
Número médio de acções ordinárias em circulação no período	(6)	1.109.546.887	1.132.795.589
Efeito das obrigações convertíveis		31.482.437	31.482.438
	(7)	1.141.029.324	1.164.278.027
Resultado por acção das operações continuadas, líquido de interesses minoritários			
Básico	(1)/(6)	0,362	0,249
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	0,354	0,244
Resultado por acção das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários			
Básico	(2)/(6)	–	0,001
Diluído	(2)/(7)	–	0,001
Resultado líquido por acção			
Básico	(3)/(6)	0,362	0,250
Diluído	(5)/(7)	0,354	0,245

21 Investimentos de curto prazo

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Obrigações de rendimento fixo	435.971.060	420.549.203
Outras aplicações financeiras de curto prazo (i)	784.892.403	2.879.060.750
	1.220.863.463	3.299.609.953

(i) Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui 40.482.819 euros e 37.923.201 euros, respectivamente, relativos ao valor de mercado de determinados derivados contratados pela Vivo, os quais não estão a cobrir qualquer operação específica (Nota 39).

A redução ocorrida nos investimentos de curto prazo está relacionada essencialmente com a amortização das obrigações não convertíveis emitidas pela PT Finance em Fevereiro de 2001, no montante de 899.500.000 euros (Nota 32), e com os dividendos pagos no primeiro semestre de 2006, no montante de 526.402.838 (Nota 38).

22 Contas a receber _ clientes

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Contas a receber de clientes (i)	1.415.944.218	1.525.016.152
Acréscimos de proveitos	209.415.180	219.855.066
Outros	–	143.495
	1.625.359.398	1.745.014.713
Ajustamentos a contas a receber de clientes (Nota 36)	(406.575.429)	(355.784.945)
	1.218.783.969	1.389.229.768
Adiantamentos a fornecedores	55.813.922	58.061.919
	1.274.597.891	1.447.291.687

(i) A redução ocorrida nesta rubrica está relacionada essencialmente com o write-off de contas a receber que estavam provisionadas (Nota 36).

23 Contas a receber _ outros

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Outras contas a receber correntes		
Contas a receber de partes relacionadas (i)	70.732.252	44.791.581
Contribuições do SNS (Nota 9.2.) (ii)	39.883.930	37.664.548
Descontos concedidos a reformados e pensionistas (iii)	32.813.054	19.670.923
Outros	83.598.922	100.001.636
	227.028.158	202.128.688
Ajustamentos a outras contas a receber (Nota 36)	(11.584.503)	(15.927.455)
	215.443.655	186.201.233
Outras contas a receber não correntes	17.550.975	21.910.698
Ajustamentos a outras contas a receber não correntes (Nota 36)	(2.222.545)	(2.106.093)
	15.328.430	19.804.605

(i) O aumento ocorrido nesta rubrica está relacionado essencialmente com o aumento dos dividendos a receber de empresas associadas, de 14 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005 para 38 milhões de euros em 30 de Junho de 2006, principalmente relacionados com a Unitel. (ii) Estas contribuições a receber foram originadas como segue:

	euros
2002	4.134.200
2003	3.271.690
2004	9.861.856
2005	15.008.928
2006	7.607.256
	39.883.930

(iii) Este valor corresponde a descontos concedidos por conta do Estado português a reformados e pensionistas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro. No âmbito das negociações que conduziram à celebração do contrato de compra e venda da propriedade da Rede Básica de Telecomunicações e da Rede de Telex no final de 2002 e considerando os termos do Acordo Modificativo ao Contrato de Concessão, o Estado português assumiu o compromisso de passar a incluir nos Orçamentos de Estado a verba necessária à regularização dos descontos que vierem a ser concedidos no futuro. Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a conta a receber tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Descontos concedidos em 2005 (a)	23.554.862	19.670.923
Descontos concedidos em 2006	9.258.192	–
	32.813.054	19.670.923

(a) A alteração ocorrida no valor de 2005 está relacionada com o registo do IVA pela PT Comunicações, no seguimento da emissão da factura ao Estado português durante primeiro semestre de 2006.

24 Existências

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Mercadorias	211.102.174	155.942.498
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	22.796.100	35.780.354
Produtos e trabalhos em curso	7.474.537	6.801.647
Adiantamentos por conta de compras	–	41.217
	241.372.811	198.565.716
Ajustamento para depreciação de existências (Nota 36)	(28.382.211)	(28.247.571)
	212.990.600	170.318.145

25 Impostos a pagar e a recuperar

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 Jun 2006		31 Dez 2005	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Operações em Portugal				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	28.773.477	74.481.886	30.505.492	70.946.476
Segurança Social	–	10.318.997	–	8.412.868
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	–	9.306.050	–	8.469.984
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	18.106.291	39.881.777	18.863.663	5.438.577
Outros	1.541.837	1.446.718	1.492.138	1.050.631
	48.421.605	135.435.428	50.861.293	94.318.536
Impostos em países estrangeiros	143.811.234	118.607.646	152.951.877	142.918.443
	192.232.839	254.043.074	203.813.170	237.236.979
Impostos não correntes				
Impostos em países estrangeiros	117.990.709	30.421.107	117.244.409	30.899.784

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, as rubricas de “Impostos em países estrangeiros” incluem essencialmente 50% dos impostos a recuperar e a pagar pelas empresas participadas da Brasilcel, conforme segue:

	30 Jun 2006		31 Dez 2005	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Imposto sobre o rendimento	42.168.039	30.648.262	58.811.881	34.083.312
Impostos indirectos	86.666.193	76.403.659	81.877.050	94.251.531
Outros	14.977.002	11.555.725	12.262.946	14.583.600
	143.811.234	118.607.646	152.951.877	142.918.443
Impostos não correntes				
Imposto sobre o rendimento (i)	79.164.609	–	75.879.145	–
Impostos indirectos (ii)	38.826.100	30.421.107	41.365.264	30.899.784
	117.990.709	30.421.107	117.244.409	30.899.784

(i) Esta rubrica diz respeito essencialmente a impostos sobre o rendimento retidos na fonte referentes a dividendos recebidos pelas holdings da Vivo e serão recuperáveis num prazo superior a um ano.

(ii) Os impostos a receber incluídos nesta rubrica são relativos a impostos indirectos pagos na aquisição de imobilizado, os quais segundo as leis brasileiras só poderão ser recuperáveis durante um período de 48 meses. Os impostos a pagar incluídos nesta rubrica são relativos ao ICMS (IVA) apurado no Estado do Paraná, e será pago num prazo de 48 meses, segundo um acordo especial celebrado com as autoridades governamentais locais.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o montante líquido a pagar e a recuperar relativo a “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas” tem a seguinte composição:

	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício	(39.178.412)	(4.407.986)
Pagamentos por conta	2.663.898	7.741.149
Retenções efectuadas por terceiros	2.919.084	4.411.543
Imposto a recuperar	11.902.369	5.725.835
Outros (i)	(82.425)	(45.455)
Imposto a receber (pagar), líquido	(21.775.486)	13.425.086

(i) Esta rubrica está relacionada com as retenções efectuadas por terceiros na Portugal Telecom as quais só serão reconhecidas quando o Grupo começar a pagar impostos após a utilização dos prejuízos fiscais reportáveis.

A reconciliação entre o imposto corrente sobre o rendimento reflectido no balanço em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 e os custos de imposto corrente sobre o rendimento dos períodos respectivos é como segue:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do período	39.178.412	4.407.986
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis (Nota 16)	134.584.500	261.690.411
Imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo sedeadas no estrangeiro (i)	22.374.791	66.104.582
Provisões para impostos sobre o rendimento (Nota 36)	1.851.690	6.873.860
Outros	3.534.572	6.882.045
	201.523.965	345.958.884

(i) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui 18 milhões de euros relativos à Vivo (45 milhões de euros no exercício de 2005) e 4 milhões de euros referentes à Cabo Verde Telecom (7 milhões de euros no exercício de 2005).

O imposto corrente do período foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Imposto sobre o rendimento (Nota 16)	198.856.239	346.297.957
Resultados acumulados	2.667.726	(339.073)
	201.523.965	345.958.884

26

Custos diferidos

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Taxas e outros impostos (i)	36.472.490	—
Publicação de listas telefónicas	27.941.637	42.055.087
Publicidade e propaganda (ii)	15.505.984	30.542.748
Rendas e alugueres	10.131.588	8.100.226
Venda de equipamentos (iii)	12.547.497	18.459.419
Manutenção e reparação	6.366.070	7.890.849
Distribuição de canais	3.656.893	3.817.421
Juros pagos antecipadamente	2.349.115	2.134.677
Adiantamentos a empregados	511.908	420.408
Outros	18.493.233	14.705.576
	133.976.415	128.126.411

(i) As empresas da Vivo pagam uma taxa anual no início de cada exercício, a qual é calculada em função da sua base de clientes no exercício anterior. Esta taxa é reconhecida em resultados de uma forma linear até ao final do exercício. (ii) A redução nesta rubrica está relacionada essencialmente com campanhas publicitárias contratadas pelo Vivo antes de 31 de Dezembro de 2005 a realizar no Campeonato Mundial de Futebol, o qual decorreu na Alemanha em Junho de 2006. (iii) As vendas de equipamentos pela Vivo são reconhecidas apenas quando o cliente final activa o equipamento, pelo que a margem negativa, assim como os respectivos impostos indirectos (ICMS), são diferidos até ao reconhecimento da venda.

27 Outros activos correntes e não correntes

Em 31 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Outros activos correntes		
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I.x) e 37)	46.878.103	48.342.815
Valor de mercado dos instrumentos financeiros derivados sobre acções da PT Multimédia (Nota 39)	—	42.020.704
Outros	6.415.633	15.847.034
	53.293.736	106.210.553
Outros activos não correntes		
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I.x) e 37)	688.996.713	744.003.413
Outros	14.059.062	16.808.551
	703.055.775	760.811.964

28 Investimentos em empresas participadas

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Partes de capital em empresas participadas	9.864.574	4.767.644
Partes de capital em empresas associadas	173.153.291	175.633.432
Goodwill, líquido de perdas por imparidade	165.061.581	166.860.191
Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas	82.934.875	75.989.257
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	2.319.226	2.352.102
	433.333.547	425.602.626

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Partes de capital em empresas participadas” tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
China Pathway (i)	4.039.721	1.695.391
Guiné Telecom, SARL (ii)	3.716.555	3.716.555
DCSI (iii)	3.236.890	—
Regiforum	927.423	857.058
Outras empresas	1.660.540	2.215.195
	13.581.129	8.484.199
Ajustamentos a partes de capital em empresas participadas (Nota 36)	(3.716.555)	(3.716.555)
	9.864.574	4.767.644

(i) Esta empresa irá iniciar a sua actividade no decorrer do segundo semestre de 2006. (ii) Este investimento encontra-se integralmente ajustado, atendendo às expectativas de recuperabilidade do mesmo. (iii) O investimento nesta empresa foi adquirido em Junho de 2006.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Partes de capital em empresas associadas” tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Unitel, SA (“Unitel”)	74.577.715	72.921.020
Universo Online (“UOL”)	49.916.508	46.985.983
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL (“CTM”)	32.525.383	33.865.473
Banco Best, SA	6.179.500	7.583.700
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (i)	2.992.788	2.992.788
Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA	2.632.636	3.865.964
Hungaro Digitel KFT	1.965.385	1.969.094
Páginas Amarelas, SA (“Páginas Amarelas”)	1.116.061	3.897.665
Octal TV, SA	439.114	1.195.419
Outras empresas	3.800.989	3.661.204
	176.146.079	178.938.310
Ajustamentos a partes de capital em empresas associadas (Nota 36)	(2.992.788)	(3.304.878)
	173.153.291	175.633.432

(i) Este investimento financeiro encontra-se totalmente ajustado.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Goodwill, líquido de perdas por imparidade”, tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Páginas Amarelas	83.754.434	83.754.434
UOL	54.222.497	54.843.158
Unitel	26.498.503	26.498.503
Outras empresas	586.147	1.764.096
	165.061.581	166.860.191

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, não foram registadas perdas por imparidade relativamente aos valores de goodwill acima indicados.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios. Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, estes empréstimos eram como segue:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Médi Télécom	69.541.032	70.257.631
Sportinveste (i)	35.318.668	35.318.668
Sport TV	15.000.000	17.500.000
INESC (ii)	3.292.066	3.292.066
Outras empresas	2.683.902	1.439.065
	125.835.668	127.807.430
Ajustamentos a empréstimos concedidos a empresas associadas e outras (Nota 36)	(4.944.413)	(3.293.313)
Ajustamentos resultantes da aplicação da equivalência (Nota 36) (iii)	(37.956.380)	(48.524.860)
	82.934.875	75.989.257

(i) Este montante inclui prestações acessórias de 30.023.168 euros (Nota 40) e empréstimos de 5.295.500 euros. (ii) Este empréstimo encontra-se integralmente ajustado. (iii) Este valor corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor do investimento em empresas associadas, as quais foram registadas como uma redução ao valor do empréstimo concedido às mesmas. Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Médi Télécom	24.490.998	36.098.033
Sportinveste	13.465.382	12.426.827
	37.956.380	48.524.860

No caso de as perdas acumuladas excederem o valor dos investimentos financeiros (incluindo empréstimos), registados no activo, é reconhecida uma provisão na rubrica "Provisão para outros riscos e encargos", sempre que o Grupo tenha assumido responsabilidades com a participada (Nota 36).

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, os ganhos e perdas em empresas associadas tem a seguinte composição:

	euros	
	2006	2005
Unitel	35.621.316	14.046.514
Médi Télécom	11.258.953	1.000.781
CTM	7.022.268	7.700.902
UOL	3.707.748	8.777.547
Outras (i)	(12.114.210)	(3.004.225)
	45.496.075	28.521.519

(i) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui perdas de aproximadamente 8 milhões de euros relacionadas com o investimento da Portugal Telecom no Congo, através da empresa Cellco – Ste. Cellulaire du Congo SARL ("Cellco"), em resultado da situação política do referido país.

No primeiro semestre de 2006, a participação da Portugal Telecom nos ganhos da Médi Télécom no montante de 11.258.953 (Nota 36) foi registada como uma redução de provisões para perdas em empresas associadas. Adicionalmente, perdas em diversas empresas associadas no montante de 1.246.395 foram registadas como um aumento das provisões para perdas em empresas associadas, as quais incluem essencialmente a participação da Portugal Telecom nas perdas da Sportinveste.

Os dados financeiros das principais empresas associadas em 30 de Junho de 2006 apresentam os seguintes valores:

	euros				
	Total do activo	Total do passivo	Capital próprio (a)	Receitas operacionais	Resultado líquido (a)
Unitel	540.278.220	241.967.360	298.310.860	235.063.010	142.485.264
Médi Télécom	1.061.381.586	1.137.487.857	(76.106.271)	202.804.505	34.987.424
UOL	259.277.732	87.151.842	172.125.890	88.096.565	12.785.338
CTM	162.397.433	46.235.351	116.162.082	101.392.800	25.079.529

(a) Capital próprio e resultado líquido atribuíveis a accionistas maioritários.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Investimentos financeiros disponíveis para venda (Nota 3.I.ii)	77.337.181	60.592.486
Propriedades de investimento, líquida de amortizações acumuladas	25.580.538	27.693.584
Outros investimentos financeiros	5.285.108	7.793.019
	108.202.827	96.079.089

O valor de mercado dos investimentos financeiros que estão disponíveis para venda foi determinado com base na sua cotação de mercado à data do balanço, tendo a respectiva variação sido reconhecida em “Resultados acumulados”. O detalhe e o movimento ocorrido nesta rubrica no semestre findo em 30 de Junho de 2006 foi como segue:

	Saldo 31 Dez 2005	Aumento de capital (Nota 41)	Resultados acumulados	euros Saldo 30 Jun 2006
Banco Espírito Santo	57.120.000	19.320.000	(2.660.000)	73.780.000
Telefónica	3.472.486	–	84.695	3.557.181
	60.592.486	19.320.000	(2.575.305)	77.337.181

A rubrica “Propriedades de investimento” respeita essencialmente a terrenos e edifícios detidos pela PT Comunicações que não se encontram afectos à sua actividade operacional. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade. A PT Comunicações efectua avaliações regulares a estes imóveis, sendo as eventuais perdas por imparidade registadas em resultados. As rendas destes imóveis obtidas pela PT Comunicações decorrem dos alugueres destes activos, tendo ascendido no primeiro semestre de 2006 a 633.201 euros (Nota 14). Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, o custo decorrente da amortização destes activos ascendeu a 491.680 euros e 460.502 euros, respectivamente, não tendo sido apurada qualquer perda por imparidade.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os outros investimentos financeiros, que para efeitos contabilísticos são reconhecidos ao custo de aquisição deduzidos de perdas por imparidade, têm a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Cypress	3.016.754	3.016.754
Tagusparque	1.296.875	1.296.875
Seguradora Internacional	704.448	704.448
Outras empresas	5.849.946	9.205.808
	10.868.023	14.223.885
Ajustamentos aos outros investimentos (Nota 36)	(5.582.915)	(6.430.866)
	5.285.108	7.793.019

30 Activos intangíveis

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos dos activos intangíveis foram como segue:

	Saldo 31 Dez 2005	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 30 Jun 2006
Valor de custo						
Propriedade industrial e outros direitos	3.054.360.600	(1.788.989)	56.202.993	(32.272.461)	47.382.931	3.123.885.074
Goodwill	1.252.866.414	–	4.112.173	(9.804.097)	–	1.247.174.490
Outros activos intangíveis	23.881.640	–	1.541.504	(194.758)	2.166.616	27.395.002
Activos intangíveis em curso	18.145.079	–	23.925.679	(811.014)	(33.562.707)	7.697.037
	4.349.253.733	(1.788.989)	85.782.349	(43.082.330)	15.986.840	4.406.151.603
Amortizações acumuladas						
Propriedade industrial e outros direitos	739.141.197	(521.405)	147.469.904	(11.501.798)	4.334.163	878.922.061
Outros activos intangíveis	8.492.066	–	4.383.363	(165.009)	397.207	13.107.627
	747.633.263	(521.405)	151.853.267	(11.666.807)	4.731.370	892.029.688
	3.601.620.470	(1.267.584)	(66.070.918)	(31.415.523)	11.255.470	3.514.121.915

	Saldo 31 Dez 2004	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 30 Jun 2005
Valor de custo						
Propriedade industrial e outros direitos	2.425.540.563	(28.521.414)	42.067.425	449.654.489	34.210.899	2.922.951.962
Goodwill	1.222.855.000	(150.232.517)	–	148.249.914	(1.116.886)	1.219.755.511
Outros activos intangíveis	13.649.626	(133.728)	1.516.597	1.190.749	(1.856.067)	14.367.177
Activos intangíveis em curso	33.807.036	–	17.041.382	11.097.965	(30.818.887)	31.127.496
	3.695.852.225	(178.887.659)	60.625.404	610.193.117	419.059	4.188.202.146
Amortizações acumuladas						
Propriedade industrial e outros direitos	418.625.772	(11.695.842)	129.374.946	88.613.881	(279.372)	624.639.385
Outros activos intangíveis	5.471.663	–	864.383	437.372	(386.377)	6.387.041
	424.097.435	(11.695.842)	130.239.329	89.051.253	(665.749)	631.026.426
	3.271.754.790	(167.191.817)	(69.613.925)	521.141.864	1.084.808	3.557.175.720

As alterações no perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2006 estão relacionadas com a alienação da PrimeSys TI. As alterações no perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2005 decorrem dos activos intangíveis da Lusomundo Media e da PrimeSys (Nota 17), alienados no segundo semestre de 2005.

Em 30 de Junho de 2006, a rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente:

- um montante de 339.964.723 euros relativo à aquisição da propriedade plena da Rede Básica pela PT Comunicações ao Estado português, o qual corresponde ao valor pago em 27 de Dezembro de 2002 (365 milhões de euros), deduzido (i) do valor da renda da concessão de 2002 (16.604.413 euros), que estava contemplado no valor de aquisição mas que foi registado como custo daquele exercício uma vez que a aquisição só ocorreu no final do ano, e (ii) do ganho apurado numa operação de QTE (8.430.864 euros) realizada em 2003 sobre diversos equipamentos afectos à Rede Básica, e que tinha sido considerado no valor da avaliação efectuada pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição da propriedade da Rede Básica;
- um montante de 1.809.464.141 euros relativo a 50% do (i) valor imputado às licenças de Banda A detidas pelas empresas participadas da Vivo no processo de alocação do preço de compra dessas empresas, e (ii) do valor de custo das licenças de Banda B adquiridas em exercícios anteriores pela Global Telecom e pela TCO para operar em determinados estados brasileiros;

- > um montante de 133.092.912 euros relativo ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença de UMTS;
- > um montante de 158.878.562 euros relativo a contratos de aluguer de capacidade em satélites celebrados pela TV Cabo, os quais foram registados como locação financeira. Estes contratos têm uma maturidade de 10 anos;
- > um montante de 551.890.561 euros relativo a licenças de utilização de software;
- > um montante de 74.819.443 euros relativo ao aluguer de terminais a clientes móveis pós-pagos, os quais estão a ser amortizados durante o período de duração dos respectivos contratos de aluguer; e
- > um montante de 22.126.657 euros relativo à imputação do preço de compra da Sport TV ao valor de mercado do contrato celebrado entre esta entidade e a PPTV para aquisição dos direitos de transmissão da Superliga de Futebol entre 2004 e 2008.

Durante o primeiro semestre de 2006, não foram identificados nem ocorreram indícios de perdas de imparidade nos activos intangíveis, incluindo goodwill.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o goodwill relacionado com empresas subsidiárias repartia-se da seguinte forma:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Vivo(i)	694.614.287	701.383.586
Rede fixa		
PT.COM	162.624.017	162.624.017
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	75.634.389	75.634.389
PT Prime (transmissão de dados)	32.126.523	32.126.523
Outras empresas	570.204	570.204
	270.955.133	270.955.133
Multimédia		
TV por subscrição	253.248.456	253.248.456
Outros negócios		
PT SI	8.956.960	8.956.960
Cabo Verde Telecom	7.124.252	7.124.252
Web-Lab	6.543.675	6.543.675
TV Cabo Macau	4.650.454	4.650.454
Outras empresas	1.081.273	3.898
	28.356.614	27.279.239
	1.247.174.490	1.252.866.414

(i) A redução do goodwill do segmento Vivo resulta essencialmente da desvalorização do real brasileiro face ao euro no primeiro semestre de 2006 (a taxa de câmbio do real brasileiro face ao euro, em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, era de respectivamente 2,7829 e 2,7440).

31 Activos tangíveis

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

						euros
	Saldo 31 Dez 2005	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 30 Jun 2006
Valor de custo						
Terrenos e recursos naturais	79.629.860	–	330.778	(158.240)	(19.015)	79.783.383
Edifícios e outras construções	936.482.427	–	5.045.721	(1.361.480)	6.598.942	946.765.610
Equipamento básico	11.217.237.559	(227.137)	155.577.399	(39.392.627)	84.103.467	11.417.298.661
Equipamento de transporte	76.931.737	–	6.738.543	(262.658)	(6.788.321)	76.619.301
Ferramentas e utensílios	20.240.728	(21.360)	1.171.011	(95.873)	873.719	22.168.225
Equipamento administrativo	964.421.977	(506.576)	23.723.254	(2.667.314)	2.919.911	987.891.252
Outros activos tangíveis	65.655.643	–	1.104.272	(69.775)	(347.315)	66.342.825
Activos tangíveis em curso	152.051.621	–	95.421.101	(2.298.109)	(122.483.898)	122.690.715
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	1.359.837	–	–	11.689	(414.286)	957.240
	13.514.011.389	(755.073)	289.112.079	(46.294.387)	(35.556.796)	13.720.517.212
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	12.417.562	–	–	–	(2.412)	12.415.150
Edifícios e outras construções	519.591.043	–	23.941.622	(335.087)	(283.918)	542.913.660
Equipamento básico	8.019.715.144	(32.577)	372.441.133	(26.918.879)	(30.492.903)	8.334.711.918
Equipamento de transporte	39.693.211	–	7.137.085	(152.320)	(5.590.677)	41.087.299
Ferramentas e utensílios	17.753.878	(92)	380.162	(47.326)	(3.603)	18.083.019
Equipamento administrativo	777.628.771	(105.597)	40.844.093	(1.712.006)	(2.345.212)	814.310.049
Outros activos tangíveis	65.208.659	–	475.970	(261.156)	13.518.971	78.942.444
	9.452.008.268	(138.266)	445.220.065	(29.426.774)	(25.199.754)	9.842.463.539
	4.062.003.121	(616.807)	(156.107.986)	(16.867.613)	(10.357.042)	3.878.053.673

						euros
	Saldo 31 Dez 2004	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências, abates e outros	Saldo 30 Jun 2005
Valor de custo						
Terrenos e recursos naturais	98.487.608	(19.241.345)	26.019	2.410.817	(489.734)	81.193.365
Edifícios e outras construções	1.064.180.220	(70.856.739)	5.340.228	10.847.336	(100.237.740)	909.273.305
Equipamento básico	10.157.299.571	(134.795.883)	131.481.058	488.170.636	148.993.234	10.791.148.616
Equipamento de transporte	62.619.102	(2.635.415)	6.919.397	809.690	(3.568.134)	64.144.640
Ferramentas e utensílios	18.946.431	(493.129)	138.127	794.511	233.448	19.619.388
Equipamento administrativo	851.086.374	(8.087.574)	28.862.156	24.649.713	(3.651.291)	892.859.378
Outros activos tangíveis	69.092.264	(6.546.046)	1.770.201	147.632	(1.664.335)	62.799.716
Activos tangíveis em curso	182.754.242	(295.330)	136.133.787	40.584.315	(171.867.554)	187.309.460
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	260.486	(26.088)	–	22.533	4.657	261.588
	12.504.726.298	(242.977.549)	310.670.973	568.437.183	(132.247.449)	13.008.609.456
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	12.641.436	(11.825)	(135.808)	–	523.111	13.016.914
Edifícios e outras construções	586.426.169	(57.052.040)	20.771.296	2.323.742	(61.171.818)	491.297.349
Equipamento básico	7.108.977.309	(95.862.652)	329.994.994	307.200.270	977.559	7.651.287.480
Equipamento de transporte	37.397.694	(1.620.159)	5.462.405	469.914	(3.102.959)	38.606.895
Ferramentas e utensílios	16.764.528	(214.779)	225.157	400.934	197.555	17.373.395
Equipamento administrativo	701.829.574	(5.874.321)	35.490.779	13.523.832	(8.215.645)	736.754.219
Outros activos tangíveis	104.591.048	(2.042.548)	1.253.440	1.830.913	(43.338.425)	62.294.428
	8.568.627.758	(162.678.324)	393.062.263	325.749.605	(114.130.622)	9.010.630.680
	3.936.098.540	(80.299.225)	(82.391.290)	242.687.578	(18.116.827)	3.997.978.776

As alterações no perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2006 estão relacionadas com a alienação da PrimeSys TI. As alterações no perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2005 decorrem dos activos intangíveis da Lusomundo Media e da PrimeSys (Nota 17), alienados no segundo semestre de 2005.

Relativamente os activos tangíveis e em curso são de referir as seguintes situações:

- > a existência de imobilizações corpóreas do negócio de rede fixa, no montante de 103.573.921 euros, e do negócio de televisão por cabo, no montante de 211.758.460 euros, as quais estão instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia ou do domínio público;
- > das imobilizações afectas ao património da PT Comunicações, ainda não se encontravam registados em seu nome, ou em nome da Portugal Telecom, imóveis no valor de 20.592.597 euros;
- > os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Comunicações e que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40/95 e do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, se encontram afectos à Concessão ascendem a 1.316.557.672 euros;
- > a PT Comunicações tem localizadas no estrangeiro imobilizações corpóreas no valor de 23.712.122 euros, das quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos; e
- > em exercícios anteriores, a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN celebraram contratos de QTE, os quais compreenderam a alienação de determinados equipamentos de telecomunicações a investidores estrangeiros. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos, por um valor idêntico ao da alienação inicialmente referida. As empresas do Grupo PT mantêm legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possam vir a efectuar. Estas operações de cross border lease configuram globalmente operações de sale and lease-back, pelo que não foi reconhecida a venda destes equipamentos, mantendo-se os mesmos registados no activo de cada uma destas empresas.

32 Empréstimos obtidos

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	30 Jun 2006		31 Dez 2005	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis (i)	388.988.506	–	390.335.000	–
Empréstimos por obrigações não convertíveis (ii)	–	3.135.311.921	899.500.000	3.138.028.389
Empréstimos bancários (iii)				
Empréstimos externos	419.883.828	1.012.792.386	383.542.978	1.726.563.563
Empréstimos internos	21.136.625	39.597.749	24.218.954	47.345.559
Outros empréstimos				
Papel comercial (iv)	424.756.355	–	574.774.497	–
Empréstimos externos	245.603	2.851.745	14.941.899	31.233.930
Equity swaps sobre acções próprias (Nota 38.3)	164.099.119	–	102.044.948	–
Locação financeira	28.130.456	234.478.864	26.248.095	225.455.081
	1.447.240.492	4.425.032.665	2.415.606.371	5.168.626.522

(i) Em 6 de Dezembro de 2001, a PT Finance emitiu Exchangeable Bonds no valor de 550.000.000 de euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 2%, sendo o pagamento de juros trimestral no final de cada período. Em Dezembro de 2003, foram canceladas 21.933 obrigações convertíveis, no montante de 109.665.000 euros, e em Outubro de 2004 foram canceladas 10.000 obrigações convertíveis, no montante de 50.000.000 de euros, pelo que o montante destas obrigações convertíveis em circulação em 30 de Junho de 2006 era de 390.335.000 euros.

De acordo com o IAS 32, os empréstimos por obrigações convertíveis representam instrumentos financeiros compostos. No momento em que o empréstimo convertível é contratado, a opção de conversão das obrigações em acções foi valorizada e registada directamente nos capitais próprios. Em 30 de Junho de 2006 o valor de mercado desta opção era de 1.346.494, enquanto em 31 de Dezembro de 2005 era nulo.

(ii) Em 7 de Abril de 1999, a PT Finance procedeu à emissão de Global Medium Term Notes ("GMTM") no valor de 1.000.000.000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma taxa de juro anual de 4,625% e maturidade em Abril 2009. O Grupo adquiriu algumas destas obrigações em exercícios anteriores, tendo em Novembro de 2004 cancelado todas as obrigações não convertíveis que o Grupo mantinha em carteira, com um valor nominal de 120.500.000 euros. Em 30 de Junho de 2006 o valor das obrigações em circulação ascendia a 879.500.000 euros.

Em 21 de Fevereiro de 2001, a PT Finance procedeu a uma segunda emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1.000.000.000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis, com uma taxa de juro anual de 5,75% e maturidade em Fevereiro de 2006. O Grupo adquiriu algumas destas obrigações em exercícios anteriores, tendo em Novembro de 2004 cancelado todas as obrigações não convertíveis que mantinha em carteira, com um valor nominal de 100.500.000 euros. Em Fevereiro de 2006 estas obrigações foram amortizadas (Notas 21 e 41).

Em 1 de Agosto de 2003, a Vivo, através da sua participada Vivo Participações, contraiu um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 500 milhões de reais brasileiros, com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 104,4% do CDI.

Em 1 de Maio de 2005, a Vivo, através da sua participada Vivo Participações, contraiu um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 1.000 milhões de reais brasileiros, com uma maturidade de dez anos e uma taxa de juro anual entre 103,3 e 104,2% do CDI.

Durante o primeiro semestre de 2005, o Grupo, através da sua participada PT Finance, procedeu à emissão de três novas Eurobonds, com os seguintes montantes e maturidades:

- > em 24 de Março de 2005, a PT Finance procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 1.000.000.000 de euros com uma taxa de juro anual de 3,75% e maturidade em 2012;
- > em 24 de Março de 2005, a PT Finance procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 500.000.000 de euros com uma taxa de juro anual de 4,375% e maturidade em 2017; e
- > em 16 de Junho de 2005, a PT Finance procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 500.000.000 de euros com uma taxa de juro anual de 4,5% e maturidade em 2025.

(iii) Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	30 Jun 2006		31 Dez 2005	
	Moeda original	Euros	Moeda original	Euros
Euros	890.665.967	890.665.967	1.376.955.739	1.376.955.739
Dólares americanos	154.989.749	121.914.378	100.507.176	85.197.233
Reais brasileiros	1.314.340.923	472.291.826	1.946.765.922	709.462.800
Outras		8.538.417		10.055.282
		1.493.410.588		2.181.671.054

A redução nos empréstimos denominados em reais brasileiros está relacionada essencialmente com a reestruturação da dívida da Vivo, a qual gerou uma redução da dívida bruta e das disponibilidades.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com estes empréstimos eram as seguintes:

	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento ("BEI")	184.794.352	205.120.408
Aval do Estado a favor do Kreditanstalt Für Wiederaufbau	6.939.765	7.668.867

Em 2003 foi contratada uma Multicurrency Revolving Credit Facility no montante de 500.000.000 de euros, com uma maturidade de dois anos, com possibilidade de renovação. Em 2005, esta Facility foi renegociada, tendo as datas de vencimento sido alteradas para Fevereiro de 2009 e 2010 (50% do montante em dívida em cada um dos anos). No primeiro semestre de 2006, a Empresa amortizou estas Facilities (Nota 41.f).

Em 2004, a Portugal Telecom e a PT Finance contrataram três outras Multicurrency Revolving Credit Facilities no montante de 400.000.000 euros, nas seguintes datas, montantes e maturidades:

- > em 24 de Junho de 2004, no montante de 150.000.000 de euros, com uma maturidade inicial de quatro anos, alterada no primeiro semestre de 2005 para seis anos;
- > em 18 de Outubro de 2004, no montante de 100.000.000 de euros, com uma maturidade inicial de três anos, alterada no primeiro semestre de 2005 para cinco anos; e
- > em 22 de Outubro de 2004, no montante de 150.000.000 de euros, com uma maturidade de três anos e meio;

Em 30 de Junho de 2006, o montante utilizado pelo Grupo no âmbito destas quatro Facilities era de 75 milhões de euros.

Em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Taxa máxima	4,60%	4,60%
Taxa mínima	2,94%	2,44%

(iv) A Portugal Telecom tem contratado programas de papel comercial de curto prazo no montante total de 875.000.000 de euros, estando utilizado um montante de 424.756.355 euros em 30 de Junho de 2006, a uma taxa de juro média anual de 2,95% com liquidação prevista para Julho de 2006.

(v) Em 30 de Junho de 2006, a parcela dos empréstimos classificados como não correntes têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	euros
Segundo semestre de 2007	250.394.506
2008	321.227.824
2009	1.027.248.260
2010	229.049.253
Primeiro semestre de 2011	30.111.639
Segundo semestre de 2011	94.042.598
2012 e anos seguintes	2.472.958.585
	4.425.032.665

(vii) Em 30 de Junho de 2006, existiam os seguintes principais condicionalismos financeiros (“covenants”), os quais àquela data estavam a ser cumpridos:

Notações de rating

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa poderá ser chamada a apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI, estando abrangidos por este condicionalismo empréstimos no montante de 375 milhões de euros obtidos junto desta instituição financeira. Em 8 de Março de 2006, o rating da PT atribuído pela Standard & Poors e pela Moody's foi reduzido para BBB+ e Baa1, respectivamente, tendo a Portugal Telecom renegociado com o BEI a revisão dos termos e condições destes empréstimos. No início de Julho este covenant foi alterado de forma a permitir ratings de BBB+/Baa1, mantendo o BEI o direito de solicitar uma garantia bancária aceitável se o rating da Portugal Telecom for reduzido para BBB/Baa2. Em resultado do downgrade que a Portugal Telecom sofreu em 3 de Agosto de 2006 para BBB- pela S&P e para Baa2 pela Moody's (Nota 44), a Empresa está actualmente a negociar com o BEI a revisão dos termos e condições destes empréstimos.

Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas Material Subsidiaries (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados). Os empréstimos abrangidos por este covenant são a Credit Facility de 500 milhões de euros.

Alienação de activos

A Credit Facility de 100 milhões de euros e empréstimos obtidos junto do BEI, no montante de 646 milhões de euros, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom.

Rácios financeiros

A Credit Facility de 500 milhões de euros e uma das Facilities de 150 milhões de euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. A Facility no montante de 100 milhões de euros obtida em Outubro de 2004 prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,0 vezes o EBITDA consolidado. As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas à New Facility de 500 milhões de euros e a uma das Facilities de 150 milhões de euros obtida em Junho de 2004, podem ser alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 30 de Junho de 2006, este rácio é equivalente a 2,01.

Negative pledge

Adicionalmente, o Programa de Global Medium Term Notes, as emissões de obrigações convertíveis e as Facilities que totalizam 900 milhões de euros estão abrangidos por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

33 Contas a pagar _ outros

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Terceiros		
Fornecedores de imobilizado	215.515.154	319.762.088
Pessoal	11.319.081	16.496.914
Outros	54.806.745	66.418.031
Partes relacionadas	11.703.115	11.067.579
	293.344.095	413.744.612

34 Acréscimos de custos

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Juros a liquidar (i)	140.556.587	268.199.421
Fornecimentos e serviços externos	219.713.433	241.189.983
Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal	111.193.173	109.452.606
Descontos a conceder a clientes	39.306.277	46.055.106
Comissões a pagar a agentes	22.433.181	14.985.940
Outros	31.451.584	28.038.129
	564.654.235	707.921.185

(i) Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui 67.756.645 euros e 72.568.555 euros, respectivamente, relativos ao justo valor da componente de juro de derivados contratados pela Vivo (Nota 39). A redução ocorrida nesta rubrica no primeiro semestre de 2006, está essencialmente relacionada com os juros das três novas Eurobonds emitidas durante o primeiro semestre de 2005 (Nota 32), cujo pagamento de juros é efectuado anualmente durante o primeiro semestre.

35 Proveitos diferidos

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Facturação antecipada	154.187.629	171.758.183
Outros	42.853.889	36.397.263
	197.041.518	208.155.446

36 Provisões e ajustamentos

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões e ajustamentos:

	Saldo 31 Dez 2005	Aumentos	Reduções	Ajustamentos cambiais	Outros movimentos	euros Saldo 30 Jun 2006
Ajustamentos						
Contas a receber (Notas 22 e 23)	373.818.493	169.041.729	(26.243.419)	(4.695.284)	(91.539.042)	420.382.477
Existências (Nota 24)	28.247.571	2.029.496	(2.054.930)	(188.156)	348.230	28.382.211
Investimentos (Notas 28 e 29)	65.270.472	2.690.903	(11.258.953)	(335.502)	(1.173.869)	55.193.051
	467.336.536	173.762.128	(39.557.302)	(5.218.942)	(92.364.681)	503.957.739
Provisões para riscos e encargos						
Processos judiciais em curso (Nota 43)	74.717.074	13.360.816	(3.271.628)	(1.093.891)	(11.036.425)	72.675.946
Impostos	66.160.198	2.663.551	(4.905.659)	(556.894)	592.365	63.953.561
Outras	135.511.379	2.974.172	(9.555.728)	(546.764)	(11.637.970)	116.745.089
	276.388.651	18.998.539	(17.733.015)	(2.197.549)	(22.082.030)	253.374.596
	743.725.187	192.760.667	(57.290.317)	(7.416.491)	(114.446.711)	757.332.335

	Saldo 31 Dez 2004	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Ajustamentos cambiais	Outros movimentos	euros Saldo 30 Jun 2005
Ajustamentos							
Contas a receber (Notas 22 e 23)	384.274.656	(10.306.550)	64.993.432	(30.080.847)	14.355.482	(86.648.306)	336.587.867
Existências (Nota 24)	33.738.318	(11.736.143)	11.942.807	(1.450.428)	2.231.965	(708.540)	34.017.979
Investimentos (Notas 28 e 29)	207.515.231	—	4.220.392	(10.327.760)	3.838.692	13.597.485	218.844.040
	625.528.205	(22.042.693)	81.156.631	(41.859.035)	20.426.139	(73.759.361)	589.449.886
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso (Nota 43)	83.464.327	(908.579)	7.872.581	(5.602.161)	4.875.102	1.532.018	91.233.288
Impostos	63.564.078	(3.343.758)	1.310.027	(148.906)	8.484.798	1.756.025	71.622.264
Outras	103.392.326	(9.572.201)	6.857.400	(848.463)	3.568.398	10.525.925	113.923.385
	250.420.731	(13.824.538)	16.040.008	(6.599.530)	16.928.298	13.813.968	276.778.937
	875.948.936	(35.867.231)	97.196.639	(48.458.565)	37.354.437	(59.945.393)	866.228.823

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de “Provisões” foi classificada no balanço de acordo com a data expectável da liquidação da correspondente obrigação, conforme segue:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Provisões correntes		
Processos judiciais em curso	27.321.409	34.772.400
Impostos	49.550.821	52.369.318
Outras	58.110.149	75.957.236
	134.982.379	163.098.954
Provisões não correntes		
Processos judiciais em curso	45.354.537	39.944.674
Impostos	14.402.740	13.790.880
Outras	58.634.940	59.554.143
	118.392.217	113.289.697
	253.374.596	276.388.651

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Outras provisões para riscos e encargos” tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Programas de fidelização (i)	43.067.206	41.048.865
Remoção e desmantelamento de activos fixos (Nota 3.g))	50.853.717	49.139.262
Custos estimados com a alienação da Lusomundo Media (ii)	9.802.805	18.929.000
Investimentos financeiros negativos (iii)	6.432.179	4.899.962
Digitalização da rede TV Cabo (iv)	—	10.295.804
Outros	6.589.182	11.198.486
	116.745.089	135.511.379

(i) Esta provisão foi reconhecida pela TMN e pela Vivo para fazer face aos custos estimados com estes programas, tendo sido calculada com base nos custos de catálogo à data do balanço, bem como na estimativa dos níveis de utilização. (ii) No seguimento da alienação da Lusomundo Media em Agosto de 2005, a Empresa registou uma provisão no montante de 18.929.000 euros para fazer face a garantias assumidas com o comprador decorrentes do contrato de compra e venda deste investimento. No primeiro semestre de 2006, a Empresa assinou um acordo com o comprador sobre o montante a pagar relacionado com as garantias antes referidas, pelo que a provisão foi reduzida em 9.126.195 euros (Nota 13), dos quais 8.017.195 euros (Nota 7.d) foram registados pela PT Multimédia e o remanescente pela Portugal Telecom. (iii) Esta provisão corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor das componentes do investimento que se encontravam registadas no activo (Notas 2.a) e 28). (iv) A provisão para digitalização da rede TV Cabo foi registada em períodos anteriores e destinava-se a fazer face aos compromissos assumidos pela PT Multimédia de substituição dos serviços premium analógicos por uma oferta digital. Esta provisão foi totalmente utilizada no decorrer do primeiro semestre de 2006.

Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, o reforço das provisões e ajustamentos foi registado nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados:

	euros	
	2006	2005
Provisões e ajustamentos	185.669.040	78.061.727
Custo das mercadorias vendidas	2.029.496	11.942.807
Imposto sobre o rendimento (Nota 16)	1.851.690	797.343
Perdas em activos financeiros, líquidas (Nota 14)	1.652.346	—
Ganhos em empresas participadas, líquidos (Nota 28)	1.246.395	4.409.073
Outros	311.700	1.985.689
	192.760.667	97.196.639

Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, a redução nas rubricas de provisões foi registada nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados:

	euros	
	2006	2005
Provisões e ajustamentos	(33.597.211)	(36.234.882)
Ganhos em empresas participadas, líquidos (Nota 28)	(11.258.953)	(10.624.348)
Custo das mercadorias vendidas	(2.054.930)	(1.450.428)
Outros (i)	(10 379 223)	(148.907)
	(57.290.317)	(48.458.565)

(i) No primeiro semestre de 2006, esta rubrica inclui 9.126.195 euros (Nota 13) relacionados com a redução da provisão para os custos estimados com a alienação da Lusomundo Media.

Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, a rubrica “Provisões e ajustamentos” da demonstração dos resultados inclui os seguintes itens:

	euros	
	2006	2005
Aumentos nas provisões e ajustamentos	185.669.040	78.061.727
Reduções nas provisões e ajustamentos	(33.597.211)	(36.234.882)
Recuperação de dívidas incobráveis	1.094.794	2.085.260
Dívidas incobráveis	(2.508.091)	(3.851.834)
	150.658.532	40.060.271

Na rubrica “Ajustamentos a contas a receber” a redução na coluna “Outros movimentos” decorre essencialmente da anulação de saldos de contas a receber de clientes, que se encontravam provisionados.

A provisão para impostos destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de contingências prováveis de natureza fiscal, estimadas com base em informações dos serviços internos e de consultores.

37 Outros passivos correntes e não correntes

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Outros passivos correntes		
Transacções QTE (Nota 27)	46.878.103	48.342.815
Dividendos a pagar (i)	13.218.241	15.843.427
Valor de mercado dos instrumentos financeiros derivados sobre acções da PT Multimédia (Nota 39)	813.803	-
Outros (ii)	24.734.826	21.426.204
	85.644.973	85.612.446
Outros passivos não correntes		
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.Lix) e 27)	688.996.713	744.003.413
Valor de mercado de instrumentos financeiros (Nota 39)	40.990.968	53.542.200
Outros (iii)	7.628.868	11.555.757
	737.616.549	809.101.370

(i) Este montante respeita essencialmente a dividendos atribuídos por empresas participadas da Brasilcel que ainda se encontram por liquidar. (ii) Em 30 de Junho de 2006, esta rubrica inclui essencialmente 21 milhões de euros respeitantes a uma conta a pagar a accionistas das empresas participadas da Brasilcel, em resultado de uma operação de agrupamento de acções efectuada por essas empresas no primeiro semestre de 2005. No âmbito desta operação, as acções emitidas pelas diversas empresas foram agrupadas em lotes, tendo cada um deles sido trocado por uma nova acção. Em virtude de determinados accionistas não possuírem o número suficiente de acções para receber uma nova acção, foi efectuado um leilão das acções não atribuídas/trocadas, tendo cada empresa reconhecido o montante recebido nesse leilão como um passivo a pagar aos antigos accionistas, o qual será liquidado na medida que esses accionistas o solicitarem. (iii) Esta rubrica inclui essencialmente acréscimos de custos relacionados com juros incorridos com determinados empréstimos obtidos pela Vivo, cujo vencimento ocorre a mais de 12 meses.

38 Capital próprio

Durante o exercício de 2005 e no semestre findo em 30 de Junho de 2006, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

							euros
	Capital social	Prémios de emissão de acções	Acções próprias	Reserva legal	Reserva de acções próprias	Resultados acumulados	Total do capital próprio, excluindo interesses minoritários
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	1.166.485.050	91.704.891	(189.751.440)	154.225.075	87.799.950	376.080.511	1.686.544.037
Compra de acções próprias	–	–	(252.749.396)	–	–	–	(252.749.396)
Reserva para acções próprias	–	–	–	–	340.455.888	(340.455.888)	–
Cancelamento de acções próprias	(37.628.550)	–	340.455.888	–	(302.827.338)	–	–
Dividendos atribuídos e pagos	–	–	–	–	–	(395.085.000)	(395.085.000)
Aplicação de resultados a reserva legal	–	–	–	25.004.286	–	(25.004.286)	–
Acções próprias adquiridas pela PT Multimédia a accionistas minoritários	–	–	–	–	–	(33.977.853)	(33.977.853)
Resultado reconhecido directamente no capital próprio	–	–	–	–	–	169.674.682	169.674.682
Resultado reconhecido na demonstração de resultados	–	–	–	–	–	653.984.819	653.984.819
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1.128.856.500	91.704.891	(102.044.948)	179.229.361	125.428.500	405.216.985	1.828.391.289
Aumento de capital por incorporação de reservas	338.656.950	(91.704.891)	–	(121.523.559)	(125.428.500)	–	–
Compra de acções próprias	–	–	(62.054.171)	–	–	–	(62.054.171)
Dividendos atribuídos e pagos (Notas 19, 21 e 41)	–	–	–	–	–	(526.402.838)	(526.402.838)
Aplicação de resultados a reserva legal	–	–	–	25.001.079	–	(25.001.079)	–
Resultado reconhecido directamente no capital próprio	–	–	–	–	–	146.963.191	146.963.191
Resultado reconhecido na demonstração de resultados	–	–	–	–	–	401.536.627	401.536.627
Saldo em 30 de Junho de 2006	1.467.513.450	–	(164.099.119)	82.706.881	–	402.312.886	1.788.434.098

38.1 Capital social

Em 21 de Dezembro de 2005, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2005, e no âmbito do programa de share buyback, a Portugal Telecom procedeu ao cancelamento de 37.628.550 acções ordinárias que se encontravam em carteira nessa data. Deste modo, a Portugal Telecom viu o seu capital social reduzido de 1.166.485.050 euros para 1.128.856.500 euros, em 31 de Dezembro de 2005, com um valor nominal de 1 euro cada.

Na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, foi aprovado um aumento de capital de 338.656.950 euros, através da incorporação dos prémios de emissão de acções, reservas legais e reservas de acções próprias. Este aumento de capital foi completado em 11 de Maio de 2006, pelo que em 30 de Junho de 2006, o capital social da Portugal Telecom ascende a 1.467.513.450 euros e encontra-se representado por 1.128.856.500 acções nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 1,3 euros cada e com a seguinte distribuição:

- > 1.128.856.000 ordinárias; e
- > 500 acções de Categoria A.

Em 11 de Setembro de 2006 e no seguimento da decisão aprovada na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, foi completada uma redução de capital no montante de 1.072.413.675 euros, para 395.099.775 euros (Nota 44), por transferência daquele montante para a rubrica “Resultados acumulados”.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado português e, nos termos dos estatutos da Portugal Telecom, conferem direitos especiais de voto ou de veto, como segue:

- > eleição de um terço do número total de administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração;
- > autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros anuais distribuíveis;
- > aumentos de capital e outras alterações aos Estatutos;
- > emissão de obrigações e outros títulos de crédito;
- > autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital social da Portugal Telecom;
- > alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço; e
- > definição dos princípios gerais de política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

38.2 Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultaram de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emittentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias. A totalidade dos prémios de emissão de acções foi utilizada no aumento de capital completado em 11 de Maio de 2006, conforme aprovado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006.

38.3 Acções próprias

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 as acções próprias em carteira correspondiam a equity swaps contratados pela Portugal Telecom até essa data e que foram reconhecidos como uma efectiva aquisição de acções, de acordo com o IAS 32, originando o registo de um passivo pelo correspondente valor de aquisição (Nota 32).

Durante o exercício de 2005 e no primeiro semestre de 2006, o movimento ocorrido nesta rubrica foi como segue:

	Número de acções	Valor nominal	Descontos e prémios	Valor	euros Valor contabilístico por acção
Saldo em 31 de Dezembro 2004	21.551.006	21.551.006	168.200.434	189.751.440	8,80
Compras	29.317.544	29.317.544	223.431.852	252.749.396	
Cancelamento de acções próprias	(37.628.550)	(37.628.550)	(302.827.338)	(340.455.888)	
Saldo em 31 de Dezembro 2005	13.240.000	13.240.000	88.804.948	102.044.948	7,71
Compras	7.400.000	7.400.000	54.654.171	62.054.171	
Saldo em 30 de Junho 2006	20.640.000	20.640.000	143.459.119	164.099.119	7,95

38.4 Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Uma parcela da reserva legal no montante de 121.523.559 euros foi utilizada no aumento de capital completado em 11 de Maio de 2006, conforme aprovado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006.

38.5 Reserva para acções próprias

A reserva para acções próprias está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das acções canceladas. A reserva para acções próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal. A totalidade da reserva para acções próprias foi utilizada no aumento de capital completado em 11 de Maio de 2006, conforme aprovado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006.

38.6 Resultados acumulados

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os resultados acumulados têm a seguinte composição:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio		
Perdas actuariais líquidas (Nota 9)	(1.722.780.273)	(1.970.013.049)
Derivados de cobertura (Nota 39)	(3.711.188)	(21.613.807)
Investimentos disponíveis para venda (Nota 29)	561.148	3.136.453
Ajustamentos de conversão cambial (i)	673.372.592	717.198.124
	(1.052.557.721)	(1.271.292.279)
Impacto fiscal	471.615.972	543.387.339
	(580.941.749)	(727.904.940)
Reservas livres e resultados transitados	581.718.008	479.137.106
Resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe	401.536.627	653.984.819
	402.312.886	405.216.985

(i) Esta rubrica corresponde essencialmente aos ajustamentos de conversão cambial desde 1 de Janeiro de 2004 dos activos e passivos denominados em moeda estrangeira (Nota 3.q)), que inclui principalmente o investimento do Grupo no Brasil, cujos ajustamentos de conversão cambial totalizam 683 milhões em 30 de Junho de 2006, dos quais 95% dizem respeito à Vivo.

39 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivados são usados pelo Grupo essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (Fair Value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários.

Derivados com acções

De modo a incrementar a sua exposição à PT Multimédia, a Portugal Telecom contratou em anos anteriores junto de uma instituição financeira equity swaps sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, representativas de 9,9% do seu capital. Estes equity swaps tinham as seguintes condições em 31 de Dezembro de 2005:

- > 18.375.090 acções, com um preço inicial de exercício de 8,87 euros e maturidade de 4 meses; e
- > 12.200.000 acções, com um preço inicial de exercício de 7,05 euros e maturidade de 4 meses.

Em 15 de Maio de 2006, após a maturidade inicial dos contratos ter sido prolongada, as condições destes equity swaps foram revistas e o strike price inicial para todas as acções foi alterado para 9,04 euros, com maturidade em 14 de Julho de 2006. Como resultado desta revisão, a Portugal Telecom recebeu um montante de 27.384.487 euros (Nota 41.d). Em 24 de Julho de 2006 estes equity swaps foram liquidados e a Portugal Telecom pagou 1 milhão de euros. Na mesma data, a Portugal Telecom contratou um novo equity swap sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia com um strike price de 9,02 euros e maturidade de 2 anos.

Adicionalmente, em 2004, a Portugal Telecom celebrou com o Banco Espírito Santo contratos de derivados com acções PT Multimédia, que se traduzem num conjunto de opções que permitem à Empresa obter um encaixe financeiro de 16,6 milhões de euros, bem como conferem a possibilidade de adquirir acções da PT Multimédia representativas de cerca de 5% do seu capital. Estas opções terminaram em 31 de Dezembro de 2005 e não puderam ser exercidas por ambas as partes devido a não ter sido atingido o strike contratado. A exigibilidade do montante acima referido estava sujeita à condição suspensiva de ao Banco Espírito Santo ser pago o preço das opções que o Banco Espírito Santo tinha contratado com terceiras entidades a fim de obter o hedging financeiro da sua posição nas opções de compra e venda. A Portugal Telecom recebeu 50% deste montante no exercício de 2005 no montante de 8,3 milhões de euros. Em Junho de 2006, o Banco Espírito Santo informou a Portugal Telecom que os restantes 50%, no montante de 8,3 milhões de euros, não lhe foram pagos. Consequentemente, este contrato foi terminado.

Instrumentos de cobertura

No âmbito da adopção dos IFRS, o Grupo analisou a sua carteira de derivados, de modo a verificar quais os que reúnem todos os requisitos exigidos pelo IAS 39 de forma a classificá-los como instrumentos de cobertura. Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, foram reconhecidos como derivados de cobertura os seguintes contratos:

30 Jun 2006					milhões de euros
	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	
Cobertura de fluxos de caixa					
Portugal Telecom	574,8	Swaps de taxa de juro em EUR	7,2	Eliminar o risco de variação da taxa de juro	
Cobertura de justo valor					
Portugal Telecom	50,2	Cross currency swaps EUR/USD	5,5	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio	
Vivo	676,8	Cross currency swaps USD/BRL	0,9	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio	
Vivo	209,1	Cross currency swaps JPY/BRL	0,6	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio	
Vivo	79,4	Swaps de taxa de juro em BRL	0,9	Eliminar o risco de variação do justo valor em resultado da variação da taxa de juro	
Vivo	94,4	Swaps de taxa de juro em USD	1,1	Eliminar o risco de variação do justo valor em resultado da variação da taxa de juro	
31 Dez 2005					
	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico	milhões de euros
Cobertura de fluxos de caixa					
Portugal Telecom	585,0	Swaps de taxa de juro em EUR	7,6	Eliminar o risco de variação da taxa de juro	
Cobertura de justo valor					
Portugal Telecom	54,1	Cross currency swaps EUR/USD	6,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio	
Vivo	961,5	Cross currency swaps USD/BRL	1,1	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio	
Vivo	161,3	Cross currency swaps JPY/BRL	1,1	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio	
Vivo	40,1	Swaps de taxa de juro em BRL	1,8	Eliminar o risco de variação do justo valor em resultado da variação da taxa de juro	
Vivo	197,1	Swaps de taxa de juro em USD	1,8	Eliminar o risco de variação do justo valor em resultado da variação da taxa de juro	

Instrumentos detidos para negociação

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados que, à luz das regras do IAS 39, estão classificados como instrumentos detidos para negociação, sendo o seu detalhe conforme segue:

30 Jun 2006				milhões de euros
	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico
Portugal Telecom	95,7	Swaps de taxa de juro em EUR	4,2	Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente
Portugal Telecom	200,0	EUR Call / USD Put	2,8	Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente
Portugal Telecom	276,4	Equity swaps sobre acções PT Multimédia	0,1	Aumentar a exposição à PT Multimédia
Cabo Verde Telecom	3,0	Cross currency swaps EUR/USD	3,5	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio e da taxa de juro
Vivo	265,8	Cross currency swaps USD/BRL	0,3	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio
Vivo	11,0	Cross currency swaps EUR/BRL	0,4	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio
Vivo	0,6	Cross currency swaps JPY/BRL	0,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio
Vivo	501,7	Swaps de taxa de juro em BRL	0,4	Eliminar o risco de variação do justo valor em resultado da variação da taxa de juro
Vivo	88,5	Swaps de taxa de juro em USD	1,6	Eliminar o risco de variação do justo valor em resultado da variação da taxa de juro
Mobitel	16,2	Cross currency swaps USD/BRL	3,7	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio

31 Dez 2005				milhões de euros
	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média (anos)	Objectivo económico
Portugal Telecom	102,0	Swaps de taxa de juro em EUR	4,5	Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente
Portugal Telecom	200,0	EUR Call / USD Put	3,3	Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente
Portugal Telecom	249,0	Equity swaps sobre acções PT Multimédia	0,3	Aumentar a exposição à PT Multimédia
Cabo Verde Telecom	3,5	Cross currency swaps EUR/USD	3,9	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio e da taxa de juro
Vivo	318,2	Cross currency swaps USD/BRL	0,8	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio
Vivo	5,8	Cross currency swaps EUR/BRL	0,0	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio
Mobitel	17,8	Cross currency swaps USD/BRL	4,1	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O movimento ocorrido nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005 no valor de mercado dos derivados é como segue:

milhões de euros						
	Saldo 31 Dez 2005	Varição no valor de mercado Resultado	Reservas	Adições e reduções	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 30 Jun 2006
Derivados activos						
Derivados detidos para negociação						
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia (Nota 27)	42,0	(15,5)	–	(27,4)	0,8	–
Taxa de câmbio e taxa de juro (Nota 21)	37,9	(0,5)	–	5,1	(3,2)	39,3
Taxa de juro (Nota 21)	–	1,2	–	–	(0,0)	1,2
	79,9	(14,7)	–	(22,3)	(2,5)	40,5
Derivados passivos						
Derivados de cobertura de valor de mercado						
Taxa de juro e taxa de câmbio	(122,3)	(84,0)	–	104,0	1,7	(100,7)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro (Nota 38.6)	(21,6)	–	17,9	–	–	(3,7)
Derivados detidos para negociação						
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia (Nota 37)	–	–	–	–	(0,8)	(0,8)
Taxa de juro e taxa de câmbio	(1,6)	(3,7)	–	–	0,0	(5,3)
Taxa de câmbio	(26,6)	(7,9)	–	–	–	(34,5)
Taxa de juro	(5,3)	2,6	–	–	–	(2,8)
	(177,5)	(93,1)	17,9	104,0	0,9	(147,8)
	(97,6)	(107,7)	17,9	81,6	(1,6)	(107,4)

milhões de euros						
	Saldo 31 Dez 2004	Varição no valor de mercado Resultado	Reservas	Adições e reduções	Ajustamentos de conversão cambial e outros	Saldo 30 Jun 2005
Derivados activos						
Derivados detidos para negociação						
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia	31,2	(16,3)	–	–	–	14,9
Taxa de câmbio	39,8	(30,0)	–	17,5	16,8	44,1
	71,0	(46,3)	–	17,5	16,8	59,0
Derivados passivos						
Derivados de cobertura de justo valor						
Taxa de juro e taxa de câmbio	(60,6)	(94,8)	–	37,6	(27,5)	(145,3)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa						
Taxa de juro	(21,7)	–	(8,6)	(7,8)	–	(38,1)
Derivados detidos para negociação:						
Taxa de câmbio	(40,7)	9,8	–	–	–	(30,9)
Taxa de juro	(0,3)	(1,6)	–	–	–	(1,9)
Opções de compra e venda de acções da PT Multimédia	(12,6)	4,2	–	–	–	(8,4)
	(135,9)	(82,4)	(8,6)	29,8	(27,5)	(224,6)
	(64,9)	(128,7)	(8,6)	47,3	(10,7)	(165,6)

A variação no valor de mercado dos derivativos de cobertura e dos derivativos detidos para negociação, ocorrida no primeiro semestre 2006, foi registada em resultados conforme segue:

	milhões de euros			
	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros líquidos (Nota 14)	Total
Derivados activos				
Derivados detidos para negociação				
Taxa de câmbio e taxa de juro	–	–	0,5	0,5
Taxa de juro	–	–	(1,2)	(1,2)
Derivados passivos				
Derivados de cobertura				
Taxa de juro e taxa de câmbio	41,7	42,3	–	84,0
Derivados detidos para negociação				
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia	–	–	15,5	15,5
Taxa de juro e taxa de câmbio	–	4	–	3,7
Taxa de câmbio	–	–	7,9	7,9
Taxa de juro	–	–	(2,6)	(2,6)
	41,7	46,0	20,0	107,7

A variação no valor de mercado dos derivativos de cobertura e dos derivativos detidos para negociação, ocorrida no primeiro semestre 2005, foi registada em resultados conforme segue:

	milhões de euros			
	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais líquidas	Perdas (ganhos) em activos financeiros líquidos (Nota 14)	Total
Derivados activos				
Derivados detidos para negociação				
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia	–	–	16,3	16,3
Taxa de juro	–	–	30,0	30,0
Derivados passivos				
Derivados de cobertura				
Taxa de juro e taxa de câmbio	38,4	56,4	–	94,8
Derivados detidos para negociação				
Taxa de câmbio	–	–	(9,8)	(9,8)
Taxa de juro	1,6	–	–	1,6
Opções de compra e venda de acções da PT Multimédia	–	–	(4,2)	(4,2)
	40,0	56,4	32,3	128,7

Em 30 de Junho de 2006, os derivados contratados pela Empresa encontram-se reconhecidos a valor de mercado, estando registados no balanço conforme segue:

milhões de euros					
Activos Aumentos (Diminuições)		Passivos (Aumentos) Diminuições			
	Investimentos de curto prazo (Nota 21)	Dívida	Acréscimos de custos (Nota 34)	Outros activos correntes e não correntes (Nota 37)	Total
Derivados activos					
Derivados detidos para negociação					
Taxa de câmbio e taxa de juro	39,3	–	–	–	39,3
Taxa de juro	1,2	–	–	–	1,2
	40,5	–	–	–	40,5
Derivados passivos					
Cobertura de valor de mercado					
Taxa de juro e taxa de câmbio	–	(38,3)	(62,5)	–	(100,7)
Cobertura de cash flow					
Taxa de juro	–	–	–	(3,7)	(3,7)
Derivados detidos para negociação					
Equity swaps sobre acções da PT Multimédia	–	–	–	(0,8)	(0,8)
Taxa de juro e taxa de câmbio	–	–	(5,3)	–	(5,3)
Taxa de câmbio	–	–	–	(34,5)	(34,5)
Taxa de juro	–	–	–	(2,8)	(2,8)
	–	(38,3)	(67,8)	(41,8)	(147,8)
	40,5	(38,3)	(67,8)	(41,8)	(107,4)

40 Garantias e compromissos financeiros assumidos

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tinha apresentado avals, garantias e cartas de conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Garantias bancárias a favor de tribunais	7.636.945	2.365.457
Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas por		
TMN	23.164.926	28.441.461
PT Comunicações	14.020.957	11.160.914
PT Multimédia	9.198.790	7.534.199
PT Prime	3.583.014	3.459.599
Outras	86.389	104.259
	50.054.076	50.700.432
Cartas de conforto e avals a favor de terceiros		
Unitel	36.798.080	49.927.948
Sport TV	38.888.214	40.271.952
Outras	2.666.666	1.935.414
	78.352.960	92.135.314

As garantias bancárias solicitadas pela PT Comunicações foram apresentadas à Administração Fiscal e referem-se a contingências de natureza fiscal que foram impugnadas (Nota 16). As garantias bancárias solicitadas pela PT Multimédia foram apresentadas à Alta Autoridade para a Comunicação Social e referem-se à obtenção de licenças de transmissão de sinal de televisão. As garantias bancárias solicitadas pela TMN foram apresentadas à Anacom e referem-se ao cumprimento de obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS adquirida em Dezembro de 2000.

As cartas de conforto e os avales a favor de terceiros referem-se a garantias prestadas por empresas do Grupo a financiamentos obtidos pelas empresas associadas. Em 1 de Setembro de 2004 a PT Multimédia concedeu à Sport TV um aval solidário com a PPTV – Publicidade de Portugal e Televisão, SA (o outro accionista da Sport TV, em conjunto com a PT Conteúdos) até ao montante de 70 milhões de euros, como forma de garantia de um financiamento concedido por uma instituição financeira àquela empresa, destinado à aquisição de direitos de transmissão dos Jogos da Superliga de Futebol, para as épocas de 2004-2005 a 2007-2008. A Sport TV é consolidada proporcionalmente, logo 50% deste empréstimo está reconhecido no balanço consolidado do Grupo. A parte referente aos 50% remanescentes (35.000.000 de euros) está incluído na tabela anterior.

Em 30 de Junho de 2006, o Grupo, para além das obrigações financeiras constantes do balanço, assumiu os seguintes compromissos financeiros:

(a) Em Junho de 2006, a Médi Télécom celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo com um consórcio de bancos de Marrocos. Este financiamento foi utilizado para amortizar a dívida de médio e longo prazo denominada em moeda estrangeira, a qual tinha sido emitida em exercícios anteriores através de contratos celebrados com um consórcio liderado pelo International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale.

Como era o caso dos empréstimos amortizados, as condições dos novos contratos de financiamento obrigam a Médi Télécom a atingir determinadas metas de performance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom (PT Móveis (32,18% do capital), Telefónica Moviles Espanha (32,18% do capital) e Banque Marocaine du Commerce Extérieur (17,59% do capital)), assinaram um Shareholders Support Deed segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos) se tal for necessário para cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas.

No âmbito deste acordo, as partes comprometem-se a efectuar contribuições (sob a forma de capital ou empréstimos) até um montante máximo de 168 milhões de euros, dos quais 50 milhões de euros destinados ao pagamento do serviço da dívida, e cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio de Endividamento/EBITDA inferior a 2,0. Em 30 de Junho de 2006, o passivo máximo que a Portugal Telecom pode incorrer ascende a 66 milhões de euros. Em 28 de Julho de 2006, o outro accionista da Médi Télécom informou o Conselho de Administração que concordou em assinar os contratos de financiamento acima referidos, pelo que o montante do passivo máximo em que a Portugal Telecom poderá incorrer ascende a 54 milhões de euros, o qual é proporcional à participação da Portugal Telecom na Médi Télécom.

(b) O Grupo e os restantes accionistas da Sportinveste Multimédia, SGPS, SA (“Sportinveste”) celebraram um Acordo Parassocial, pelo qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40 milhões de euros. Em 30 de Junho de 2006, a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste no montante de 30.023.168 euros (Nota 28).

41 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada de acordo com o disposto no IAS 7, havendo os seguintes aspectos a salientar:

(a) A rubrica “Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional” inclui essencialmente os custos registados na demonstração dos resultados na rubrica “Impostos indirectos”, bem como os pagamentos e recebimentos de IVA em Portugal.

(b) No primeiro semestre de 2005, a rubrica “Recebimentos provenientes de investimentos financeiros” inclui essencialmente um montante de 15.055.553 euros relativos à alienação da Intelsat.

(c) Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, a rubrica “Recebimentos provenientes de dividendos” tem a seguinte composição:

	euros	
	2006	2005
CTM	6.755.361	5.034.862
Unitel	2.486.919	–
Páginas Amarelas	2.274.570	3.526.280
Lisboa TV	1.641.167	906.861
Banco Espírito Santo (Nota 14)	1.344.000	1.545.600
Outras	385.269	359.250
	14.887.286	11.372.853

(d) No primeiro semestre de 2006, a rubrica “Outros recebimentos de actividades de financiamentos” inclui essencialmente 27.384.487 euros (Nota 39) relativos aos equity swaps sobre acções da PT Multimédia.

(e) Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, a rubrica “Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	euros	
	2006	2005
BES (Nota 29)	19.320.000	–
Web-Lab (i)	6.418.036	–
Mobitel (ii)	3.626.235	–
China Pathway logistics (iii)	3.117.184	–
IRIS Capital	810.000	1.895.470
TCO (iv)	–	9.287.563
Distodo	–	1.200.000
Outras	1.199.603	701.128
	34.491.058	13.084.161

(i) Esta rubrica respeita à aquisição aos antigos accionistas da Web-Lab dos 10% de participação no capital social que a Empresa ainda não detinha. Em resultado desta operação, a Portugal Telecom detém agora 100% desta participada. **(ii)** No primeiro semestre de 2006, a PT Brasil adquiriu uma participação de 4,26% no capital social da Mobitel, ficando desta forma a controlar 100% desta empresa. **(iii)** Esta rubrica respeita a aumentos de capital realizados nesta empresa. **(iv)** No primeiro semestre de 2005, esta rubrica respeita à liquidação da parcela remanescente da dívida referente à aquisição da TCO, efectuada em 2003.

(f) Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

No primeiro semestre de 2006, os pagamentos de empréstimos obtidos, líquidos, ascenderam a 1.708.394.833 euros e incluem basicamente: (i) 899.500.000 euros referentes à amortização da Eurobond emitida em 21 de Fevereiro de 2001 (Nota 32); e (ii) 500.000.000 euros referentes à amortização da Multicurrency Revolving Credit Facility contratada em 2003 (Nota 32).

No primeiro semestre de 2005, os recebimentos de empréstimos obtidos, líquidos, ascendem a 1.577.180.139 euros e incluem essencialmente: (i) 2.000 milhões de euros referentes às novas emissões de Eurobonds efectuadas pela PT Finance em 2005 (Nota 32); e (ii) 584.950.000 euros relacionados com a amortização dos Floating Rate Notes emitidos em 16 de Dezembro de 2001 pela PT Finance.

(g) Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, a rubrica “Pagamentos respeitantes a dividendos” inclui o pagamento de dividendos das seguintes entidades:

	euros	
	2006	2005
Portugal Telecom (Nota 38)	526.402.838	395.085.000
PT Multimédia	26.926.177	24.478.010
Empresas subsidiárias da Brasilcel	—	3.834.188
Cabo Verde Telecom	3.898.829	3.503.903
Outras	2.434.662	2.315.526
	559.662.506	429.216.627

(h) Nos primeiros semestres de 2006 e 2005, a rubrica “Outros pagamentos respeitantes a actividades de financiamento” inclui, respectivamente, 52.844.571 euros e 24.393.982 euros relacionados com derivados de cobertura de taxa de câmbio contratados pela Vivo. No primeiro semestre de 2005, esta rubrica inclui adicionalmente 59.033.605 euros pagos aos accionistas minoritários da PT Multimédia relativos a uma operação de emissão de warrants.

As transacções e saldos entre a Portugal Telecom e empresas do Grupo foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os termos ou condições praticados entre a holding e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Alguns dos principais accionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras, com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal decurso da actividade. Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de telecomunicações por parte do Grupo e à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte dessas instituições financeiras.

No âmbito da constituição da Brasilcel, foi celebrada uma parceria estratégica com a Telefónica, segundo a qual a Portugal Telecom pode adquirir até 1,5% do capital social da Telefónica, e esta pode adquirir até 10% do capital social da Portugal Telecom. Em 30 de Junho de 2006, a Telefónica detém 9,96% do capital social da Portugal Telecom.

O Grupo estabeleceu um Shareholders' Agreement com a Telefónica que regula a gestão da Vivo e mantém acordos comerciais com algumas empresas da Telefónica relativamente à repartição do tráfego internacional, que são substancialmente idênticos aos praticados com outros operadores.

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais da Portugal Telecom nos semestres findos em 30 de Junho de 2006 e 2005, foram as seguintes:

	2006		2005	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Administradores executivos	2.590.632	12.851.253	1.652.711	4.184.129
Administradores não executivos	989.186	1.266.515	1.082.674	398.489
Conselho Fiscal	91.901	–	83.917	–
Mesa da Assembleia Geral	1.719	–	2.483	–
	3.673.438	14.117.768	2.821.785	4.582.618

O crescimento nas remunerações fixas dos administradores executivos está relacionado essencialmente com o aumento de 5 para 7 membros. O aumento na remuneração variável inclui pagamentos de 10.671.924 euros relacionados com a rescisão contratual de certos membros do Conselho de Administração, os quais foram registados na demonstrações dos resultados na rubrica “Programa de redução de efectivos”.

43 Processos judiciais em curso

43.1 Processos com entidades reguladoras

As operações da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspecções, essencialmente pela Anacom, pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência, no âmbito da verificação do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis ao Grupo PT. Actualmente estão em curso investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência relativamente à actividade da PT Comunicações, da PT Prime, da PT Multimédia, da TV Cabo e da PT Conteúdos, por alegadas práticas abusivas de preços predatórios, esmagamento de margens e práticas discriminatórias. Caso a Portugal Telecom venha a ser indiciada pelo incumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, podem ser aplicadas multas e penalidades. Até ao momento, apenas contra a PT Comunicações foram, pela Autoridade da Concorrência, por duas vezes, formuladas acusações, num mesmo caso, de alegada recusa de acesso às condutas em que está instalada a rede básica de telecomunicações. A PT Comunicações respondeu a essas acusações sustentando que, embora tenha dado, e continue a dar, à generalidade dos operadores, acesso às suas condutas em condições não discriminatórias, de acordo com as suas responsabilidades de gestão das ditas infra-estruturas, considera que, dadas as circunstâncias, o direito da concorrência não a deve impedir de as reservar para si, se assim o entender, nas condições em que a regulamentação das telecomunicações o permitir. A PT Comunicações espera que a Autoridade da Concorrência chegue à mesma conclusão uma vez concluídas as investigações em curso. A PT Multimédia e a TV Cabo foram também acusadas por alegadas práticas abusivas nos termos do artigo n.º 4 do Decreto-Lei n.º 18/2003 no seguimento da celebração de um Acordo de Parceria em Março de 2000, entre a PT Multimédia, TV Cabo e SIC-Sociedade Independente de Comunicação, SA (SIC), no contexto da aquisição pela SIC da Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA. Em resposta a esta acusação, a PT Multimédia e a TV Cabo contestam as alegações da Autoridade da Concorrência. Contudo, no início de Agosto de 2006, a Autoridade da Concorrência decidiu impor à PTM uma multa de 2,5 milhões de euros e, em consequência, a PT Multimédia e a TV Cabo recorreram da decisão junto do Tribunal do Comércio de Lisboa no dia 8 de Setembro de 2006. Este recurso suspende a decisão da Autoridade da Concorrência. Embora não possa ser excluída a possibilidade de aplicação de sanções, neste e noutros casos, o que aconteceria pela primeira vez, a Portugal Telecom entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que em princípio, destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, susceptíveis de afectar as suas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2006.

43.2 Outros processos

Processos com perda provável

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com o IAS 37, tendo sido registada uma provisão (Nota 36) para fazer face à provável saída de recursos da Empresa com estes processos. A natureza destes processos à data de 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 é conforme segue:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Responsabilidade administrativa (i)	29.665.953	22.253.098
Responsabilidade civil	25.707.110	38.455.536
Responsabilidade laboral	14.348.218	11.247.828
Outras responsabilidades	2.954.665	2.760.612
	72.675.946	74.717.074

(i) Este valor corresponde a um processo intentado contra a TCO decorrente da privatização da Telebrás, ocorrido no Brasil em 1998 e que ainda se encontra pendente de resolução.

Processos com perda possível

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso, intentados contra algumas empresas do Grupo, classificados como processos com perda possível, de acordo com informações dos advogados que acompanham estes processos e segundo os critérios definidos no IAS 37. A natureza destes processos é conforme segue:

	euros	
	30 Jun 2006	31 Dez 2005
Responsabilidade civil	147.839.529	131.599.578
Responsabilidade laboral	11.288.429	13.916.057
Outras responsabilidades (i)	329.801.801	276.882.649
	488.929.759	422.398.284

(i) Este valor inclui 247.621.420 euros relativos a processos judiciais intentados contra as várias subsidiárias da Vivo, os quais estão relacionados com contingências fiscais (IVA, imposto sobre o rendimento e impostos indirectos).

44

Eventos subsequentes

Os seguintes eventos ocorreram após 30 de Junho de 2006:

- > em 20 de Julho de 2006, o Conselho de Administração da Vivo aprovou o investimento numa rede GSM/EDGE convertível para W-CDMA, a ser adicionada à actual rede CDMA. O investimento no lançamento da rede GSM/EDGE deverá aumentar a competitividade da Vivo no mercado, através: (1) da redução do nível de subsidiação aos equipamentos, em resultado da obtenção de poupanças significativas na sua aquisição; (2) da oferta de uma vasta gama de equipamentos para os vários segmentos; (3) da cobertura a nível nacional através dos actuais acordos de roaming; (4) da expansão mais simplificada e menos dispendiosa para W-CDMA ao longo do tempo, e (5) do lançamento de novos serviços inovadores, tal como o BlackBerry. O lançamento da rede GSM/EDGE da Vivo poderá representar um investimento de aproximadamente 1.080 milhões de reais.
- > em 25 de Julho de 2006, a Portugal Telecom adquiriu uma participação de 24% no capital social da “Mobile Telecommunications Limited”, que opera na Namíbia. O montante pago pela Portugal Telecom ascende a 1.020 milhões de dólares da Namíbia (111 milhões de euros), ajustado por um montante equivalente a 34% dos dividendos pagos desde 30 de Setembro de 2005, que ascenderam a 27,2 milhões de dólares da Namíbia (3 milhões de euros).
- > em 3 de Agosto de 2006, o Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de aumentar a proposta de remuneração accionista, anunciada em 6 de Março de 2006, para o período 2006-2008, de 3 mil milhões de euros para 3,5 mil milhões de euros (incluindo o dividendo pago em Maio de 2006). A proposta de remuneração accionista deverá consistir num retorno extraordinário em dinheiro de 1,9 mil milhões de euros, ou 1,75 euros por acção, nos próximos 12 meses e no compromisso de continuar a executar uma política de dividendos progressiva, em acréscimo à distribuição de acções da PTM (ver ponto sobre o spin-off da PTM em baixo). A implementação desta proposta está sujeita à aprovação pelos accionistas numa Assembleia Geral Extraordinária a convocar para o efeito, e a sua efectivação ficará condicionada à não concretização da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom.
- > em 3 de Agosto de 2006, o Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de efectuar o spin-off da sua participação de 58,43% na PT Multimédia. Nesta transacção, cada accionista da PT deverá receber 4 acções da PT Multimédia por cada 25 acções detidas da PT o que, tendo por referência o preço de fecho de 2 de Agosto de 2006 da PT Multimédia, será equivalente a 1,47 euros por acção da PT. A implementação desta proposta está sujeita à aprovação pelos accionistas numa Assembleia Geral Extraordinária a convocar para o efeito, e a sua efectivação ficará condicionada à não concretização da oferta pública de aquisição anunciada pela Sonaecom.

- > em 3 de Agosto de 2006, o Conselho de Administração da PT anunciou a sua intenção de reduzir o prazo de financiamento do défice com benefícios de reforma de 14 para 6 anos, através de contribuições extraordinárias no montante de 1.000 milhões de euros durante o período 2006-2008, mediante a obtenção de um quadro de relações laborais mais favorável.
- > em 3 de Agosto de 2006, o rating da Portugal Telecom atribuído pela Standard & Poor's e pela Moody's foi reduzido, respectivamente, para BBB- e Baa2 (Nota 32).
- > em 11 de Setembro de 2006, em conformidade com a decisão da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2006, a Portugal Telecom concluiu a redução de capital de 1.467.513.450 euros para 395.099.775 euros, tendo o montante desta redução sido transferido para a rubrica "Resultados acumulados". O detalhe dos capitais próprios em 30 de Junho de 2006, ajustados por esta operação, seria como segue:

	euros
Capital social	395.099.775
Acções próprias	(164.099.119)
Reserva legal	82.706.881
Resultados acumulados	1.474.726.561
Capital excluindo interesses minoritários	1.788.434.098
Interesses minoritários	714.894.536
Total do capital próprio	2.503.328.634

Anexo – Detalhe das empresas participadas

I. Empresas subsidiárias

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	30 Jun 2006 Efectiva	2005 Efectiva
Portugal Telecom (empresa-mãe)	Lisboa	Gestão de participações sociais.			
Cabo TV Açoreana, SA	Ponta Delgada	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma dos Açores.	TV Cabo Portugal (83,82%)	48,98%	48,98%
Cabo TV Madeirense, SA	Funchal	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma da Madeira.	TV Cabo Portugal (69%)	40,32%	40,32%
Cabo Verde Móvel ^(a)	Praia	Exploração do serviço de telecomunicações móveis.	Cabo Verde Telecom (100%)	40,00%	-
Cabo Verde Multimédia ^(a)	Praia	Exploração dos serviços de multimédia.	Cabo Verde Telecom (100%)	40,00%	-
Cabo Verde Telecom, SA	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	40,00%	40,00%
Canal 20 TV, SA	Madrid	Distribuição de produtos televisivos.	PT Multimédia (50%)	29,22%	29,22%
Cellco – Ste. Cellulaire du Congo SARL ^(a)	Congo	Exploração de serviços de telecomunicações.	Lea Louise (51%)	51,00%	-
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, SA	Praia	Gestão de call e de contact center.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
China Pathway Logistics BV	Pequim	Gestão de investimentos.	PT Ventures (66,00%)	66,00%	66,00%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL	São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe.	PT Comunicações (51%)	51,00%	51,00%
DCSI – Dados, Computadores e Soluções Informáticas, Lda ^(a)	Lisboa	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Comunicações (100%)	100,00%	-
Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (60%) Cabo Verde Telecom (40%)	76,00%	76,00%
Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Macau	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (75%) PT Ásia (5%)	80,00%	80,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited ^(a)	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (90%)	90,00%	90,00%
Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.	Luanda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (55%)	55,00%	55,00%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda.	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (100%)	58,36%	58,36%
Empresa Cine Mourense, Lda. ^(a)	Moura	Exibição cinematográfica.	PT Multimédia (99,46%)	58,12%	58,12%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (87,90%) PT Multimédia (4,03%)	53,65%	53,65%
Guinetel, SA ^(a)	Bissau	Estabelecimento, gestão, exploração, utilização de redes de telecomunicações, e prestação de quaisquer serviços de telecomunicações ou conexos com o seu objecto principal.	PT II (55%)	55,00%	55,00%
Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	32,46%	32,46%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda.	Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	90,00%	90,00%
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda ("Janela Digital") ^(a)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (60%)	60,00%	60,00%
Lea Louise BV	Amsterdão	Gestão de investimentos.	PT Ventures (100%)	100%	100%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	30 Jun 2006 Efectiva	2005 Efectiva
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	50,00%	50,00%
Lusomundo Audiovisuais, SA	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo Cinemas, SA	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo Editores, Lda.	Lisboa	Edição de publicações jornalísticas.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo España, SL ("Lusomundo España")	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, SA ("Lusomundo SII")	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	PT Multimédia (99,87%)	58,36%	58,36%
Lusomundo Imobiliária 2, SA	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo SII (99,80%)	58,24%	58,24%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Cinemas (100,00%)	58,43%	58,43%
Mobitel, SA	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações.	PT Brasil (100%)	100,00%	95,74%
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, SA ^(a)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	PT.COM (100%)	100,00%	100,00%
Portugal África BV ^(b)	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	PT Ventures (100%)	100,00%	—
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")	Macau	Promoções e marketing de produtos e serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (95,92%) PT Comunicações (4,04%)	99,96%	99,96%
Portugal Telecom Brasil, SA ("PT Brasil")	São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e da informação.	Portugal Telecom (99,95%) PT Comunicações (0,05%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Europa, SPRL ("PT Europa") ^(a)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom Inovação, SA ("PT Inovação")	Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Internacional Finance BV	Amsterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA ("Previsão") ^(h)	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (78,12%)	78,12%	78,12%
PT Acessos de Internet Wi-Fi, SA	Lisboa	Prestação de serviços de acesso à Internet sem fios.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Centro Corporativo ^(b)	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	—
PT Comunicações, SA ("PT Comunicações")	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, SA ("PT Contact")	Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Conteúdos – Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, SA (ex. TV Cabo Audiovisuais)	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Televisão por Cabo (100%)	58,43%	58,43%
PT Corporate	Lisboa	Prestação integrada de todos os serviços disponibilizados pelo Grupo, ao nível das telecomunicações fixas, móveis e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	30 Jun 2006 Efectiva	2005 Efectiva
PT Investimentos Internacionais, SA ("PT II")	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, consultoria, administração e gestão empresarial. Elaboração de projectos e estudos económicos internacionais e gestão de participações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, SA	Lisboa	Compra, venda e permuta de espaço publicitário, prestação de serviços de consultoria e análise de projectos de investimento publicitário ou de marketing.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Móveis, SGPS, SA ("PT Móveis")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Portugal Telecom (58,43%)	58,43%	58,43%
PT Multimédia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia.com Participações, SA ^(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT.Com (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia – Serviços de Apoio à Gestão, SA ^(a)	Lisboa	Prestação de serviços de apoio à gestão.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
PT Portugal, SGPS, SA ^(b)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	—
PT Prestações Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA ("PT Prestações")	Lisboa	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime, SGPS, SA ^(c)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios do mercado empresarial e de grandes clientes.	—	—	100,00%
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, SA ("Tradecom")	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (66%)	66,00%	66,00%
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Rede Fixa, SGPS, SA ^(b)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	—
PT-Sistemas de Informação, SA ("PT SI")	Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (99,8%) PT Comunicações (0,1%) TMN (0,1%)	100,00%	100,00%
PT Televisão por Cabo, SGPS, S.A	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios de televisão por cabo.	PT Multimédia (100%)	58,43%	58,43%
PT Ventures, SGPS, SA ("PT Ventures")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos investimentos internacionais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT.COM – Comunicações Interactivas, SA	Lisboa	Prestação de serviços e desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços nas áreas de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. ^(a)	Lisboa	Exploração do espaço Forum Telecom, detendo, para isso, um contrato de cessão de exploração do mesmo, com a Portugal Telecom.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, SA	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Sportstat – Informação Desportiva Independente, SA ^(a)	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto.	PT.COM (99,98%)	99,98%	99,98%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, SA ^(a)	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	PT.COM (63,75%)	63,75%	63,75%

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	30 Jun 2006 Efectiva	2005 Efectiva
Teat Flower Trading Ltd. ^(a)	British Virgin Island	International Business Trading Company.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.	Lisboa	Fornecimento de material informático, formadores e instalações.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Techlab – Electrónico, Lda. ^(a)	São Paulo	Exploração do serviço móvel aeronáutico.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom, SA	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (54,01%)	41,12%	41,12%
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, SA ("TPT")	Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação.	PT Ventures (75,16%) PT Ásia (0,98%)	76,14%	76,14%
TV Cabo Macau, SA ^(a)	Macau	Distribuição de sinais de televisão e áudio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo.	PT Ventures (67,5%) PT Ásia (20%)	87,49%	87,49%
TV Cabo Portugal, SA	Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, concepção, realização, produção e difusão de emissões de programas de televisão, exploração de serviços de telecomunicações.	PT Televisão por Cabo (100%)	58,43%	58,43%
Web-Lab, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100,00%)	100,00%	90,00%

(a) Empresas registadas pelo método da equivalência patrimonial. **(b)** Estas empresas foram constituídas no decorrer do primeiro semestre de 2006. **(c)** Esta empresa foi liquidada no decorrer do primeiro semestre de 2006.

II. Empresas associadas

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	30 Jun 2006 Efectiva	2005 Efectiva
BEST – Banco Electrónico de Serviços Total, SA ("Banco Best")	Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da Internet.	PT .COM (34%)	34,00%	34,00%
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas.	PT Comunicações (3%) PT Ventures (25%)	28,00%	28,00%
Distodo – Distribuição e Logística, Lda.	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	29,22%	29,22%
Entigere – Entidade Gestora Rede Multiserviços		Gestão de redes.	PT Ventures (29%)	29,00%	29,00%
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, SARL	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	PT Comunicações (40,14%)	40,14%	40,14%
Hungaro Digital KFT	Budapeste	Prestação de serviços de comunicações empresariais.	PT Ventures (44,62%)	44,62%	44,62%
Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (40%)	23,37%	23,37%
Médi Télécom	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular.	PT Móveis (32,18%)	32,18%	32,18%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, SA	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	20,00%	20,00%
Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda.	Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (35%)	35,00%	35,00%
Octal TV, SA	Lisboa	Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga.	PT Multimédia (20%)	11,69%	11,69%
Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas")	Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24,88%) PT Prime (0,125%)	25,00%	25,00%
Siresp – Gestão de Rede Digitais de Segurança e Emergência SA		Gestão de redes.	PT Ventures (15,27%)	15,27%	15,27%
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, SA	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	PT Comunicações (11,11%) PT Multimédia (11,11%) Portugal Telecom (11,11%)	28,72%	28,72%
Socofil – Sociedade Comercial de Armazenamento e Expedição de Filmes, Lda	Lisboa	Distribuição, exibição, importação e exportação de produtos cinematográficos e organização e exploração de espectáculos.	Portugal Multimédia (45%)	26,29%	26,29%
Sportinvest Multimédia, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, SA	Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemetria, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	50,00%	50,00%
Teledata de Moçambique, Lda.	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%
Telesat – Satellite Communications, Limited	Macau	Operação de estações terrenas de satélite, e comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações.	PT Ventures (18,52%) PT Ásia (3,7%)	22,22%	22,22%
TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, SA	Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
UOL, Inc.	São Paulo	Prestação de serviços de ISP e produção e disponibilização de conteúdos para Internet.	PT Brasil (22,17%) PT SGPS (6,83%)	29,00%	29,00%
Unitel	Luanda	Exploração do serviço móvel celular.	PT Ventures (25%)	25,00%	25,00%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda.	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo.	PT .COM (50%)	50,00%	50,00%

III. Empresas controladas conjuntamente

Denominação	Sede	Actividade principal	Percentagem de capital detido		
			Directamente	30 Jun 2006 Efectiva	2005 Efectiva
Avista	São Paulo	Gestão de participações.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Brasilcel, NV ("Brasilcel")	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	PT Móveis (50,00%)	50,00%	50,00%
Celular CRT Participações, SA ("Celular CRT Participações") ^(a)	Porto Alegre	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	TBS (29,63%) Brasilcel (23,75%) Avista (15,39%)	31,38%	34,38%
Global Telecom, SA ^(a)	Curitiba	Exploração do serviço móvel celular.	Vivo Participações (100%)	31,38%	33,05%
Portelcom Participações, SA ("Portelcom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (60,15%) Ptelecom Brasil (39,85%)	50,00%	50,00%
Ptelecom Brasil, SA ("Ptelecom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Sport TV Portugal, SA	Lisboa	Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (50,00%)	29,22%	29,22%
Sudeste Celular Participações, SA ("Sudeste Celular")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Tagilo Participações, Lda. ("Tagilo")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
TBS Celular Participações, SA ("TBS")	São Paulo	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	Brasilcel (73,27%) Sudeste Celular (22,99%)	48,13%	48,13%
Tele Sudeste Celular Participações, SA ("Tele Sudeste") ^(a)	Rio de Janeiro	Exploração do serviço móvel celular.	Vivo Participações (100%)	31,38%	45,51%
Tele Leste Celular Participações, SA ("Tele Leste") ^(a)	Bahia	Exploração do serviço móvel.	Vivo Participações (100%)	31,38%	2534%
Vivo Participações, SA ("Vivo Participações") ^(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (40,85%) Portelcom (4,68%) Sudeste Celular (6,22%) TBS (4,87%) Avista (3,91%) Tagilo (2,41%)	31,38%	33,05%
Telesp Celular, SA ("Telesp Celular") ^(a)	São Paulo	Exploração do serviço móvel celular.	Vivo Participações (100%)	31,38%	33,05%
Tele Centro Oeste Celular Participações, SA ("TCO") ^(a)	Brasília	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Vivo Participações (100%)	31,38%	17,34%

(a) Conforme referido na Nota 1, foi aprovada durante o primeiro semestre de 2006 uma reestruturação societária que consistiu na incorporação de acções da TCO para conversão em subsidiária integral da TCP e na incorporação das sociedades Telesudeste, Teleleste e Celular CRT pela TCP. Após esta operação, a TCP foi redenominada Vivo Participações e todas as empresas operadoras do Grupo Vivo passaram a ser controladas a 100% por esta empresa. Em 30 de Junho de 2006 os direitos de votos na Vivo Participações são de 44,43%.

Documentos de certificação de contas

Certificação legal das contas consolidadas

Ascensão, Gomes, Cruz & Associado

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Grupo Portugal Telecom") para o primeiro semestre de 2006, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2006 (que evidencia um total de balanço de 13.495.706.042 euros e um total do capital próprio de 2.503.328.634 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do semestre atribuível aos accionistas da Empresa e reconhecido na Demonstração dos Resultados Consolidados de 401.536.627 euros e um total dos interesses minoritários de 714.894.536 euros), as Demonstrações dos Resultados Consolidados e dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para o semestre findo naquela data, e as correspondentes Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRSs")) tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo

Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Portugal Telecom em 30 de Junho de 2006, e o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRSs")) tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 14 de Setembro de 2006

ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO – SROC,
representada por Mário João de Matos Gomes, ROC

Relatório de auditoria



Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2006 da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Empresa") e suas subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2006, que evidencia um total de 13.495.706.042 euros e capitais próprios de 2.503.328.634 euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 401.536.627 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e dos ganhos e perdas reconhecidos no semestre findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, dos seus fluxos consolidados de caixa e dos seus ganhos e perdas reconhecidos;
- (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados;
- e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau

de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, SA e suas subsidiárias em 30 de Junho de 2006, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos no semestre findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 14 de Setembro de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC SA
representada por Manuel Maria Reis Boto

Indicadores-chave

Informação financeira por segmento de negócio										milhões de euros
	Rede fixa		TMN		Vivo		PT Multimédia		Outros	
	1S06	1S05	1S06	1S05	1S06	1S05	1S06	1S05	1S06	1S05
Receitas operacionais	970,4	1.035,0	685,1	694,7	1.014,4	896,5	323,8	309,8	94,9	92,6
EBITDA	486,9	521,7	318,8	334,2	197,6	241,0	106,2	96,1	(19,3)	(15,5)
Margem EBITDA (%)	46,2	46,7	44,3	44,7	19,5	26,9	32,7	31,0	n.s.	n.s.
Capex	99,6	96,5	51,5	47,7	114,6	143,0	75,3	55,6	15,3	25,5
EBITDA menos Capex	387,3	425,2	267,3	286,5	83,0	98,0	30,9	40,5	(34,5)	(41,0)
Capex em % receitas operacionais	9,5	8,6	7,2	6,4	11,3	16,0	23,2	17,9	n.s.	n.s.

Informação financeira consolidada				milhões de euros
	1S06	1S05	Δ 06/05	
Receitas operacionais	3.088,6	3.028,7	2,0%	
EBITDA	1.090,2	1.177,5	(7,4%)	
Resultado operacional	493,1	654,2	(24,6%)	
Resultado líquido	401,5	283,5	41,6%	
Total do activo	13.495,7	16.628,8	(18,8%)	
Dívida líquida	4.380,5	4.295,6	2,0%	
Total do capital próprio	2.503,3	2.582,1	(3,0%)	
Capital social	1.467,5	1.166,5	25,8%	
Gearing (%)	63,6	62,5	1,2pp	
Margem EBITDA (%)	35,3	38,9	(3,6pp)	
Dívida líquida / EBITDA (x)	2,0	1,8	0,2x	
EBITDA / juros líquidos (x)	9,6	10,1	(0,5x)	
Capex	356,3	368,3	(3,3%)	
Capex em % das receitas operacionais (%)	11,5	12,2	(0,6pp)	
EBITDA menos Capex	734,0	809,2	(9,3%)	
Free cash flow operacional	640,7	622,2	3,0%	
Trabalhadores do Grupo	31.792	31.047	2,4%	
Mercado doméstico	13.191	13.724	(3,9%)	
Mercado internacional	18.601	17.323	7,4%	

Destaques operacionais

Base de clientes ('000)			
	1S06	1S05	Δ 06/05
Rede fixa	4.433	4.445	(0,3%)
Móvel	33.887	33.554	1,0%
TV por subscrição	1.444	1.465	(1,5%)
Banda larga (ADSL retalho + cabo)	980	833	17,6%

Rede fixa			
	1S06	1S05	Δ 06/05
Acessos ('000)	4.433	4.445	(0,3%)
Acessos de retalho	4.209	4.371	(3,7%)
PSTN/RDIS	3.573	3.871	(7,7%)
Pré-selecção	581	540	7,6%
ADSL retalho	636	500	27,1%
Acessos de wholesale	224	73	205,0%
Lacetes locais desagregados	146	28	n.s.
Acessos ORLA	20	0	n.s.
ADSL wholesale	59	46	28,9%
Adições líquidas ('000)	(45)	68	n.s.
Acessos de retalho	(146)	41	n.s.
PSTN/RDIS	(196)	(77)	154,5%
Pré-selecção	6	55	(89,4%)
ADSL retalho	51	119	(57,4%)
Acessos de wholesale	101	26	285,6%
Lacetes locais desagregados	74	19	286,6%
Acessos ORLA	20	0	n.s.
ADSL wholesale	7	7	4,4%
Planos de preços ('000)	2.283	1.330	71,6%
ARPU (euros)	30,0	30,6	(2,0%)
Assinatura e voz	25,0	26,7	(6,2%)
Dados	4,9	3,9	26,5%
Tráfego total (10 ⁶ min)	6.884	7.587	(9,3%)
Retalho	2.872	3.335	(13,9%)
Fixo-fixo nacional	1.934	2.270	(14,8%)
Fixo-móvel	370	427	(13,4%)
Wholesale	4.012	4.252	(5,6%)
Internet	559	1.043	(46,4%)
Circuitos alugados ('000)	14	16	(9,1%)
Trabalhadores (n.º)	7.723	8.257	(6,5%)
Acessos por trabalhador	574	538	6,6%

Móvel Portugal _ TMN			
	1S06	1S05	Δ 06/05
Clientes ('000)	5.362	5.108	5,0%
Adições líquidas ('000)	50	54	(8,3%)
MOU (minutos)	119	119	(0,7%)
ARPU (euros)	20,7	22,7	(8,8%)
Facturação	16,8	17,8	(5,3%)
Interligação	3,9	4,9	(21,2%)
Dados em % das receitas	12,6	11,0	1,6pp
SARC (euros)	57,4	66,2	(13,3%)
CCPU (euros)	10,8	11,3	(4,9%)
ARPU menos CCPU (euros)	9,9	11,4	(12,6%)

Móvel Brasil _ Vivo			
	1S06	1S05	Δ 06/05
Clientes ('000)	28.525	28.446	0,3%
Quota de mercado nas áreas de operação (%)	40,6	47,6	(7,0pp)
Adições líquidas ('000)	(1.280)	1.903	n.s.
MOU (minutos)	67	80	(16,2%)
ARPU (reais)	24,7	28,7	(13,8%)
Dados em % das receitas	7,4	5,8	1,6pp
SARC (reais)	139,1	175,3	(20,7%)
CCPU (reais)	15,5	17,3	(10,5%)
ARPU menos CCPU (reais)	9,3	11,4	(18,9%)

Multimédia _ PT Multimédia			
	1S06	1S05	Δ 06/05
Casas passadas ('000)	2.782	2.606	6,7%
Clientes TV por subscrição ('000)	1.444	1.465	(1,5%)
Cabo	1.072	1.076	(0,4%)
Satélite	371	389	(4,5%)
Adições líquidas TV por subscrição ('000)	(35)	16	n.s.
Pay to basic ratio (%)	51,0	53,6	(2,7pp)
Acessos banda larga via cabo ('000)	344	333	3,4%
Adições líquidas banda larga cabo ('000)	(4)	27	n.s.
ARPU TV por subscrição (euros)	28,9	27,6	4,6%

Glossário

ADR – American Depositary Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de ações de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 ação da PT.

ADSL – Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.

ARPU – Average Revenue per User. Receita Média por Cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.

Capex – Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

Cash flow – A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.

Cash flow operacional – Cash flow operacional = EBITDA – capex +/- alteração do fundo de maneo +/- provisões não monetárias.

CCPU – Cash Cost Per User. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões, amortizações e vendas de terminais por número médio de utilizadores no período.

CDMA – Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.

CRM – Customer Relationship Management. Gestão do relacionamento com os clientes.

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultados operacionais + amortizações.

ERP – Enterprise Resource Planning. Planeamento de recursos da empresa. Sistema de gestão que integra normalmente, para uma empresa, a produção, logística, distribuição, stocks, entrega, facturação e contabilidade.

Euronext Lisbon ou Eurolist by Euronext – Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as ações da PT estão cotadas e são transaccionadas.

Free cash flow – Free cash flow = cash flow operacional +/- aquisições/ vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma – pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.

Gearing – Gearing = dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio).

Goodwill – Goodwill é o montante em excesso que resulta do facto de o custo de aquisição de um activo ser superior ao seu valor contabilístico.

GSM – Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.

IAS/IFRS – International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade/International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.

ISP – Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.

Margem EBITDA – Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

MMS – Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.

MOU – Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.

NYSE – New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Pay to Basic Ratio – Pay to Basic Ratio. Rácio que representa a percentagem do número total de subscrições dos serviços Premium em relação ao número total de clientes de TV por subscrição.

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

PSSTN – Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

RDIS – Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.

Resultado operacional – Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

SARC – Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos de aquisição e de retenção por cliente. SARC = (70% dos custos de marketing e de publicidade + comissões + subsídios) / (adições brutas + upgrades).

SEC – Securities and Exchange Commission. Regulador americano para o mercado de capitais.

SMS – Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.

3G – 3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à da tecnologia GSM.

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Henrique Granadeiro

Vice-presidentes executivos

Zeinal Bava
Rodrigo Costa

Administradores executivos

Luís Pacheco de Melo
João Pedro Baptista
António Caria
Rui Pedro Soares

Administradores não executivos

António Viana-Baptista
Fernando Abril-Martorell
Joaquim Goes
Amílcar de Moraes Pires
Jorge Tomé
Armando Vara
Franquelim Alves
Nuno de Almeida e Vasconcellos
João Mello Franco
Thomaz Paes de Vasconcellos
Luís de Azevedo Coutinho
Gerald McGowan
Fernando Soares Carneiro
Francisco Pereira Soares

Informação adicional aos accionistas

Negociação das acções e ADR

As acções da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR – American Depositary Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma acção ordinária.

Em 30 de Junho de 2006, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 1.128.856.500 acções com o valor nominal de 1,30 euro cada, estando cotadas em Bolsa 1.128.856.000 acções. Na mesma data, o número de ADR registados ascendia a 49.884.792, representando 4,4% do total do capital social da PT.

Informação bolsista	1506	1505
Em 30 de Junho		
Capital social (euros)	1.467.513.450	1.166.485.050
Número de acções	1.128.856.500	1.166.485.050
Cotação (euros)	9,44	7,84
Capitalização bolsista (milhões de euros)	10.656	9.145
Cotações/transacções		
Cotação máxima (euros)	10,44	9,80
Cotação mínima (euros)	8,04	7,55
Transacções em volume (milhões de acções)	810	507
Transacções em valor (milhões de euros)	7.850	4.443
Peso no volume de transacções (Eurolist by Euronext)	26%	30%
Varição anual		
Portugal Telecom	10,4%	(13,8%)
PSI-20	10,3%	(1,2%)
DJ Stoxx Telecom Europe	(5,0%)	(0,1%)

Calendário financeiro de 2006

6 Março	Divulgação dos resultados do exercício de 2005
21 Abril	Assembleia Geral anual de accionistas
	Filing do form 20-F com a SEC e NYSE
18 de Maio	Divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2006
14 Setembro	Divulgação dos resultados do primeiro semestre de 2006
14 Novembro	Divulgação dos resultados dos primeiros nove meses de 2006

Contactos

Relação com investidores

Nuno Prego

Director de Relação com Investidores

Portugal Telecom

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 Lisboa

Portugal

Tel: + 351 21 500 1701

Fax: + 351 21 500 0800

E-mail: nuno.prego@telecom.pt

Accionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

Banco depositário

The Bank of New York

ADR Division

101 Barclay Street, 22nd Floor

New York, NY 10286, USA

Tel: + 1 212 815 2207

Fax: + 1 212 571 3050

Os detentores de ADR podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADR da PT em Nova Iorque.

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

Sede social

Portugal Telecom, SGPS, SA

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 Lisboa, Portugal

Tel: + 351 21 500 2000

Coordenação e edição
Relação com Investidores
Comunicação Corporativa
Portugal Telecom, SGPS, SA

Design
+2 designers

